

TIAGO PADILHA

Doce verde amargo

# Doce verde amargo

Traços da influência da cana-de-açúcar  
na sociedade de Alagoas

TIAGO PADILHA





# **Doce verde amargo**

Traços da influência da cana-  
de-açúcar na sociedade de  
Alagoas

LIVRO-REPORTAGEM DE  
**TIAGO PADILHA**



# Expediente

Edição e revisão	<b>Solano Nascimento</b>
Projeto gráfico e diagramação	<b>Miguel Vilela</b>
Fotos	<b>Sionelly Leite</b> <b>Carlos Rosa</b> /Gazeta de Alagoas <b>Marco Antônio</b> /Gazeta de Alagoas <b>André Muricy</b> /Gazeta de Alagoas <b>Ricardo Lêdo</b> /Gazeta de Alagoas
Impressão	<b>Athalaia Solução Digital</b> <b>Tiragem 15 exemplares</b> <b>1ª edição, novembro de 2011</b>
Foto de capa	<b>Sionelly Leite</b>

Trabalho apresentado como requisito parcial para conclusão do curso de graduação em Comunicação Social, habilitação Jornalismo, na Universidade de Brasília.

**Orientador:** Prof. Dr. Solano Nascimento

# **Agradecimientos**

Agradeço a Solano Nascimento, professor da Universidade de Brasília e orientador deste trabalho, por ensinar, confiar e ter (muita) paciência. A Cícero Péricles de Carvalho, professor da Universidade Federal de Alagoas, a quem tenho por co-orientador informal da pesquisa, por ter doado parte dos livros constantes na bibliografia e pelas preciosas sugestões.

À fotógrafa Sionelly Leite, parceira em alguns dos momentos mais delicados e intensos da apuração. A Miguel Vilela, pelo projeto gráfico e pela diagramação, e ao jornal *Gazeta de Alagoas*, pelas fotos cedidas com gentileza e presteza.

A todos os entrevistados, inclusive àqueles cujos nomes não são mencionados na reportagem e àqueles que pediram anonimato.

Agradeço, especialmente, aos novos amigos de São Luis do Quitunde, que nos receberam com raro carinho. A Amaro Ribeiro e Cícero Luis da Silva, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade. A Zé Aldo e Nena, que nos acolheram em sua casa e nos deixaram dormir no quarto de seus filhos, ainda que os garotos precisassem passar a noite com vizinhos.

A Paulo Fausto, por ter sido guia incansável e cuidadoso nas ladeiras de Água Branca. A meu pai, Jorge, por ter sido motorista e companheiro nos caminhos às vezes imprevistos do sertão.

Ao Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Alagoas e às usinas que responderam minhas questões, em particular, às usinas Santo Antonio e Caeté, por terem permitido que visitássemos seus canaviais.

À Comissão Pastoral da Terra, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, ao Ministério Público do Trabalho em Alagoas e à Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura de Alagoas, sobretudo ao seu secretário de Política Salarial, Antonio Torres.

Aos autores dos livros relacionados na bibliografia, principalmente ao mestre Manuel Diégues Júnior.

Ao cineasta Werner Salles, por ter ouvido as primeiras dúvidas e ajudado a escolher o tema do projeto.

Por ter patrocinado as andanças pelo estado e pelo amor de sempre, sou grato a Verônica, minha mãe.



# Sumário

Apresentação	11
Capítulo 1 <b>A cana e a política</b>	15
Capítulo 2 <b>A cana e o trabalho</b>	57
Capítulo 3 <b>A cana periférica: produção de cachaça e rapadura</b>	105
Anexo <b>Doações da cana a campanhas eleitorais em Alagoas: 2004, 2006, 2008 e 2010</b>	127



---

# **Apresentação**

“Eu trago a minha terra em meus olhos, eu trago a minha terra em meu olfato, minha terra cheira a mel quente dos engenhos, minha terra tem o gosto ardente dos canaviais”, escreveu o poeta e historiador alagoano Jayme de Altavila, em *Canto Nativo*. Implantada na costa nordestina a partir do século XVI, a cana-de-açúcar foi a primeira atividade econômica desenvolvida pelos colonizadores portugueses e marcou o processo de formação e consolidação do país. Porém, em nenhum outro estado brasileiro a cana se manteve tão soberana.

Pelo território alagoano estende-se um “verde dominador e obsessivo”, nos dizeres do historiador Douglas Apratto. A cana ocupa a maior – e melhor – área da produção agrícola do estado. Em 2010, cobria 71% da área plantada e estava presente em 62 dos 100 municípios do estado. A área restante (29%) era dividida entre 25 culturas.

A cana faz com que, em setembro, quando a safra se inicia, o município de Coruripe (52 mil habitantes), que abriga três usinas, contrate mais gente do que capitais como Fortaleza (2,4 milhões de habitantes) e Curitiba (1,7 milhão de habitantes). Também é a cana que faz com que, em abril, quando a safra se arrefece, seis cidades alagoanas, onde se instalam 11 usinas, estejam entre as 12 que mais demitem no país, segundo levantamento do site G1.

Se a usina Coruripe, a maior unidade produtora de açúcar e álcool do estado, fosse uma cidade, sua área própria de 28,4 mil hectares seria superior às áreas de 59 municípios alagoanos. Em relatório de 2008 sobre as maiores empresas nordestinas, o Banco do Nordeste tomou o estado como exemplo da falta de diversificação da economia, ao contrapô-lo a outros dois produtores de cana: Pernambuco (segundo maior produtor da região) e Bahia (quinto maior produtor). Das quatro maiores empresas alagoanas, três eram usinas.

O capítulo 1 da reportagem mostra que, em Alagoas, onze famílias são proprietárias de 22 das 24 usinas e destilarias em atividade. E grande parte dos industriais também se destaca em outros setores da economia, criando gado, possuindo meios de comunicação e algumas das maiores revendedoras de carro.

Como sói acontecer, o domínio econômico se reflete em poderio político. O setor sucroalcooleiro não seria tão forte, não fossem os favores do Estado. E, para se prevenir contra possíveis aventureiros, o setor financia candidatos e costuma ter êxito nas urnas. Atualmente, o governador, dois senadores e outros tantos políticos receberam a bênção dos industriais.

O capítulo 2 apresenta mais atores da agroindústria açucareira: os fornecedores de cana e os trabalhadores rurais. Os primeiros se encarregam da produção da matéria-prima, mas vêm perdendo terreno para as plantações próprias das usinas e mantêm com os industriais ora relações amigáveis, ora conflituosas.

No caso dos trabalhadores, o que predomina é o confronto. Em média, os cortadores derrubam sete toneladas por dia para receberem, ao final do mês, menos de dois salários mínimos. E parte do que lhes é devido é – manifesta ou sorrateiramente – apropriado pela usina, como mostra a ação dos órgãos de fiscalização do Trabalho. Nos últimos anos, os trabalhadores ainda têm enfrentado a concorrência das máquinas de campo, como as colhedoras, cada uma das quais chega a substituir 100 homens.

O capítulo 2 também mostra que os microfornecedores de cana compõem uma categoria híbrida, que sofre penúrias de quem empunha os facões das usinas. A reportagem encontrou alguns desses fornecedores em assentamentos de reforma agrária no município de Atalaia, assim como acompanhou a manhã de trabalho de um cortador em São Luis do Quitunde, desde o momento em que desperta, antes de o sol nascer.

A produção de cachaça, rapadura e outros derivados da cana é esmiuçada no capítulo 3. Os fabricantes de aguardente se concentram na Zona da Mata, mas parte da cana que foge às usinas prefere brotar longe dali. No outro extremo do estado, no sertão, os engenhos repetem técnicas seculares e, quase sempre, sobrevivem a duras penas, sob o risco de não animarem as fornalhas na safra seguinte.

A reportagem busca expor um retrato da economia da cana-de-açúcar em Alagoas em 2011, sem ignorar sua longa história. É possível que, em alguns trechos, o texto se exceda em detalhes, números e informações diversas, mas o autor pretende que ele ganhe em densidade. A ideia é que o trabalho se caracterize, também, como documento a ser consultado por quem queira saber a situação da cana naquele ano.

A deliberada profusão de dados, em certa medida, inspira-se na obra do sociólogo Manuel Diégues Júnior. Os livros *O banguê nas Alagoas* e *O engenho de açúcar no Nordeste*, escritos por ele, serviram de modelo para a estrutura da reportagem e para a escolha dos assuntos que ela aborda. Este trabalho pretende homenagear Diégues Júnior, cujo centenário de nascimento se completa em 2012.



# Capítulo 1

## A cana e a política

*Tudo planta de cana  
nos dois lados do caminho.  
(...) Tudo planta de cana  
e assim até o infinito;  
tudo planta de cana  
para uma só boca de usina.  
(...) Vira usinas comer  
as terras que iam encontrando;  
com grandes canaviais  
todas as várzeas ocupando.  
O canavial é a boca  
com que primeiro vão devorando  
matas e capoeiras,  
pastos e cercados;  
com que devoram a terra  
onde um homem plantou seu roçado*

**João Cabral de Melo Neto,**  
em *O Rio*

Quando os holandeses chegaram ao Nordeste, no século XVII, Alagoas era uma região situada para as bandas do rio São Francisco, uma fatia da capitania de Pernambuco. A produção açucareira começava a se avolumar, mas a monocultura da cana não havia açambarcado tudo<sup>1</sup>. Na porção central das Alagoas, “há um povoado de poucos habitantes e nas imediações há cinco ou seis engenhos, mas fazem pouco açúcar e anos há em que não moem”, observou o viajante Adriaen Verdonck em relato de 1630. Também havia moendas ao norte, nos vales dos rios Manguaba e Camaragibe, e ao sul, no atual município de Penedo.

Na passagem dos batavos por Alagoas, os engenhos foram incendiados, demolidos, confiscados. Os invasores puseram fogo aos canaviais, saquearam, degolaram moradores. A região ficou quase inteiramente despoçada. A incipiente economia do açúcar foi destruída. O reerguimento dela começou após o território ser recobrado pelos portugueses. E dificilmente se imaginaria que a cana viesse a alagar tanto seu domínio e prolongá-lo por quase 400 anos, sem que outra cultura a desafiasse.

No século XVII, o viajante Verdonck percebeu que a maior parte da farinha consumida em Pernambuco procedia de Alagoas, onde se multiplicavam as raízes de mandioca. Em 2010, segundo o IBGE, 16% do valor bruto da produção agrícola (R\$ 198.981.000) eram divididos entre 25 culturas – incluída a mandioca. Os 84% restantes (R\$ 1.245.712.000) correspondiam ao valor da colheita de cana. E a soberania do gênero pode aumentar, uma vez que a área plantada cresceu 0,74 % da safra 2010-2011 (438,57 mil hectares) para a safra 2011-2012 (450,75 mil hectares), de acordo com estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Em outubro, o Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool de Alagoas (Sindaçúcar) esperava um aumento de 2,5% no montante de cana moída. O estado é o sexto maior produtor do país e o primeiro do Nordeste.

O inverno de 2011 fez bem às plantações, que ocupavam 29,63% da área da Zona da Mata alagoana em 2010, segundo o IBGE, mas as chuvas atrasaram o início da atividade das 24 usinas e destilarias<sup>2</sup>. Algumas delas

---

1 DIÉGUES JR. Manuel. **O bangüê nas Alagoas**. Maceió: Edufal, 2006. p. 91. (Coleção Nordeste)

2 As unidades industriais são as seguintes: Cachoeira, situada em Maceió; Caeté, Roçadinho e Sinimbú, em São Miguel dos Campos; Camaragibe, em Matriz do Camaragibe; Capricho, em Cajueiro; Central Utinga Leão e Santa Clotilde, em Rio Largo; Coruripe, Guaxuma e Pindorama, em Coruripe; Laginha, em União dos Palmares; Marituba, em Igreja Nova; Paísa, em Penedo; Porto Alegre e Taquara, em Colônia Leopoldina; Porto Rico, em Campo Alegre; Santa Maria, em Porto Calvo; Santo Antonio, em São Luís do Quitunde; Seresta, em Teotônio Vilela; Serra Grande, em São José da Laje; Sumaúma, em Marechal Deodoro; Triunfo, em Boca da Mata; e Uruba, em Atalaia.

havam planejado ligar as máquinas em meados de agosto, mas precisaram esperar a estiagem. Em 31 de agosto, a largada foi dada pela Santo Antonio, instalada no município de São Luis do Quitunde, a 52 km de Maceió. Dias antes, uma missa foi realizada em um galpão da empresa.

Nessa e em outras usinas, a cerimônia religiosa é encenada todos os anos, às vésperas de cada moagem. Reúne acionistas, diretores e funcionários, sobretudo do setor industrial. É comum que também participem autoridades. À missa da Coruripe, ocorrida em 9 de setembro, estiveram presentes representantes do “clã” Beltrão, que ocupa a prefeitura do município desde 1989, salvo uma interrupção entre 1993 e 1996: o atual prefeito em segundo mandato, Marx, seu pai, o deputado estadual João – prefeito de 1989 a 1992 –, o deputado federal Joaquim – prefeito de 1997 a 2004 –, irmão de João, e o prefeito da cidade vizinha de Feliz Deserto, Maykon, também filho de João. Ainda compareceram um ex-prefeito de Junqueiro e o vice-governador, José Thomaz Nonô.

Nos engenhos, o início da moagem era marcado por uma festa chamada “botada”. Começava de manhã e durava o dia todo. Apareciam amigos, vizinhos, moradores da fazenda e conhecidos de toda parte, convidados por meio de cartas. Um padre celebrava a missa e aspergia com água benta as moendas. Na casa-grande, o almoço se estendia até tarde. Depois do intervalo para conversas e passeios pelo jardim ou pelo pomar, o jantar podia adentrar a madrugada. Havia brindes, prendas, jogos e danças.<sup>3</sup>

Os moradores do engenho, trabalhadores rurais, costumavam festejar à parte, em suas casas ou na casa de um deles. E eram os trabalhadores que, ao fim da moagem, celebravam a “peja”, festa mais modesta. No dia em que se concluía a safra, colocavam a cana na moenda ao som de cantigas. Alguns versos foram conservados em um coco alagoano: “Acabou-se a cana./ Acabou-se o mé./ – Até para o ano/ Se Deus quizer.”<sup>4</sup>

As indústrias de açúcar e álcool não preservaram essas festas. Mas, em suas primeiras décadas, reproduziam algo do caráter de feudo autárquico característico dos engenhos, em cujas terras havia currais e instalações de marcenaria, carpintaria, casa de farinha, olaria, caieira e estrebaria. Por mais de três séculos, o engenho “se constituiu não só grande centro de vida social como de produção econômica. Sua influência (...) se alargara e absorvia também as áreas urbanas; vilas ou povoados eram um

---

3 DÍEGUES JR. Manuel. Op. cit. p. 308-309.

4 Idem, op. cit. p. 310.

prolongamento do engenho”<sup>5</sup>.

Instaladas a partir do final do século XIX, as usinas superaram na safra 1922-1923, em quantidade, a produção de açúcar dos velhos engenhos. Mas há uma tradição, ao menos, que não caiu em desuso e se perpetua desde a moenda primitiva, movida a água: as empresas são familiares. Nas áreas das modernas indústrias, não cabem as casas-grandes onde as famílias se desenvolviam e “presidiam à vida social” do estado, como assinalou o sociólogo Manuel Diégues Júnior.<sup>6</sup> Porém, em sua maioria, as usinas continuam a ser administradas por pessoas de mesma linhagem.

Apenas seis usinas fogem a essa regra. A Central Leão Utinga foi instalada em 1894 pelo alagoano Luiz Amorim Leão e mantida por seus sucessores até 2008, quando a empresa Brazil Ethanol assumiu o controle acionário da usina. A matriz e as duas filiais da Laginha, as usinas Guaxuma e Uruba, pertencem ao Grupo João Lyra, do deputado federal de mesmo nome. A lista de exceções também inclui a Taquara, de propriedade de José Maria Quirino de Andrade, e a Pindorama, única no estado a ser gerida em regime de cooperativa, com cerca de 1,5 mil cooperados.

As 18 usinas restantes são familiares e controladas, ao todo, por dez famílias. A Roçadinho pertence à família Sampaio; a Santa Clotilde e a Santa Maria, aos Rosa Oiticica; a Serra Grande, aos Andrade Bezerra; e a Sinimbú, aos Coutinho. A Seresta pertence à família Vilela. O governador de Alagoas, Teotônio Vilela, e seu irmão Elias Brandão Vilela Neto estão entre os sócios. Outro irmão, o falecido José Aprígio Brandão Vilela, também fazia parte da sociedade.

As empresas que faltam para completar a relação pertencem a grupos econômicos. A Santo Antonio e sua filial, a Camaragibe, integram o Grupo Santo Antonio, da família Correia Maranhão. A usina Coruripe é do Grupo Tércio Wanderley, da família Wanderley. As usinas Porto Alegre e Porto Rico integram o Grupo Olival Tenório, composto por uma das bandas da família Tenório.

Fundador e um dos sócios do grupo, Olival Tenório Costa é irmão de pelo menos três sócios do Grupo João Tenório, dono da usina Triunfo: Jorge Tenório Maia, Emerson de Melo Tenório e o ex-senador João Tenório. Os dois primeiros controlam, cada um, 20,32% das ações e o terceiro, 10,15%, segundo dados da Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz).

5 DIÉGUES JR. Manuel. **O engenho de açúcar no Nordeste**. Maceió: Edufal, 2006. p. 20. (Coleção Nordestina).

6 DIÉGUES JR. Manuel. **O bangüê nas Alagoas**. Maceió: Edufal, 2006. p. 196. (Coleção Nordestina)

O Grupo Toledo, dono das usinas Capricho, Paísa e Sumaúma, tem entre seus sócios os deputados estaduais Fernando Toledo e Sérgio Toledo. O Grupo Carlos Lyra, dono da Caeté e de duas filiais, Marituba e Cachoeira, pertence ao próprio Carlos Lyra Neto, que mantém nos principais cargos da administração a mulher, Nancy Lyra (vice-presidente), o filho Robert Lyra (vice-presidente executivo), o cunhado Fernando Lopes Farias (superintendente) e o primo Aryl Pontes Lyra Filho (diretor).

\*\*\*

O industrial Carlos Lyra Neto iniciou o grupo que tem seu nome em 1951, quando assumiu o controle acionário de uma fábrica de processamento de algodão, milho, mamona e café, pertencente à família. Seu avô, de quem herdou o nome, havia fundado a usina Serra Grande em 1894 e, anos depois, comprado de parentes a extinta usina Apolinário. Empreendedor, o avô cultivou algodão, criou gado zebu e foi multiplicando suas propriedades. Chegou a adquirir, em Recife, o tradicional *Diário de Pernambuco*, que, sob a direção de Carlos Lyra Filho, teve Gilberto Freyre como colaborador.

Os herdeiros do primeiro Carlos Lyra, morto em 1926, continuaram as atividades industriais. Nenhum deles foi mais bem-sucedido do que Carlos Lyra Neto e seu irmão, o deputado federal e também usineiro João Lyra. Em Maceió, o primeiro virou nome de rua e o segundo, de viaduto. Carlos foi senador por dois mandatos. Hoje, aos 86 anos, não acompanha as atividades de suas empresas com a mesma vitalidade de antes. Costuma ficar em seu escritório, situado na capital alagoana.

“Antigamente, ele ia muito às usinas, ia saltando de uma para outra. Ele mesmo dirigia o carro, sem segurança nem nada”, recorda o primo Aryl Lyra. Carlos substituiu as viagens por ligações telefônicas. “Ele não anda mais, está numa cadeira de rodas. Sabe tudo, quanto cada usina mói, o faturamento, mas o dia a dia não sabe mais. O negócio dele é o macro. Ele delega muito poder às pessoas, confia nelas, porque elas foram feitas aqui (nas empresas do grupo)”, complementa.

Em Alagoas, o Grupo Carlos Lyra também possui a Rádio Pioneira AM e FM, a Fábrica da Pedra – indústria de fiação e tecelagem –, a Sotan Táxi Aéreo e a Varrela Pecuária – empresa de criação de gado da raça Nelore e de ovinos. Fora do estado, a usina Caeté conta com duas filiais em Minas Gerais e uma no interior de São Paulo. Em 2010, as seis unidades da Caeté

declararam um faturamento bruto de R\$ 1,733 milhão, 26% a mais do que os R\$ 1,292 milhão de 2009 e 38% a mais do que os R\$ 1,085 milhão de 2008. Na safra 2010-2011, as usinas do grupo em Alagoas moeram, somadas, 4,4 milhões de toneladas de cana, 65% delas oriundas de plantações próprias. A matriz da Caeté foi a quarta maior produtora local, a filial Cachoeira ficou em 9º lugar e a filial Marituba, em 10º.

Formado em agronomia, Aryl Lyra está no grupo há quase 40 anos. Engenheiro agrônomo, gerente agrícola, assessor da diretoria e responsável pelas unidades do Centro-Sul – Aryl foi subindo até se tornar diretor em 2007. Nasceu nas terras da usina Serra Grande, que deixou de pertencer à família nos anos 1960. Seu pai era primo do pai de Carlos.

“Na época, as usinas eram independentes. Tinham igreja, hospital, cinema, praça pública, museu... Estrutura de cidade. O padre ia lá pra casa, tomava cafezinho, jogava baralho com meu pai. Meu mundo era aquele, né? Minha convivência era com o filho do cortador”, relata Aryl. Aos 62 anos, mora em São Miguel dos Campos, onde se localiza a matriz da Caeté. Ele explica o fato de as usinas adotarem a administração familiar. “Está dando certo, está crescendo, por que mudar? Vou falar pelo nosso: o comando é familiar, mas os executivos não são da família. Não existe regra para isso.”

Na opinião de Eustáquio Toledo, sócio do Grupo Toledo, o regime de usina familiar está fadado à extinção. “Uma empresa não é uma casa de família. Você tende a ter pessoas incompetentes ocupando cargos que deveriam estar com pessoas competentes.” Aos 76 anos, Eustáquio é o mais novo de quatro irmãos, três ainda vivos. Ele chegou a lhes propor, sem sucesso, que juntos sugerissem aos outros parentes-sócios a mudança do modelo de administração.

O caçula estava disposto a enfrentar as intempéries. “Essa gestão é uma herança incorreta, mas a transição para outro regime é um tanto traumática, teria que ser feita muito lentamente. Alguém vai se sentir prejudicado. Se fosse implantar o grupo hoje, não seria familiar, mas é mais fácil fazer o correto do que corrigir o troncho.” Apesar das dificuldades, acredita que a transição é questão de tempo. “Agora, vai ter que modificar porque os níveis de parentesco estão se afastando. Daqui a pouco estamos em primo de terceiro e quarto graus. Está muito pulverizado, não dá certo.”

Em 1959, quando o empresário passou a atuar na gerência do grupo, a árvore genealógica não era tão ramificada. Havia os irmãos da primeira geração – entre eles, Cícero Toledo, pai de Eustáquio – e os filhos deles.

“A decisão se dava só entre os mais velhos, nós éramos subordinados.” A família “cultiva cana-de-açúcar desde Tempos Brasileiros imemoriais”, informa o site do grupo – “tempos” e “brasileiros” grafados assim, em ostentosas iniciais maiúsculas. Os antepassados da linhagem, que está na sexta geração, verdejaram os primeiros canaviais no vale do rio Paraíba, ao norte do estado. Foi nessa região, no município de Cajueiro, que o grupo se inaugurou, em 1935, com a aquisição da usina Capricho, ativa desde 1918. Cícero, o patriarca, estava à frente, “ladeado de seus inseparáveis irmãos Barnabé e Júlio” – trecho também retirado da página na internet.

A Capricho, atualmente, é a unidade mais fraca do estado. Não produz álcool, somente açúcar e melão. Com capacidade para moer 5,5 mil toneladas por dia, somou 512 mil na safra 2010-2011. A Paísa – abreviação de Penedo Agro Industrial S/A – pode processar 5,7 mil toneladas diárias, moeu 705 mil na safra passada e foi a 20ª maior produtora. A Sumaúma é capaz de moer 6,2 mil toneladas por dia, atingiu as 916 mil e foi a 17ª colocada. Ao todo, moeram 2,133 milhões de toneladas, das quais 60% vieram de fornecedores. Em 2002, o grupo fez a primeira – e única até agora – excursão fora do estado. Adquiriu a antiga usina Gantus, rebatizada como Ibéria, no município de Borá, interior paulista. É a menina dos olhos dos Toledo, com capacidade para 7 mil toneladas ao dia.

No início, o grupo possuía cinco grandes sócios, dois com 40% das ações cada um – Cícero era um deles – e três somavam quase 20%. O demais acionistas controlavam menos de 1%. Da primeira geração, não resta nenhum. Atualmente, o máximo que um sócio detém é 15%, segundo Eustáquio. Ele é tio do sócio e deputado estadual Fernando Toledo e primo de segundo grau do também sócio e deputado Sergio Toledo.

Desde 1997, quando assumiu o mandato de prefeito de Cajueiro, cargo que ocupou por dois mandatos, Fernando diz que deixou de ir às reuniões regulares do grupo. “Estou afastado das atividades, mas mantenho um escritório que acompanha os relatórios das empresas. Não interfiro diretamente na gestão. Eu precisaria dedicar parte do meu tempo para isso, mas não posso.”

O pai de Fernando tem 89 anos e está quase aposentado. Vai ao escritório do grupo, em Maceió, duas ou três vezes por semana, informa-se do que quer e, vez por outra, opina sobre as deliberações. Ele é o irmão mais velho de Eustáquio, que também reduziu a participação nas decisões da empresa. “Eu venho todos os dias, mais para me ocupar com alguma coisa do que por necessidade”, comenta o caçula.

Ele detém 7% das ações, parte disso passou para o nome dos quatro filhos. Também entregou ao “pessoal mais novo” o escritório antigo, vizinho ao bloco da direção. Porém, os moços, em busca de conselhos, batem muito à porta de sua sala atual, cujas paredes exibem fotos ampliadas das quatro usinas do grupo, um mapa de Alagoas e uma panorâmica aérea de Maceió. “Fico ‘peruando’, sabe o que é isso? É quando alguém está jogando e o outro fica observando e de vez em quando dá algum palpite. Quando alguém está muito atarefado, pede para eu resolver alguma coisa.”

Começou a se afastar em 1972, quando teve uma varise de esôfago e passou três meses hospitalizado. “Não quis provocar a orfandade (do grupo)”, explica. Eustáquio formou-se em engenharia civil em 1958, mas não projetou uma parede sequer. Assumiu a direção da Sumaúma quando foi instalada, na safra 1970-1971, no município de Marechal Deodoro, a 32 km de Maceió. “Na época, o governo não era presente. Quem administrava usina tinha que ser padre, juiz, delegado. Você não administrava somente a vida profissional do pessoal, como também a particular.”

Eustáquio considera que a mão de obra do setor industrial, com o qual lidava mais frequentemente, melhorou. “No início, era absolutamente desqualificada, quase ninguém tinha curso primário completo.” O relacionamento com os funcionários mudou. “Antes, você tinha que acompanhá-los passo a passo”, revela. “Só uma cabeça pensava, a do gestor. O resto era instrumento. Você usava a habilidade natural de uma pessoa para fazer determinado serviço. O sujeito aprendia a mexer com mecânica, mas sem nenhuma possibilidade de entender aquilo. Analfabeto não aprende, acostuma.”

\*\*\*

Além de Carlos Lyra, outros industriais do setor sucroalcooleiro insuflam suas contas bancárias com usinas fora do estado e, até, empresas em ramos diversos de atividade econômica. O Grupo João Lyra possui duas usinas em Minas Gerais e estende seu campo de atuação às empresas Jotale Comercial Agroquímica – fabricante de adubo –, Lug Táxi Aéreo, Concessionária Mapel – uma das maiores revendedoras Volkswagen do Nordeste – e Sapel – prestadora de serviços a usinas, como reparação do solo, adubação, plantio, controle de pragas e colheita da cana-de-açúcar.

O Grupo Tércio Wanderley instalou três filiais da usina Coruripe em Minas Gerais. O Grupo Olival Tenório possui três empresas em outros seto-

res econômicos: a Agropecuária Olival Tenório, que cria e seleciona gado Nelore, a Importadora Auto Peças, revendedora Volkswagen, e a Importadora Pneus.

Os usineiros também investem na comunicação de massa. Como já foi mencionado, o Grupo Carlos Lyra possui a Rádio Pioneira AM e FM, sediada no município sertanejo de Delmiro Gouveia, a 304 km da capital. Sócio da usina Seresta e irmão do governador do estado, Elias Brandão Vilela Neto é sócio-diretor da rádio Princesa das Matas AM, instalada em Viçosa, a 86 km de Maceió.

A emissora de televisão Pajuçara, afiliada à Record, tem oito sócios, quatro dos quais são proprietários do Grupo João Tenório: Emerson de Melo Tenório, Gilvan Raposo Tenório, Jorge Tenório Maia e o ex-senador João Tenório. José Thomaz Nonô Bisneto, filho do vice-governador do estado, José Thomaz Nonô Neto, tem uma parcela da sociedade.

A TV *Gazeta de Alagoas*, retransmissora da Globo e canal de maior audiência na televisão aberta do estado, é o quartel-general dos usineiros nos meios de comunicação. Na lista de 30 sócios da empresa, há dez nomes vinculados a sete grupos do setor sucroalcooleiro. Carlos Lyra e João Tenório dispensam apresentações. O ex-senador Nelson Tenório de Oliveira, tio de João Tenório, morreu em 1995, mas está inscrito como sócio. José Carlos Correia Maranhão pertence aos quadros do Grupo Santo Antônio. José Maurício Tenório faz parte do Grupo Olival Tenório e é prefeito de Campo Alegre, onde foi instalada a usina Porto Rico. Rubem Montenegro Wanderley e Silvio Márcio Conde de Paiva são empresários do Grupo Tércio Wanderley. Pedro Silveira Coutinho é sócio da Sinimbú. O Grupo Toledo é representado por Jorge Ribeiro Toledo – embora falecido, seu nome consta na sociedade – e José Ribeiro Toledo. O senador e ex-presidente da República Fernando Collor de Mello também está no quadro.

No clássico opúsculo *O engenho de açúcar no Nordeste*, Diégues Júnior relata que a área de influência dos engenhos, centros sociais e econômicos, abarcava a política: “os senhores de engenho ocupavam as funções públicas de administração ou mantinham nelas prepostos seus”<sup>7</sup>.

Tais costumes continuam a ser apreciados não apenas por usineiros, muitos deles descendentes de proprietários de engenho, mas também por plantadores de cana. “No campo político, nas diferentes esferas de poder, o setor sucroalcooleiro articula sua presença, diretamente, por meio de

---

7 DIÉGUES JR. *O engenho de açúcar no Nordeste*. Maceió: Edufal, 2006. p. 20. (Coleção Nordestina).

candidatos do próprio setor ou, indiretamente, com seu apoio financeiro. Eleitos, irão pressionar politicamente o Estado na defesa de seus objetivos particulares.”<sup>8</sup>

De forma direta ou indireta, o setor ocupa, atualmente, cargos em câmaras de vereadores (pelo menos cinco representantes) e prefeituras municipais (pelo menos 25 das 102), na Assembleia Legislativa (sete dos 27 parlamentares), no Palácio do Governo (governador, vice-governador e dois secretários), na Câmara dos Deputados (três dos nove) e no Senado (dois). Ainda há uma legião de não eleitos (veja o Anexo *Doações da cana a campanhas eleitorais em Alagoas*).

Alguns dos políticos integrantes do setor sucroalcooleiro ou financiados por ele já foram citados na reportagem. O governador, Teotônio Vilela, é sócio da usina Seresta. Os bens que declarou à Justiça Eleitoral em 2010 totalizam R\$ 14.623.903, dos quais 74% (R\$ 10.925.351) correspondem às ações da empresa. A reportagem apurou que ele é o governador mais rico e sua fortuna equivale a 29% da soma dos patrimônios dos outros 26 eleitos. Sua campanha, a mais cara de Alagoas, consumiu R\$ 26.712.400, dos quais 22% foram doados por usinas ou empresas que prestam serviços diretos ao setor, algumas pertencentes a usineiros, como o posto de combustível Santa Amália. Os outros cinco candidatos ao governo receberam, somados, um total de R\$ 12.891.765 em doações.

O maior doador da campanha de Teotônio foi a Copertrading Comercio Exportação e Importação S/A, representante comercial para o mercado nacional e internacional de açúcar e álcool. A empresa é um braço da Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar e Álcool de Alagoas, composta por onze usinas: Seresta, Sinimbu, Santa Clotilde, Santa Maria, Triunfo e as dos grupos Olival Tenório e Toledo e a paralisada Terra Nova<sup>9</sup>.

Em sua equipe de governo, Teotônio se fez rodear por colegas do setor. Para a Sefaz, nomeou sua irmã Fernanda Vilela, acionista da Seresta, ex-advogada da Cooperativa e mulher de João Tenório. Em 2009, Fernanda deixou o cargo, que foi ocupado por Maurício Toledo, membro do Grupo

8 CARVALHO, Cícero Péricles de. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. 3 ed. Maceió: Edufal, 2009. p. 25.

9 A Cooperativa “adota uma estratégia que reage às sinalizações do mercado por meio de ações negociadas na produção, transferindo ou concentrando a moagem numa determinada unidade, diminuindo os custos logísticos de transportes, coordenando a aquisição de insumos, aproveitando as economias de escala e os benefícios de um maior market share para as ações comerciais. Para isso, conta com uma infraestrutura que permite armazenamento próprio, uma rede de distribuição comercial em todos os estados do Norte/ Nordeste e um escritório para exportação” (CARVALHO, Cícero Péricles de. Op. cit., p. 78).

Toledo. A pasta da Saúde foi entregue a Alexandre de Melo Toledo, sócio do mesmo grupo.

Nos dois mandatos em que foi prefeito de Penedo, entre 1997 e 2004, Alexandre nomeou a mulher, Ivana Peixoto Toledo, para a secretaria municipal de Ação Social. Nas eleições de 2008, Ivana foi eleita vereadora, tendo recebido doações da usina Paísa no valor de R\$ 31 mil. Por sua vez, o deputado estadual Fernando Toledo ganhou do setor sucroalcooleiro 82% de suas doações, inclusive aquelas feitas em seu próprio nome.

Derrotado por Teotônio Vilela em 2006, João Lyra se tornou o mais rico deputado federal do Brasil em 2010, com uma fortuna declarada em R\$ 240.395.155, dos quais 81% (R\$ 196.031.864) correspondem ao valor das cinco plantas industriais da usina Laginha, fora os R\$ 16.299.739 descritos como “incorporação ao capital da Laginha”. Sua campanha eleitoral contou com R\$ 982.899 em doações, 34% delas oriundas da empresa ou registradas em seu próprio nome.

A filha do deputado, Lurdinha Lyra, é vice do prefeito de Maceió, Cícero Almeida, cuja campanha vitoriosa à reeleição recebeu R\$ 9,5 mil da Laginha. Ao menos dois prefeitos, ambos em segundo mandato, são usineiros: José Maynard Tenório (grupo João Tenório), de Boca da Mata, e José Maurício Tenório (grupo Olival Tenório), de Campo Alegre.

Nos cargos da administração pública conquistados pelo setor sucroalcooleiro, também há fornecedores de cana. O vice-governador, Nonô, produz mais de 10 mil toneladas por safra e seus canaviais estão arrendados à usina Coruripe, doadora de R\$ 200 mil à campanha de sua chapa em 2010 e R\$ 260 mil na disputa pelo Senado em 2006.

O deputado federal Joaquim Beltrão possui uma fazenda de cana em Coruripe, arrendada à usina Guaxuma, e outra em Igreja Nova, arrendada à Marituba. Ao todo, colhe mais de 90 mil toneladas. O filho de Joaquim, Ivan, é um dos cooperados da usina Pindorama. Em 2006, a usina Coruripe doou 87% da verba de campanha de Joaquim e 91% do caixa do deputado estadual João Beltrão.

A Coruripe tem se mostrado generosa e eclética em política. Nas eleições de 2010, apoiou dois candidatos de situação, o governador Teotônio (PSDB) e o senador Benedito de Lira (PP), e um da oposição, o deputado estadual Judson Cabral (PT). Em 2006, financiou dois rivais de longa data em duelo pela única vaga no senado, Ronaldo Lessa (PDT) e Nonô (PFL), derrotados por Fernando Collor de Mello (PRTB). Ainda patrocinou oito candidatos de diferentes coligações, quatro eleitos para a Câmara dos De-

putados e os demais, para a Assembleia Legislativa.

Nas últimas quatro eleições – em 2010, 2008, 2006 e 2004 –, as usinas doaram R\$ 15.175.130 para campanhas, incluindo os aportes da Cooperativa e da Copertrading, as contribuições de duas usinas de fora do estado ao caixa de Teotônio Vilela – em 2010, R\$ 50 mil da Agrovale, da Bahia, e, em 2006, R\$ 100 mil da Ibéria, que o Grupo Toledo instalou em São Paulo – e as doações da destilaria Diana, localizada na cidade paulista de Avanhandava, às campanhas de João Lyra – R\$ 5 mil em 2006 – e de Nonô – R\$ 5 mil em 2006. Empresas de outros setores econômicos que têm usineiros e produtores de cana como sócios financiaram, pelo menos, R\$ 2.264.000, e doações feitas em nomes dos próprios empresários somaram, pelo menos, R\$ 5.818.726,50.

Portanto, a participação financeira direta do setor sucroalcooleiro nas quatro campanhas eleitorais totalizou R\$ 23.257.857. O número não considera os R\$ 175.000 doados por empresas cuja clientela inclui usinas e plantadores, como a Texas Turbinas a Vapor – que desenvolve centrífugas de açúcar e máquinas que ajudam a utilizar o excedente de biomassa das usinas e destilarias na geração de energia elétrica – e a Cosan Indústria e Comércio – que produz, comercializa, importa e exporta cana, açúcar, álcool e outros derivados.

\*\*\*

Nas últimas quatro eleições, o grupo Santo Antonio financiou 15 candidatos. Elegeram-se quatro prefeitos em 2004, um deputado federal e um estadual em 2006, mais três prefeitos em 2008 e, em 2010, o governador, um deputado federal e um estadual. Eleito prefeito de Matriz de Camaragibe em 1996, Cícero Cavalcante se reelegeu em 2000. Em 2003, renunciou ao cargo, mudou seu domicílio para o município vizinho de São Luis do Quitunde e, no ano seguinte, assumiu o executivo local. Reelegeu-se em 2008. Em todas as campanhas, o gestor “itinerante” foi financiado pelo grupo.

Em 2008, foram doados R\$ 200 mil. O apoio não era apenas financeiro. Dos quatro irmãos que comandavam o grupo, dois se envolviam em atividades de campanha, Luiz Ernesto e Luiz Carlos Correia Maranhão, falecido em 2010. “Eles participaram de comícios e caminhadas, tanto aqui (em São Luis do Quitunde), quanto em Matriz (de Camaragibe)”, relata Cavalcante. “O Luiz Carlos dava discursos em inaugurações nossas, gostava muito de política.”

A companhia dos industriais tornaria o candidato mais simpático aos eleitores, grande parte dos quais trabalhava nas usinas. “Acredito que esse apoio me rendeu votos. Os usineiros da região são homens de bem, você não vê notícia negativa contra a família. Mesmo a usina pagando mal, honra em dia o pagamento dos trabalhadores”, considera. E sugestão de padrão cumpridor costuma ser ouvida pelo emprego. “Com o apoio da usina, um candidato é sempre forte. O chefe de usina pode ir à zona rural pedir voto, um bom chefe tem influência sobre os trabalhadores. A usina tem um papel muito grande na política estadual.”

Em outubro de 2010, Cavalcante foi afastado da prefeitura de São Luis do Quitunde por um juiz da Comarca do município alagoano de Paripueira. Como assumiu quatro mandatos consecutivos de prefeito, embora em cidades diferentes, foi acusado de desrespeitar o princípio constitucional que permite uma única reeleição. A decisão foi revogada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que reconduziu Cavalcante ao cargo em junho último.

O afastamento ocorreu um dia depois de o político ter sido preso em flagrante por agentes da Polícia Federal (PF), acusado de compra de votos para sua filha, Flávia Cavalcante, que viria a se reeleger para a Assembleia Legislativa – também patrocinada pelo grupo Santo Antonio. Presos juntos, o prefeito Cavalcante e o ex-prefeito de Matriz de Camaragibe, Marcos Paulo do Nascimento, portavam R\$ 10,2 mil. Porém, no dia seguinte, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) decidiu pela soltura da dupla.

Cavalcante já havia sido preso duas vezes. Em 2005, foi algemado pela PF depois de enquadrado na Operação Gabiru, acusado de fraudar licitações para a aquisição de merenda escolar e desviar dinheiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. A denúncia não afugentou os usineiros, que também financiaram a eleição da mulher de Cavalcante, Josedalva dos Santos Lima, a Doda, para a prefeitura de Matriz de Camaragibe em 2008. Em 2009, o prefeito voltou a ser preso, dessa vez pela Polícia Civil, sob a acusação de assassinato. Foi liberado no mesmo dia.

O prefeito de São Luis do Quitunde diz que a liberação dos patrocínios para ele e sua família não se fez sem regateio. “Usineiro ‘chora’ muito, a maioria diz que não tem dinheiro, mas eles nunca deixaram de ajudar.” O bom relacionamento de Cavalcante com a bancada alagoana no Congresso Nacional, especialmente com o senador Renan Calheiros (PMDB), foi um estímulo para que os empresários abrissem o cofre. “Por que usineiro financia campanha? São os políticos que mandam em Brasília. O cara pode ser um grande usineiro, mas não ter um canal de acesso aos políti-

cos, não saber transitar nesse meio. Um prefeito pode fazer essa ponte”, justifica ele, que já acompanhou usineiros à capital federal e ajudou a marcar reuniões com parlamentares.

Na opinião do deputado estadual Fernando Toledo (PSDB), a força política do setor não é muito expressiva. “Temos nove deputados federais e você identifica apenas dois patrocinados por um setor que move 50% da economia. Dos três senadores, nenhum tem ligação forte com o setor”, menciona. “Qualquer tipo de influência política que o setor tenha em Alagoas é extremamente menor que sua capacidade econômica. Talvez os empresários não tenham despertado para participarem de forma mais ativa.”

A representação política do açúcar também se dá por meio de sindicatos e associações. “Esse aparato mantém um *staff*, composto por técnicos e especialistas capacitados, mantidos com um orçamento derivado das contribuições das usinas e destilarias associadas. Quando necessário, o lobby do açúcar apresenta suas demandas, revestindo-as de caráter social, como se fossem do interesse geral, de toda a economia”<sup>10</sup>.

O presidente do Sindaçúcar de Alagoas, Pedro Robério, nasceu em Maceió, mas mora com a família em Brasília desde 1990. Formado em administração, trabalhava na usina Santo Antonio desde 1975 e era um dos diretores quando foi chamado pelo então presidente da República, Fernando Collor, para dirigir o Departamento de Assuntos Sucroalcooleiros, órgão da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério do Interior. Ficou no cargo até 1993, pouco depois do impeachment de Collor.

Ao deixar a função pública, abriu uma empresa de assessoria empresarial em Brasília. A participação anterior no governo fez com que já tivesse clientes certos do setor de açúcar e álcool. Ainda em 1993, tornou-se consultor do Sindaçúcar. Em 2000, assumiu a vice-presidência e, em 2003, a presidência. Aos 58 anos, está em seu terceiro mandato.

Ele passa a maior parte do ano na capital federal. Os dias em Maceió costumam ser corridos. Usineiros telefonam, marcam reunião, vão ao escritório de Robério. Muitos querem saber o que há de novo em Brasília. “Vou muito ao Congresso (Nacional), porque hoje dependemos da legislação. Tem que conversar com parlamentar, pedir emenda, modificar a redação”, observa.

O lobby dos empresários na Câmara e no Senado, ressalta Robério, não teria a mesma força não fosse o engajamento de emissários da política de Alagoas. “Quando há demandas localizadas para o (setor sucroalcooleiro

---

10 CARVALHO, Cícero Péricles de. Op. cit., p. 25.

no) estado, eles (políticos) vão pedir socorro ao governo federal. Toda a força política do estado vai junto. A gente conta com o governo, com a bancada estadual e a federal. O relacionamento é o melhor possível, até pela importância do setor”, ressalta.

\*\*\*

Há séculos o aparelho do Estado brasileiro é empregado em socorro dos produtores de cana, açúcar e, mais tarde, álcool, seja para subsidiar, perdoar dívidas, arcar com prejuízos ou qualquer outra forma de ajuda. A intervenção do Estado na agroindústria sucroalcooleira “é quase tão antiga quanto a própria existência dessa atividade em nosso país, tendo esse processo de intervenção se dado, para o setor açucareiro, desde a sua fase de implantação, no período colonial e, para o alcooleiro, após a I Grande Guerra Mundial”<sup>11</sup>.

A produção de açúcar, no Nordeste, surgiu por uma decisão do Estado português, centro do poder político colonial, que estabelecia as regras básicas, doava terras, controlava as exportações, estimulava o tráfico negreiro e mantinha a escravidão. A metrópole proibia todas as atividades que concorressem com a fabricação do açúcar, em sintonia e estreita colaboração com os senhores de engenho e os comerciantes instalados nas cidades do litoral. “A Independência do Brasil, a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República não alteraram os laços que uniam a representação política do complexo do açúcar e o Estado, desde a era escravista.”<sup>12</sup>

O ritmo de modernização do setor sucroalcooleiro foi lento. A área plantada alastrava-se apenas horizontalmente até que, no século XVIII, fosse implantada uma nova variedade importante de cana-de-açúcar – a caiana, vinda de Caiena, cidade da Guiana Francesa. O engenho a vapor, o arado, as máquinas e a queima do bagaço para movimentar as caldeiras são de introdução ainda mais tardia. O transporte do açúcar era feito, até o início do século XX, em barcaças que aproveitavam os trechos de rios navegáveis perto do litoral e as águas das lagoas Mundaú e Manguaba. As estradas eram veredas toscas por onde passavam apenas animais que serviam de meios de transporte.<sup>13</sup>

Além da produtividade baixa no campo e da má qualidade dos produtos

11 ANDRADE, Manuel Correia de. **Área do sistema canavieiro**. Recife: Sudene, 1988. (Série Documentos Regionais). apud CARVALHO, Cícero Péricles de. Op. cit., p. 22.

12 CARVALHO, Cícero Péricles. Op. cit., p. 13.

13 Idem, *ibidem*, p. 13.

saídos dos engenhos e das usinas instaladas no final do século XIX, havia o problema da corrupção. Alguns exportadores de açúcar, para aumentar o volume da mercadoria, misturavam-na com argila e outras substâncias, acarretando restrições ao açúcar brasileiro no mercado internacional.<sup>14</sup>

Na segunda metade do século XIX, aumentou a pressão da concorrência externa, tanto do já tradicional açúcar das Antilhas, quanto do açúcar europeu, feito a partir da beterraba. Não havia, no país, um mercado interno capaz de absorver a produção nacional. Uma crise forte se instalou no setor açucareiro nordestino. Novamente, o Estado entrou em ação. Para melhorar as condições de produção e exportação, o governo imperial decidiu, em 1875, separar a atividade agrícola, que continuaria com os antigos banguzeiros, da fabril, confiada a empresas chamadas engenhos centrais, para onde seria remetida a matéria-prima.

A ideia era favorecer a introdução de inovações no campo e na indústria, aumentar a produtividade e diminuir os custos. O maquinário ajudaria a suprir a iminente falta da mão de obra escrava. Senhores de engenho não gostaram de se tornar vendedores de cana, mas houve entusiasmo entre capitalistas. O governo era responsável por conceder autorização para construir engenhos centrais, comprometia-se a garantir o rendimento de juros de até 7% ao ano sobre o capital empregado e distribuía auxílio às empresas empreendedoras.<sup>15</sup>

O sistema dos engenhos centrais não vingou. Os donos de engenho, temendo perder o controle sobre o complexo produtor, continuaram a moer cana e não garantiam fornecimento regular da matéria-prima. Além disso, havia um descompasso entre o progresso técnico da fábrica e a estagnação da lavoura. As usinas resolveram esse problema ao plantar sua própria cana e ao comprar de fornecedores a outra parte de seus insumos. A classe dos banguzeiros, então, foi cingida entre os que se tornaram industriais e proprietários de terras e os que passaram a ser apenas fornecedores<sup>16</sup>.

Em 1933, a intervenção do Estado nesse setor da economia foi consolidada com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Além de mediar a relação entre fornecedores e usineiros, a entidade buscou contornar a crise mundial e nacional de superprodução, estabelecendo cotas de produção por estado, por usina e por fornecedores, definindo regras para exportação e administrando os preços para a cana e seus derivados.

14 ANDRADE, Manuel Correia de. **Usinas e destilarias das Alagoas**. Maceió: Edufal, 2010. p. 38. (Olhar de Fora).

15 Idem, *ibidem*, p.41.

16 CARVALHO, Cícero Péricles de. *Op. cit.*, p. 16.

O risco de se produzir cana, açúcar e álcool no Brasil foi praticamente eliminado. A reserva de mercado e a compra da safra garantiam a produção. A fixação de preços garantia a margem de lucro. Os empresários do Nordeste exerceram a hegemonia administrativa do IAA e, por isso, foram privilegiados em relação às usinas do Centro-Sul, mais produtivas.

Os custos de produção mais altos das usinas nordestinas eram compensados por meio do mecanismo de “equalização de custos”, que infringia as leis de competitividade da economia de mercado e transferia recursos públicos para o ramo menos eficiente da indústria. No período de 1974 a 1984, os produtores do Nordeste receberam 95,6% do total de subsídios de equalização, cerca de 2,2 bilhões de dólares.<sup>17</sup>

A partir da década de 1960, a presença reguladora do IAA é ampliada com a introdução de programas, planos e fundos federais de apoio à modernização da produção açucareira. Por exemplo, o Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira (1971), depois transformado no Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira (1973), “financiou a compra de terras, a expansão da área plantada, a importação de máquinas necessária ao processo industrial e a aquisição de fertilizantes, por meio de empréstimos a longo prazo, com juros subsidiados e com isenção de correção monetária”<sup>18</sup>. A produção de cana em Alagoas saltou de 4,1 milhões de toneladas, em 1960, para 17,1 milhões em 1980.

De todos os programas ligados à agroindústria, o mais importante foi o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), criado em 1975. O objetivo era criar mercado para a elevada produção de cana e uma alternativa energética aos derivados de petróleo, cujo aumento de preços atingia diretamente a balança comercial brasileira. Foram desenvolvidos projetos para a utilização do etanol não mais apenas como mistura carburante, mas como combustível.

Até 1975, quase não se moía cana diretamente para a produção de álcool. Na década de 1980, o combustível substituiu o açúcar como centro dinâmico do setor e passou a ser o principal produto de um projeto que articulava a agroindústria sucroalcooleira e a indústria automobilística. Novamente, o repasse de recursos público foi vultoso. De 1976 a 1988, foram destinados ao Proálcool cerca de 7,5 bilhões de dólares, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada<sup>19</sup>. O programa financiava a estocagem do

17 LIMA, Arakem Alves. **A crise que vem do verde da cana. Uma interpretação da crise financeira do Estado de Alagoas no período 1988-1996.** Maceió: Edufal, 2008. p. 24-25.

18 CARVALHO, Cícero Péricles de. Op. cit., p. 29.

19 LIMA, Arakem Alves. Op. cit., p. 36

álcool nas destilarias, além de dar garantias de compra do produto pela Petrobras.

Em termos relativos, Alagoas foi um dos estados mais beneficiados pelo Proálcool, recebendo 7% dos projetos aprovados e 8,1% dos recursos destinados. Entre 1975 e 1989, triplicou sua área plantada com cana, quase duplicou a produção de açúcar, instalou 29 destilarias, multiplicou a produção de álcool em 25 vezes e apresentou o maior crescimento proporcional entre os produtores de álcool no país.<sup>20</sup> Ao mesmo tempo em que a cana alargava seu domínio, entre 1976 e 1980, a área de outras culturas alimentares se retraíam, como arroz (-30%), feijão (-5,6%) e mandioca (-27,1%).

A implantação das políticas que resultaram nas transformações do setor acarretou uma sangria das finanças públicas. O endividamento dos empresários com o Banco do Brasil, o Tesouro Nacional, a Receita Federal e o IAA somava, em 1991, 2,05 bilhões de dólares. Com o INSS, em março de 1993, a dívida atingia mais de 60 milhões de dólares, dos quais 33% pertenciam aos usineiros alagoanos, mais que a região Centro-Sul.

Ao menos parte das dívidas aguarda liquidação. Em agosto de 2005, 28 usinas e destilarias de Alagoas deviam R\$ 722.023.547 ao INSS e estavam entre seus cem maiores devedores, segundo o Ministério da Previdência Social<sup>21</sup>. No site do ministério, estão publicados os valores atualizados até dezembro de 2008 das dívidas de, pelo menos, 18 usinas e destilarias do estado. Juntas, as empresas – algumas já desativadas – devem R\$ 554.338.916. Nas listas de 2005 e 2008, a maior devedora é a usina Roçadinho – cuja razão social é S/A Leão Irmãos Açúcar e Álcool –, com R\$ 73.161.965 em 2005 e R\$ 87.552.182 em 2008.

\*\*\*

A desaceleração do Proálcool, a partir de 1986, e a dificuldade de obter apoio e financiamento fizeram com que o setor sucroalcooleiro alagoano avançasse sobre o erário estadual. A companhia estadual de eletricidade, Ceal, passou a sofrer com a inadimplência do setor que atingia, em 1996, R\$ 40 milhões.<sup>22</sup>

Os usineiros também recorreram aos cofres do banco estadual, Pro-duban, que entrou em processo de liquidação em 1997. Para averiguar os

20 CARVALHO, Cícero Péricles de. Op. cit., p. 42-43.

21 BRASIL. Ministério da Agricultura. **Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial do Setor Sucroalcooleiro da Região Nordeste**. Brasília: MAPA, 2005.

22 CARVALHO, Cícero Péricles de. Op. cit., p. 53.

motivos da falência do Produban, a Assembleia Legislativa de Alagoas criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), cujo relatório final foi votado em 2003. A reportagem não teve acesso ao relatório, mas, segundo o economista Cícero Péricles de Carvalho, os débitos de que o banco era credor totalizavam R\$ 2,5 bilhões, sendo que mais de R\$ 700 milhões estavam em posse de empresas sucroalcooleiras, redes de hotéis, empresas públicas e políticos.

Em 2005, o governador Teotônio Vilela sancionou uma lei que autorizava o liquidante do Produban a celebrar acordo com oito usinas vinculadas à Cooperativa Regional, cujo débito total foi fixado em R\$ 21,2 milhões. Porém, o ex-governador Ronaldo Lessa estimava, em 2004, que as cooperadas deviam R\$ 135 milhões e que R\$ 21 milhões era o valor inicial dos empréstimos, sem juros, multas e correção monetária<sup>23</sup>.

O poder político exercia muita influência sobre a aprovação dos empréstimos do banco, avalia Paulo Nunes, que foi relator da CPI do Produban. Segundo Nunes, atual secretário de Saúde do município de Atalaia, alguns dos maiores devedores do banco, como as usinas cooperadas, estavam entre os principais financiadores de campanhas eleitorais em Alagoas. “Era uma via de mão dupla. Em época de campanha, eram feitos muitos empréstimos a juros abaixo do mercado e com prazo a perder de vista”, observa. “Quando eu convoquei para depor o então diretor financeiro da Cooperativa, José Aprígio Vilela, ele entrou com uns dez deputados atrás. Por aí, você vê.”

As investidas dos usineiros sobre o erário do estado foram coroadas entre 1988 e 1989, quando o Governo do Estado, de um lado, e usinas e destilarias, de outro, firmaram o que ficou conhecido como “acordo dos usineiros”. “Na história política e econômica recente de Alagoas, esse acordo foi talvez o que mais consequências negativas trouxe para o estado”, considera o economista Araken Alves de Lima, em estudo publicado em 1998.

“É compreensível que os governos realizem acordos temporários com determinados setores econômicos, envolvendo redução de alíquotas, incentivos fiscais ou concessão de créditos, dentro de uma concepção que vise promover o desenvolvimento econômico. No entanto, esse acordo foi a conquista das finanças públicas estaduais por um empresariado acostumado a sobreviver e se proteger da competição econômica absorvendo recursos públicos”, complementa o economista Lima no mesmo estudo.

---

23 Em 97, greve de policiais provocou renúncia de Suruagy. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 julho 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u33244.shtml>. Acesso em: 15 outubro 2011.

Para entender o acordo, é preciso considerar seu ponto de partida. Em 1987, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional a lei estadual Nº 4.418, de 1982, que determinava o recolhimento do antigo ICM, atual ICMS, sobre o mero deslocamento físico da cana-de-açúcar entre unidades pertencentes à mesma empresa ou pessoa jurídica. Em outros termos, a usina ficou desobrigada de pagar ICM sobre a cana própria. A decisão do STF foi repetida para outros estados, como Mato Grosso do Sul e Paraíba.

A decisão fez com que a participação do setor sucroalcooleiro na arrecadação do ICMS de Alagoas despencasse, segundo dados da Sefaz. Em 1983, o setor respondia por 58,02% do montante recolhido. Em 1988, o índice estava em 15,84%. No ano seguinte, caiu para 4,48% e, em 1991, chegou a 1,48%.

Em Alagoas, no entanto, não houve simplesmente a paralisação das cobranças. De posse da decisão do STF, os usineiros deram entrada em uma Ação Administrativa na Sefaz, requerendo a devolução do ICM pago nos cinco anos anteriores, prazo fixado pelo Código Tributário Nacional. Negada tal Ação, o passo seguinte dos empresários foi recorrer ao Poder Judiciário por meio de uma Ação Judicial de Restituição de Indébito.

Porém, o governador da época, Fernando Collor, antecipou-se à decisão em primeira instância e lavrou, com as empresas reclamantes, os Termos de Transação do Indébito da Cana Própria, popularmente chamados de “acordo dos usineiros”. Os termos foram pactuados em duas ocasiões. O primeiro, em 15 de julho de 1988, envolveu 19 empresas; o segundo, em 19 de abril de 1989, mais 12 empresas. Nesses termos de transação, foi estabelecido que a dívida assumida pelo governo estadual deveria ser convertida em crédito fiscal e dividida em 120 parcelas mensais, corrigidas monetariamente com o maior índice do período, a ser escolhido pelos credores.

No estudo citado anteriormente, o economista Araken Alves de Lima observa que o ICMS sobre a cana própria, pago pelas usinas e destilarias antes da decisão do STF, por ser um imposto indireto, era transferido para o consumidor final por meio do preço. A restituição deveria ter o consumidor final como beneficiário, ou mesmo o IAA, que assumia boa parte dos custos de produção do açúcar alagoano.

Esse foi o teor do parecer emitido em março de 1997 pelo então Procurador-Chefe da Fazenda Nacional em Alagoas, Aldemario Araújo Castro. O setor sucroalcooleiro, segundo o parecer de Castro, “aparece como responsável pelo recolhimento do tributo, mas não suporta, em princípio, o ônus financeiro”. Castro concluiu que “as transações realizadas pelo Estado de

Alagoas são ilícitas e nitidamente lesivas ao Erário” e que, “simplesmente, inexistente qualquer crédito em favor das empresas”.

Para embasar sua alegação, Castro citou o artigo 166 do Código Tributário Nacional, que prevê que “a restituição de tributos que comportem, por sua natureza, *transferência do respectivo encargo financeiro* somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la (grifo meu).”

Na década de 1990, Alagoas entrou em bancarrota. Foi o único estado do Nordeste, entre 1986 e 1995, a apresentar queda na receita tributária. Por outro lado, a receita orçamentária (receita total) teve saldo positivo, só que às custas de recursos transferidos pelo governo federal e do endividamento do estado, por meio de operações de crédito. No mesmo período, as despesas com encargos da dívida interna aumentaram 7% ao ano, em média.<sup>24</sup>

“Em 1995, quando assumiu pela terceira vez o governo do Estado, Divaldo Suruagy tinha uma dívida de 650 milhões de reais para rolar. Duas folhas e meia de salários do funcionalismo estavam atrasadas. Dois anos e meio depois, Alagoas deve 1,7 bilhão de reais – o rombo cresceu 161% – e o governador não paga os salários dos 50 000 funcionários públicos há sete meses”, relatou a reportagem “Apocalipse alagoano”, publicada na revista *Veja* em junho de 1997.<sup>25</sup>

O governo reconheceu que o acordo dos usineiros era uma das causas da falência do estado e, em 1995, formou uma comissão para levantar os valores e condições dos termos firmados por Collor. Em seu relatório final, apresentado em junho de 1997, a comissão revelou que seus trabalhos se depararam com uma “dificuldade adicional”: a Fazenda estadual não possuía “qualquer dado preciso sobre a matéria”. Foi preciso executar um “verdadeiro trabalho de garimpagem em livros e documentos das empresas transadoras, mês a mês, ano a ano”. Presidida pelo então Procurador Geral do Estado, Marcelo Teixeira, a comissão concluiu que o estado ainda devia aos usineiros R\$ 248,7 milhões.

Em 17 de julho de 1997, milhares de servidores públicos se reuniram na Praça Dom Pedro II, em Maceió, diante do prédio da Assembleia Legislativa. Lá dentro, os parlamentares votaram e rejeitaram o impeachment de

<sup>24</sup> LIMA, Arakem Alves. Op. cit., p. 47-48.

<sup>25</sup> BOSCO, Sylvania Del; ROCHA, Leonel. Apocalipse alagoano. *Veja*, 11 junho 1997. Disponível em: [http://veja.abril.com.br/110697/p\\_24.html](http://veja.abril.com.br/110697/p_24.html). Acesso em: 9 outubro 2011.

Suruagy. Houve revolta popular e tiroteio entre os soldados do Exército que guarneciam o prédio e manifestantes, a maioria policiais civis, com sete salários atrasados, e militares, com seis meses de salários por receber. No mesmo dia, Suruagy renunciou.<sup>26</sup>

O fim do acordo dos usineiros foi uma das condições impostas pelo governo federal para que se ampliasse o prazo de renegociação da dívida do estado com a União e houvesse liberação de recursos federais para Alagoas. Em 26 de julho de 1997, Manuel Gomes de Barros, vice de Suruagy que o havia sucedido no governo, lançou uma portaria anulando as transações de 1988 e 1989, ao considerar, entre outras alegações, que haviam sido pactuadas “sem autorização legislativa”.

No entanto, em abril de 1998, Barros – também ex-presidente da Associação de Plantadores de Cana de Alagoas (Asplana) –, sancionou a lei 6.004, que concedeu novos privilégios fiscais ao setor sucroalcooleiro. A cana-de-açúcar vendida a estabelecimentos industriais – na prática, toda a cana comercializada no estado – ficou isenta do pagamento de ICMS. As usinas e destilarias poderiam abater 2,64% do ICMS sobre o valor das saídas tributadas, índice que valeria por cinco anos e depois cairia para 1,32% depois de cinco anos. As unidades industriais poderiam transferir o crédito acumulado para qualquer estabelecimento que lhes pertencesse em Alagoas.

A lei ainda concedeu aos produtores de cana crédito de 8% do ICMS sobre as saídas tributadas, taxa que se reduziria para 4% após cinco anos. A lei determinou que a condição para o gozo de seus benefícios seria a renegociação do acordo dos usineiros, “com mútua, plena e geral quitação de parte a parte”. Porém, sem que a renegociação ocorresse, os privilégios previstos passaram a ser usufruídos.

A lei editada por Barros foi suspensa em 2001 e considerada inconstitucional em abril de 2003 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a partir de Ação Direta de Inconstitucionalidade movida por Ronaldo Lessa, então governador de Alagoas. Na ação, Lessa afirmou que as finanças do estado sofreram graves prejuízos após a edição da lei. A arrecadação do setor canavieiro, que era de R\$ 6,6 milhões em 1997, baixou para R\$ 180 mil em 1998 e chegou a R\$ 33 mil em 2000. A receita bruta do setor, por sua vez, atingiu R\$ 1,3 bilhão em 2000, sendo maior que toda a receita do estado,

---

26 LOBATO, Elvira. AL quer passar dívida de usineiros à União. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 abril 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u60327.shtml>. Acesso em: 30 setembro 2011.

segundo dados do governo.

Lessa começou a negociar com os produtores de açúcar e álcool uma solução para as pendências relacionadas ao recolhimento de ICMS. Pela primeira vez desde o pacto firmado com Collor, os usineiros deixavam a condição de credores e assumiam a de devedores do estado. Precisariam devolver aos cofres públicos o valor dos créditos que usufruíram por conta dos termos de transação de 1988 e 1989 e da lei de 1998. A negociação também incluiu outros débitos do setor.

A Sefaz calculou que o setor deveria pagar ao estado R\$ 1,5 bilhão. No entanto, o escritório paulista Levy & Salomão Advogados Associados, contratado para mediar a negociação, chegou ao valor de R\$ 446,6 milhões, a serem pagos em 180 parcelas (15 anos). Do total, R\$ 353,3 milhões equivaliam ao ressarcimento do crédito do acordo dos usineiros.

Os números, afinal, foram impressos em um termo de transação fechado em outubro de 2004. No entanto, como as contas executadas pelo escritório paulista nunca foram publicadas, uma pergunta continua sem resposta: qual o método, qual a base de cálculos e que suporte legal foram utilizados para se chegar a um valor tão diferente do R\$ 1,5 bilhão anunciado pela Sefaz?<sup>27</sup>

“Não foi permitido à Fazenda ter acesso aos cálculos feitos pelo escritório, que alegou que era sigilo profissional”, revela o fiscal de renda Denis Ubirajara, à época chefe de uma comissão da Sefaz responsável por fiscalizar empresas do setor sucroalcooleiro. “Isso é balela, ambas as partes em negociação deveriam ter acesso aos cálculos, (os advogados) não apresentaram porque não teriam como justificar essa diferença. A redução se deve a concessões feitas às usinas.”

O acordo dos usineiros ainda é tema recorrente na pauta política de Alagoas. Durante a campanha das eleições de 2010, o assunto foi referido em pelo menos um debate entre candidatos ao governo estadual, promovido pela TV Pajuçara. Ao questionar Collor (PRTB), Mário Agra (PSOL) acusou: “Você foi um dos grandes responsáveis por esse caos que o estado hoje passa (*sic*). Vem de décadas, de séculos, mas você concretamente aguçou esse problema. Toda a população alagoana sofreu por conta desse acordo desastroso.”

Collor repetiu a versão que costuma sustentar quando questionado sobre os termos de transação. “Quero lembrar que esse acordo foi celebrado em função de uma determinação do Supremo Tribunal Federal.” Alegou

---

27 CARVALHO, Cícero Péricles de. Op. cit. p. 53.

que foi “obrigado pelo Supremo” a tomar a medida, tendo apenas respeitado “uma decisão tomada pela mais alta corte de Justiça do país”.

O presidente do Sindaçúcar, Pedro Robério, julga que o acordo foi justo. “Você tem direito a reaver os cinco anos (anteriores), é assim que o Código Tributário determina. Iríamos ganhar (a causa na Justiça), era inexorável”, acredita. Ele considera controversa a alegação de que o ICMS pago indevidamente, por ser imposto indireto, não deveria ter sido reclamado pelas empresas. “Isso é uma grande discussão, não só com relação à cana. Deve ou não ser restituído? Isso deve ser resolvido no arcabouço tributário brasileiro.”

O pacto com Collor, na opinião de Robério, ajudou o setor sucroalcooleiro a superar a crise por que passava. “Foi exatamente nesse período que o Programa de Equalização (de Custos da Cana-de-Açúcar do Nordeste, criado pelo IAA) começou a fazer água. Esse acordo permitiu enfrentar a queda de receita, que foi muito relevante. Jamais o setor teria conseguido aguentar sem o apoio federal e o estadual”, analisa.

Se o setor quebrasse, levaria Alagoas junto, defende Robério. “Não sei se o estado estaria pior ou melhor, não sei se o estadista pensou mais no estado ou no setor. Mas acho que o estado teria ido junto numa *débâcle* muito grande da economia canavieira.” Segundo ele, o acordo firmado com Lessa em 2003 veio em boa hora, quando o setor estava fortalecido. “Enquanto um acordo serviu para enfrentar aquele momento ruim, o outro veio quando o impacto já havia sido superado. Estamos restituindo uma parte do valor (dos créditos utilizados).” Com ligeiro sorriso, complementa: “É como se tivesse sido um ‘empréstimo’.”

\*\*\*

Em meados da década de 1990, quando a crise financeira de Alagoas intensificou a controvérsia em torno do acordo dos usineiros, o cargo de coordenador-geral de Administração Tributária da Sefaz era ocupado pelo fiscal de renda Silvio Carlos Luna Viana. Em 1995, Viana articulou uma comissão responsável por fiscalizar usinas e destilarias.

“O Silvio começou a questionar o acordo: quem autorizou a devolução (do ICMS)? Há alguma lei autorizando essa transação? Que montante é esse que nunca acaba e só faz aumentar?”, recorda Denis Ubirajara, que aceitou o convite de Viana para chefiar a comissão. Na prática, a principal atribuição do grupo era verificar as condições do acordo e como foram calculados os valores dos supostos créditos de que as empresas dispunham.

“As usinas resistiam, não aceitavam nossas intimações, não forneciam os documentos solicitados”, revela Ubirajara. Foi por isso que, segundo ele, Viana sugeriu que o governador Divaldo Suruagy formasse uma comissão específica para verificar os termos de transação de Collor. A comissão, mencionada anteriormente, foi ativada em 1995 e presidida pelo então Procurador Geral do Estado, Marcelo Teixeira. Alguns integrantes da equipe de Ubirajara foram deslocados para o novo grupo.

Viana não conseguiu ver o resultado dos trabalhos da comissão, encerrados em 1997. Na noite de 28 de outubro de 1996, Dia do Funcionário Público, foi assassinado. “Quatro balas de uma rajada de submetralhadora nove milímetros destruíram o crânio. Outras seis, o tórax.”<sup>28</sup> O corpo pesou sobre o volante de seu Fiat Uno. No banco traseiro, havia uma pasta com ofícios que, supostamente, cobravam dívidas de usineiros.

Dias antes da morte, Viana teria entregado cópias dos ofícios nos escritórios da Nivaldo Jatobá Empreendimentos, grupo proprietário de usinas desativadas – como Alegria e Bititinga –, e da usina Laginha, pertencente ao deputado federal João Lyra. A reportagem não conseguiu localizar os papéis. O irmão de Viana, Sérgio Viana, chegou a guardar cópias. “Não tenho mais esse material, perdi. São mais de 15 anos”, afirma Sérgio.

Advogado, Sérgio era assessor do gabinete do então secretário da Fazenda, José Pereira de Souza. Diz saber o conteúdo dos ofícios. “Os usineiros estavam recebendo mais (créditos fiscais) do que poderiam. Os ofícios tinham um levantamento mostrando isso”, afirma. “O Silvio começou a fazer esse acompanhamento, ninguém na Fazenda tinha acompanhado isso antes dele, era uma vergonha.”

Ubirajara não sabe do que os ofícios tratavam, mas aponta: “Segundo nossas investigações, havia indícios de que algumas cláusulas do acordo eram abusivas, como as relacionadas aos índices de correção monetária.” Em outubro de 1996, técnicos da Sefaz haviam calculado, com base nos índices oficiais para cobrança de créditos tributários, que, caso a restituição aos usineiros devesse ser feita, seria na ordem de R\$ 131,8 milhões. Porém, até aquela data, os técnicos apuraram que o estado já havia restituído ao setor R\$ 358,05 milhões, 63,2% a mais do que o que seria devido.<sup>29</sup>

O ex-tenente-coronel da Polícia Militar (PM) Manoel Francisco Cavalcante, o ex-soldado da PM Garibalde Santos de Amorim e o ex-tenente José

---

28 MARQUES, Hugo. Crime sem castigo. *Istoé*, 5 julho 2006, n. 1915. Disponível em: [http://www.istoe.com.br/reportagens/7402\\_CRIME+SEM+CASTIGO](http://www.istoe.com.br/reportagens/7402_CRIME+SEM+CASTIGO). Acesso em: 11 setembro 2011.

29 LIMA, Arakem Alves. Op. cit., p. 46.

Luiz Silva Filho foram condenados pelo assassinato do então coordenador-geral de Administração Tributária. Antes de ir a julgamento, outro acusado, o fazendeiro José Fernandes Costa, conhecido como Fernando Fidélis, foi morto no presídio onde cumpria pena por outros homicídios, em 28 de outubro de 2005, aniversário da morte de Viana.

“A coisa é tão absurda que Cavalcante foi preso como autor intelectual do crime. Ele não tinha nenhuma relação com Viana. Que interesse teria em fazer isso?”, questiona Marcelo Tadeu, juiz da 4ª Vara Cível da Capital, em Maceió. Em junho de 2006, quando era juiz da Vara de Execução Penal de Alagoas, Tadeu encaminhou ao Supremo Tribunal Federal (STF) notícia-crime que aponta João Lyra como mandante do assassinato. “A motivação foi a cobrança das dívidas do setor sucroalcooleiro”, crava Tadeu.

O documento relata um depoimento que Garibalde prestou a Tadeu. Solto depois de cumprir oito anos da pena em regime fechado por causa da morte de Viana, Garibalde disse ter recebido R\$ 48 mil para, no curso do processo, inocentar Lyra em depoimento à PF. Fidélis teria recebido o mesmo valor e Cavalcante, R\$ 200 mil. Garibalde afirma que dois ex-soldados e dois ex-policiais militares foram os verdadeiros matadores do fiscal de renda.

Tadeu acredita em toda a versão de Garibalde, que foi o “braço direito” de Cavalcante no grupo de extermínio conhecido como “ganguê fardada”, atuante nas décadas de 1980 e 1990. O juiz anexou ao processo aberto no STF um DVD em que Cavalcante, sem saber que estava sendo filmado, confirmaria a história. “É aí que a verdade aparece. Diante da autoridade judiciária, ele vai todo ‘armado’, vai dizer o que é da conveniência dele”, considera.

A reportagem não teve acesso à gravação, feita quando o ex-militar estava em um presídio de Recife (PE). “Você imagina o Supremo denunciar João Lyra, deputado federal, megaempresário, com base no depoimento de um bandido. É muita coragem”, exclama o juiz. O STF encaminhou o processo para o Ministério Público Federal, que tinha competência para abrir inquérito e partir para a coleta de dados.

No entanto, em 2006, Lyra foi derrotado nas eleições para o governo do estado, deixou o mandato de deputado federal e perdeu o foro privilegiado. O processo, então, foi enviado para o Ministério Público Estadual de Alagoas, que solicitou que a Polícia Civil local apurasse o caso. Tadeu reclama que, desde então, o processo não andou mais. “Acabou, morreu. É horrível. É a dominação. João Lyra é o símbolo de tudo isso: poder econômico e poder político, os dois juntos. Quem pode com um negócio desses?”

Tadeu classifica o caso, que ainda rendeu outros três processos judiciais, como “aberração jurídica”. Ele acusa o poder público de Alagoas de dificultar a condenação de Lyra. “Nos processos, houve dolo das instituições: Ministério Público, Judiciário, polícia. Todo mundo, por omissão ou ação.” Ele observa que, na Justiça Cível, ramo em que trabalha atualmente, os usineiros recebem um tratamento particular. “Há, no mínimo, um respeito exacerbado para com o setor.”

A reportagem tentou entrevistar João Lyra, mas não obteve resposta de sua assessoria.

\*\*\*

A comissão da Sefaz articulada por Silvio Viana em 1995 continuou a ser chefiada por Denis Ubirajara até 2009. A equipe, que inicialmente acompanhava a arrecadação de usinas e destilarias, tornou-se responsável por averiguar a atuação de todas as empresas do setor industrial. Chegou a se chamar Comissão de Fiscalização de Empresas Industriais (COMFIEI) e, em 2005, foi renomeada como Grupo de Trabalho de Empresas Industriais (GTEI).

Entre junho e dezembro de 2009, os membros da equipe se transferiram para outros setores da Sefaz e o GTEI se esvaziou. A reportagem teve acesso a documentos que mostram que, pelo menos desde 2007, investigações apontavam indícios de irregularidades na arrecadação do ICMS por parte de empresas produtoras de açúcar e álcool. Em 2009, as investigações foram interrompidas a contragosto dos integrantes do GTEI e não foram retomadas.

Em outubro de 2007, um memorando remetido à Diretoria de Planejamento da Ação Fiscal, assinado por Ubirajara em nome do GTEI, informou que o grupo havia constatado que os contribuintes do setor sucroalcooleiro estavam “com omissão, tanto total quanto parcial”, de dados relacionados a entradas e saídas de mercadorias. Por isso, o GTEI pediu para que fosse implementada a consulta a arquivos do Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços (Sintegra) – sistema informatizado que recolhe dados de operações de compra, venda e prestação de serviços dos contribuintes.

Em março de 2008, um documento do GTEI, intitulado “Plano de Ação das Empresas em Fiscalização”, informou que, em novembro de 2007, o grupo havia começado a apurar, no banco de dados do Sintegra, “omissões, in-

consistências e erros” relacionados às empresas do setor sucroalcooleiro.

Um relatório mensal, também referente a março de 2008 e remetido ao então diretor de Fiscalização de Estabelecimentos, Marcelo Machado, informou que prosseguia o trabalho de checagem das informações do Sintegra apresentadas pelas empresas do setor “no período de 2004 a 2007, relativamente a cada documento fiscal”.

Outro relatório mensal, de setembro de 2008, também dirigido ao diretor de Fiscalização de Estabelecimentos, informou que o grupo estava “no aguardo de definição quanto às medidas a serem tomadas no tocante às omissões dos arquivos do Sintegra do setor sucroalcooleiro, constantes no banco de dados criado por este grupo, que contém as informações individualizadas por empresa.”

Em janeiro de 2009, as investigações foram suspensas. No dia 30 desse mês, a então superintendente da Receita Estadual, Adaída Diana do Rego Barros, mandou um e-mail a todos os usuários da rede interna da Sefaz informando que a Superintendência “tornou sem efeito” 29 intimações fiscais que haviam sido enviadas pelo GTEI às empresas do setor sucroalcooleiro.

As intimações solicitavam que as empresas entregassem ao grupo, no prazo de dez dias, as informações constantes nos livros de registro de entrada e saída de mercadorias e de apuração do ICMS relativos ao período de 2004 a 2008. Entre os dados a serem apresentados, constavam as datas de entrada e saída de produtos e o valor total dos documentos fiscais de aquisição e remessa de produtos.

A superintendente da Receita Estadual alegou, no e-mail mencionado, que as intimações haviam sido expedidas sem que os membros do GTEI tivessem solicitado a Ordem de Serviço, exigência prevista no artigo 4º da Portaria 558, de 2002. Além disso, a solicitação de “obrigações acessórias” – termo que, no caso, refere-se à entrega dos livros de registro – não tinha “previsão na legislação vigente”. Ao final da mensagem, a superintendente ressaltou que novo descumprimento das determinações “implicará na apuração do ato de indisciplina”.

A equipe do GTEI reagiu. O memorando de 3 de fevereiro de 2009, subscrito pelos cinco membros do grupo e dirigido à superintendente Adaída Barros, afirmou que, embora a Fazenda “disponha de grande quantidade de informações dos contribuintes”, havia sido necessário solicitar, por meio das intimações, “dados complementares para nortear a tomada de decisão das ações do grupo”.

Segundo o memorando, o procedimento padrão do GTEI era que a Or-

dem de Serviço só fosse solicitada após concluídos os “estudos e planejamentos iniciais, para a avaliação da viabilidade” de se propor uma ação de fiscalização. Os “estudos iniciais” exigiam, de acordo com o texto, que fossem solicitados documentos aos contribuintes, a serem confrontados com as informações do banco de dados da Sefaz. Esse procedimento padrão, segundo o memorando, nunca havia sido alvo de qualquer “discussão ou objeção”.

O GTEI também alegou que a entrega de informações dos livros fiscais – a “obrigação acessória” a que se referiu a superintendente no e-mail – era “perfeitamente válida de ser exigida”. Além disso, os fiscais consideraram que “não há por que se falar em ato de indisciplina”, uma vez que as atividades tinham sido informadas ao superior imediato na hierarquia da Sefaz, o diretor de Fiscalização de Estabelecimentos, em relatórios mensais e anuais. Ao final do memorando, os fiscais classificaram como “ato discricionário” a medida tomada pela superintendente.

Os membros do GTEI não receberam resposta de Adaída Barros quanto ao memorando. Em 5 de fevereiro, encaminharam outro memorando, dessa vez para o diretor de Fiscalização de Estabelecimentos. Os fiscais solicitaram, tendo em vista o comunicado em que a superintendente tornou as intimações sem efeito, que o diretor emitisse a Ordem de Serviço para que fossem remetidas novas intimações. O documento lista as 29 empresas a serem intimadas. O GTEI também não obteve resposta a essa solicitação.

Em abril, em um encontro da Federação Nacional do Fisco (Fenafisco) realizado em Manaus (AM), o Sindicato do Fisco de Alagoas (Sindifisco) denunciou a decisão da superintendente. No mesmo mês, a Fenafisco editou uma “Moção de Apoio, Solidariedade e Protesto”, condenando “o cancelamento intempestivo e arbitrário” das intimações.

A lista de empresas a serem intimadas incluía as 24 usinas e destilarias em atividade. Três delas (Utinga Leão, Coruripe e Pindorama) receberiam duas intimações. A desativada usina São Gonçalo, situada em Japaratinga, a 115 km de Maceió, e a Copertrading Comércio Exportação e Importação, braço comercial da Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar e Alcool, também seriam intimadas.

A Cooperativa vinha sendo alvo de uma fiscalização paralela, também motivada pelo fato de o GTEI ter constatado a omissão de informações de entrada e saída de mercadorias e divergências entre as informações prestadas. No caso da Cooperativa, aparentemente, as investigações estavam mais avançadas que as das outras empresas, pois já se havia estimado o

valor do ICMS não recolhido.

Em memorando de fevereiro de 2009, destinado ao diretor de Fiscalização de Estabelecimento, o chefe do GTEI informou que a Cooperativa havia omitido 2.077 documentos fiscais de saídas de mercadorias, relativos ao período de 2004 a 2008. Os documentos omitidos contabilizavam R\$ 72.597.516 e, portanto, a empresa havia deixado de recolher R\$ 2.655.780 em ICMS.

Com a saída dos integrantes do GTEI, as investigações referentes à Cooperativa também foram suspensas. Em junho de 2009, Ubirajara se transferiu para a Coordenadoria de Julgamento. No mesmo mês, afastou-se o colega Delson Acioly Wanderley, atualmente membro da Comissão de Representação Fiscal. Em seguida, foi a vez de Marlon Rocha Soares, hoje integrante da Gerência Regional de Administração Fazendária do município de São Miguel dos Campos. Depois, saíram Maria de Fátima Lima, hoje na Coordenaria de Julgamento, e, em dezembro, Cláudia Maria de Góes Lima se realocou no Grupo de Trabalho de Fiscalização do IPVA.

Adaída Barros deixou a superintendência da Receita Estadual em 2009 e se tornou secretária adjunta da Fazenda, cargo que ocupa até hoje. “As intimações não foram canceladas aleatoriamente”, explica à reportagem. Ela reiterou que os fiscais não solicitaram a Ordem de Serviço. “Queríamos que o procedimento formal para iniciar uma fiscalização fosse feito, procedimento obedecido pelos servidores da Sefaz. Apenas esse grupo não queria atender essa obrigação.”

Também afirma que as investigações não estavam sendo relatadas ao diretor de Fiscalização de Estabelecimentos. “Eu liguei para o diretor e perguntei: ‘Qual a ação fiscal que está sendo feita?’ Ele falou: ‘Não sei, vou ver.’ Imagine essa situação.” Adaída nega que a anulação das intimações tenha tido o objetivo de impedir que as usinas e destilarias fossem fiscalizadas. Alega que, ainda em 2009, as empresas foram postas sob um procedimento mais rigoroso de fiscalização, chamado Regime Especial.

De acordo com o Decreto estadual nº 35.245, de 1991, que regulamenta o ICMS, o contribuinte que, “reiteradamente, deixar de cumprir suas obrigações fiscais”, pode ser submetido, por prazo determinado, a esse regime. O objetivo é controlar toda a movimentação comercial do contribuinte. Agentes da Sefaz ficam de plantão permanente no estabelecimento, averiguando a entrada e a saída de mercadorias, abrindo e conferindo caixas e pacotes, entre outras precauções.

Segundo as Instruções Normativas da Sefaz publicadas no Diário Oficial do Estado, 11 empresas do setor sucroalcooleiro foram postas em Regi-

me Especial por um período de 30 dias. Entre 19 de janeiro e 19 de fevereiro de 2009, o regime ocorreu nas usinas Santo Antonio, Taquara, Sinimbu, Pindorama e a destilaria Porto Alegre; entre 26 de fevereiro e 27 de março, nas usinas Guaxuma, Sumaúma, Triunfo, Cachoeira e Serra Grande; e, entre 4 de novembro e 4 de dezembro, na usina Laginha.

A execução dos Regimes Especiais ficou a cargo das diretorias de Mercadoria em Trânsito (DMT) e de Fiscalização de Estabelecimentos (Difis). Segundo o diretor da DMT, Robson Gueiros, as medidas não tiveram qualquer relação com as investigações do GTEI. Foram motivadas por denúncias apresentadas pela Secretaria da Fazenda da Bahia.

Caminhões de distribuidoras de combustível daquele estado se enchem de etanol de usinas alagoanas e não registravam a entrada da mercadoria em seu destino, a Bahia. “É o que chamamos de descaminho do produto. Era entregue a compradores de Alagoas e Sergipe. Eram volumes altíssimos. Como usinas daqui eram fornecedoras, fizemos Regime Especial”, explica Gueiros, que diz não ter sido comprovada cumplicidade por parte das usinas.

O GTEI não foi extinto após a saída de seus integrantes, segundo Adaída. “Enquanto eu estava na superintendência, o grupo foi renomeado com novas pessoas. O segmento industrial passou a ser fiscalizado por mais de um grupo. Nenhuma empresa deixa de ser fiscalizada”, afirma. Em dezembro, quando o último membro da antiga equipe do GTEI foi realocado, a Sefaz publicou uma portaria criando, entre outros grupos de trabalho, o chamado Sucroalcooleiro e Exportação, composto por apenas um fiscal de renda, Emílio Marcelino Pessoa Lira Lins.

O GTEI funcionava no prédio sede da Sefaz, no bairro da Cambona, em Maceió. O novo GT, por sua vez, foi alocado em um edifício no Centro da cidade. O local foi visitado pela reportagem. No 5º andar, uma placa pende do teto com os dizeres “DIFIS – Grupo de Trabalho Sucroalcooleiro”. No espaço destinado ao GT, que divide uma sala comprida com outros grupos de trabalho, há pilhas de pastas, papéis e caixas sobre mesas e estantes. O material é o espólio do GTEI, segundo Emílio Lins. “O que o pessoal de Empresas Industriais fez parou aí, não houve continuidade”, relata.

A portaria que nomeou Lins para o grupo Sucroalcooleiro tinha vigência até 2 de fevereiro de 2010. “As pessoas (fiscais de renda) não queriam ficar no setor. O gestor (diretor da Difis) decidiu: ‘Ah, então vou nomear temporariamente, se quiser prosseguir, eu renovo’”, justifica Adaída. Depois de o prazo da portaria expirar, a nomeação de Lins não foi renovada,

tampouco foi criado novo grupo destinado a fiscalizar o setor.

Portanto, oficialmente, a arrecadação de impostos das usinas e destilarias não é fiscalizada pela Sefaz desde fevereiro do ano passado. “Formalmente, a coisa está desativada, o setor está suspenso”, reforça Lins, atualmente chefe do GT Combustíveis. Na prática, a atividade está interrompida há mais tempo. “Na verdade, a portaria (que criou o GT Sucroalcooleiro) nunca esteve em vigência. Não evoluiu. Ficou só no papel.”

\*\*\*

Em Alagoas, o complexo sucroalcooleiro é o setor econômico mais articulado politicamente e são antigos os vínculos com as estruturas de governo. As relações com a administração local se estreitaram no período de crescimento acelerado da agroindústria canavieira, durante a vigência do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

O setor público estadual atendia prioritariamente às demandas dos usineiros, dirigindo grande parte de seus investimentos para a zona do açúcar e, dos anos 1950 aos 1970, implantou uma malha viária pavimentada para atender a todas as unidades industriais, resolvendo um antigo problema logístico, ao mesmo tempo em que levava energia elétrica a essas fábricas.<sup>30</sup>

O Brasil é o maior produtor de cana do mundo. Na safra 2011-2012, a cultura tem a terceira maior área plantada (8,4 milhões de hectares) do país, depois da soja (24,4 milhões de hectares) e do milho (14,4 milhões de hectares), de acordo com estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Entre novembro de 2010 e outubro de 2011, o complexo sucroalcooleiro apresentou o segundo maior saldo positivo (15,68 bilhões de dólares) da balança comercial do agronegócio (superávit total de 75,1 bilhões de dólares), atrás apenas da soja (22,66 bilhões de dólares).

Em vista desses números expressivos, fica mais fácil compreender por que ainda existem favores federais para com os empresários. Mas a camaradagem diminuiu com a gradativa desregulamentação do setor na década de 1990, após o fim do IAA. Tornaram-se livres os preços do açúcar, do álcool e da cana e as exportações foram privatizadas, passando a ser feitas diretamente pelas usinas ou por *tradings*.

A desregulamentação pôs os assimétricos centros produtores em igualdade formal na disputa pelos mercados interno e externo. O resultado foi

---

30 CARVALHO, Cícero Pérciles de. Op. cit., p. 52.

que o Brasil aumentou a produção e o Norte-Nordeste foi perdendo espaço relativo para o Centro-Sul. Nos anos 2000, a diferença se acentuou. Entre as safras 2006-2001 e 2010-2011, o Brasil aumentou em 31,4% sua produção de cana, enquanto o Centro-Sul cresceu 33,36% e o Norte-Nordeste, apenas 13,48%. Na safra 2010-2011, o Centro-Sul foi responsável por 89,83% do montante. Alagoas foi o maior produtor do Nordeste e o sexto do país, com 4,63% da cana colhida.

No Centro-Sul, cada hectare rendeu 69,8 toneladas de cana na safra 2010-2011, em média. No Norte-Nordeste, a mesma porção de terra produziu 52,17. Minas Gerais apresentou a maior produtividade (86,18 toneladas) dos 22 estados produtores, enquanto Alagoas teve a oitava maior (66,03). Para compensar a disparidade de produtividades e custos de produção entre as regiões, os plantadores nordestinos querem que o governo federal reative o Programa de Equalização do Custo de Produção da Cana-de-Açúcar do Nordeste. Em sua última edição, em 2002, o programa repassou R\$ 5,07 por tonelada, o que totalizou R\$ 447,7 milhões para a cana processada entre as safras 1998-1999 e 2001-2002.

“A força política do Nordeste não foi suficiente para se retomar esse programa”, observa Pedro Robério, presidente do Sindaçúcar de Alagoas. “Os subsídios também eram concedidos às usinas, mas elas podem minorar esse efeito. O fornecedor, até pela escala de produção, tem dificuldade em fazer isso. Ele é o que mais padece”, aponta.

Nas safras 2008-2009 e 2009-2010, os fornecedores nordestinos foram amparados pelo Programa de Subvenção da Cana-de-Açúcar, financiado pela Conab. O regulamento previa o pagamento de R\$ 5 por tonelada de cana, no limite de 10 mil toneladas por produtor, desde que processadas em usina. Cerca de 7,4 mil fornecedores alagoanos foram beneficiados, segundo a Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas (Asplana).

“O senador Renan Calheiros teve um papel fundamental (para a aprovação do programa), abrindo portas e usando sua influência a favor da nossa classe”, diz o presidente da Asplana, Lourenço Lopes, em uma edição do informativo institucional da associação. Segundo Lopes, Calheiros prometeu lutar para que a subvenção também ocorresse para a safra 2010-2011, o que não se concretizou até o fechamento da reportagem.

“Isso não é subsídio, é uma maneira de compensar as perdas que o produtor tem aqui no Nordeste. O fornecedor da região tem que ter um preço mínimo para garantir a manutenção do seu trabalho e da sua família. Quando o preço cai abruptamente, ele fica totalmente abandonado”,

justifica o produtor de cana Edgar Antunes, ex-presidente da Asplana. Ele não considera que a subvenção contrarie princípios de livre mercado. “O pessoal do Sul não pode reclamar de nada, porque apresenta o melhor clima do mundo para plantar cana, a melhor topografia para o plantio, a maior produtividade, as melhores usinas, grandes indústrias que apoiam o fornecedor de cana.”

Quando foi lançado o benefício da Conab, a produção de 45 mil toneladas que o plantador Noel Loureiro divide com dois irmãos era registrada apenas no CPF de um deles. Se continuasse assim, só conseguiriam incluir no programa 10 mil toneladas. Repartiram a produção entre os três CPFs e atingiram o limite de 30 mil toneladas subvencionadas. “Por causa desse programa, registramos em separado até hoje”, diz Loureiro.

Se estão em jogo demandas que afetam o setor sucroalcooleiro em todo o país, o lobby é feito pelo Fórum Nacional Sucroenergético, que congrega as principais associações e sindicatos representativos dos empresários, como o Sindaçúcar de Alagoas. O Fórum é presidido por Luiz Custódio Cotta Martins, também presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Minas Gerais.

Nos últimos meses, o setor tem pressionado o Congresso Nacional a aprovar algumas emendas ao projeto de lei 1.876 de 1999, conhecido por Novo Código Florestal. O texto foi aprovado em maio pela Câmara e pode ser votado no Senado ainda neste ano. A Emenda 164 é uma das propaladas conquistas dos produtores rurais e também um dos pontos mais controversos do Novo Código.

O projeto cria a categoria “área rural consolidada”, que define uma área de imóvel rural com ocupação antrópica iniciada antes de 22 de julho de 2008, “com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvopastoris”. Nessa data, foi sancionado o Decreto 6.514, que inclui sanções administrativas aos proprietários que se recusarem a recuperar as Áreas de Preservação Permanente (APP) de seus imóveis.

Segundo a Emenda 164, proposta pelo deputado Paulo Piau (PMDB/MG), atividades rurais consolidadas anteriores àquela data e qualquer “intervenção ou supressão de vegetação” em APPs poderão ser aceitas pela lei caso haja utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental. Ambientalistas consideram a proposta uma “anistia” a crimes ambientais.

“Simplesmente esquecer o que aconteceu e, com uma canetada, regularizar todas as ocupações ilegais hoje existentes não é a medida mais responsável, embora seja a politicamente mais tentadora. Aceitar as pro-

postas de anistia significa condenar regiões inteiras à permanente falta de água nas épocas de estiagem, a chuvas descontroladas na época mais úmida, aos extremos de temperaturas, à desertificação, à extinção da biodiversidade, aos deslizamentos mortais, às enchentes catastróficas”, defende um texto do site *SOS Florestas*, mantido por Organizações Não Governamentais como Greenpeace, WWF-Brasil e Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.

Na categoria de APP, incluem-se as encostas com declividade superior a 45°, onde há, em Alagoas, plantações de cana, sobretudo na região norte do estado. A Emenda 164 cria “segurança jurídica” para os produtores, segundo o presidente da Asplana, Lourenço Lopes. “Se a regra não mudasse, viveríamos um caos social e econômico no setor canavieiro”, diz Lopes, que viajou diversas vezes a Brasília para conversar com Aldo Rebelo, então deputado e relator do projeto do Novo Código.

A presidente Dilma Rousseff disse que não vai admitir a anistia de desmatadores e, por isso, pode vetar os artigos incluídos pela Emenda 164.<sup>31</sup> “A aprovação da emenda foi mais difícil do que todo o texto do projeto. Vamos precisar trabalhar fortemente pela sua aprovação no Senado e para evitar o veto presidencial. Estivemos com o senador Renan (Calheiros) e com (o senador) Benedito de Lira, eles retrataram que a tendência é aprovar o texto”, diz o presidente da Asplana.

A proibição de desmatar APPs foi fixada na lei 4.771, de 1965, o Código Florestal, e ratificada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) em sua Resolução 303, de 2002. Em Alagoas, não é difícil encontrar plantações de cana em terrenos íngremes, cuja declividade é superior a 45°, e à beira de cursos de água, área também considerada de preservação inviolável. Alguns produtores dizem não conhecer a legislação. “Não estou a par desse assunto”, diz o fornecedor Edgar Antunes.

“Quase todo mundo desrespeita isso. Só quem está obedecendo são as usinas, porque são muito visadas. As que não cumprem são objeto de TAC (Termos de Ajustamento de Conduta). Além disso, o importador do exterior exige comprovação de que respeitam a lei”, comenta Noel Loureira, produtor de cana e assessor técnico da Federação da Agricultura e Pecuária. “Essa legislação é inaplicável. A região de cana-de-açúcar principal, historicamente, é a do norte do estado, que é amorrada (formada por morros).”

31 BONIN, Robson. Dilma ‘não hesitará’ em vetar pontos divergentes no Código, diz Vaccarezza. **G1**, Brasília, 24 maio 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/05/dilma-nao-hesitara-em-vetar-pontos-divergentes-no-codigo-diz-vaccarezza.html>. Acesso em: 11 novembro 2011.

Entre os séculos XVI e XVII, a cultura da cana se instalou em dois dos primeiros núcleos de povoamento de Alagoas, situados no atual município de Porto Calvo, litoral norte do estado, e nas vizinhanças das lagoas Mundaú e Manguaba, hoje parte do território de Maceió. Em Porto Calvo, os engenhos ocupavam as várzeas férteis de pequenos rios e riachos que deságuam no Atlântico.

Foi no século XVIII que a cultura da cana começou a apresentar alguma importância no sul de Alagoas, aparecendo os primeiros engenhos, mas a criação de gado ainda era a atividade econômica dominante na região. No século seguinte, a cana passou a conquistar grandes extensões no sul alagoano, inclusive às margens do rio São Francisco, e a ocupar os vales de rios importantes como Coruripe, Jequiá e São Miguel.<sup>32</sup>

Quase toda a região drenada por esses três rios era coberta, no período pré-colonial, por densa Mata Atlântica. A destruição das florestas foi feita por etapas. Primeiramente, entre os séculos XVI e XVIII, os colonizadores destruíram a vegetação das várzeas contíguas aos pastos que alimentavam seus rebanhos. O surto canavieiro dos séculos XVIII e XIX liquidou as matas da várzea e das encostas, e só deixou intactas as dos tabuleiros planos, graças à crença de que seus solos não se prestavam ao plantio da cana. A crença caiu por terra em 1951, quando os irmãos Coutinho, após adquirirem a Sinimbu – que possuem até hoje –, estenderam os canaviais pelos tabuleiros, por meio do uso de adubo. A experiência exitosa foi seguida por outros agricultores.

A substituição das porções de Mata Atlântica pela cana foi feita rapidamente. Não havia interesse na exploração da floresta e os proprietários das terras retiravam apenas as madeiras de lei. O solo cheio de tocos, caules derrubados e ramagens era queimado alguns dias depois. Assim, “o solo, que poderia reter grande quantidade de matéria orgânica fornecida pela mata (...), tem a mesma transformada em cinza, isto é, potássio altamente solúvel. Os processos se intensificam, acentuando-se, sobretudo, as enxurradas”<sup>33</sup>.

Na segunda metade do século XX, os estímulos governamentais do

---

32 ANDRADE, Manuel Correia de. **Os rios-do-açúcar do Nordeste Oriental: os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel**. 2 ed. Maceió: Edufal, 2010. p. 49. (Olhar de fora).

33 Idem, *ibidem*, p. 60.

IAA possibilitaram um novo assalto às áreas ocupadas por mata tropicais e pela produção de culturas alimentares. Desse modo, áreas produtivas mais acidentadas da Zona da Mata foram sendo abandonadas pela cana em favor da pecuária.

Nas últimas décadas, a cana se expandiu para a porção do Agreste próxima à fronteira com a Zona da Mata. Em Limoeiro de Anadia, a 117 km de Maceió, havia 4,5 mil hectares de cana em 2010, segundo IBGE. No vizinho Taquarana, havia 300 hectares. Em Tanque D'Arca, os canaviais ocupavam 600 hectares. Em Arapiraca, principal cidade da região, a área de cana cresceu 51,4% de 2006 (170 hectares) para 2010 (350 hectares).

Nas últimas oito safras, a área de cana cresceu em Alagoas. Na safra 2004-2005, havia 423,2 mil hectares, contra os 450,75 mil hectares estimados pela Conab para 2011-2012. No entanto, a área diminuiu se comparada às décadas de 1980, quando houve um pico de 687 mil hectares em 1987. Segundo usineiros e produtores, não há mais para onde crescer. “Esgotamos o território que dá para a atividade em Alagoas”, atesta o deputado estadual Fernando Toledo, sócio do Grupo Toledo.

“Alagoas não tem um palmo a mais de terra para plantar cana. Em Alagoas, só não se planta cana em terra que não dá. Aí, busca-se outros gêneros”, afirma o assessor técnico do Sindaçúcar Jorge Sandes. Na opinião dele, a tendência é que a área de cana se retraia, sobretudo no norte do estado. “Muitas terras estão sendo abandonadas. Há regiões em que há muita declividade, a produtividade cai, os custos de plantio, colheita e manutenção são muito altos. É torcer para não fechar usina. Se fechar, não abre outra.”

Desde a década de 1990, pelo menos 13 usinas foram desativadas, oito delas situadas na região norte, segundo o Sindaçúcar. E outras já deveriam ter fechado, diz o presidente da entidade. “Não quero dizer nomes, o empresário pode não gostar. São as que menos produzem. Há usinas que ficam a esperar que um dia a coisa melhore, mas algumas não conseguem cobrir os custos”, avalia Pedro Robério. “Também há a inércia. O empresário pensa: ‘isso aqui (a usina) é a história da família, é tradição, melhor isso do que nada.’”

No entanto, segundo o economista Cícero Péricles de Carvalho, a diminuição do número de indústrias não implicou uma retração da produção de cana, açúcar e álcool, mas a transferência dessa produção para unidades maiores. Por exemplo, as toneladas que eram moídas na Bititinga, situada em Messias, são processadas na Santa Clotilde, e as da usina Peixe,

em Flexeiras, são esmagadas na Cachoeira. A tendência, portanto, é que a produção se concentre nas maiores unidades industriais, que, desde a reestruturação do setor após sua desregulamentação, na década de 1990, incorporaram com mais rapidez e eficiência inovações tecnológicas e organizacionais.

“A cana é uma atividade de concentração de renda. O pequeno e o médio agricultor estão cada vez em menor número, à medida que a indústria concentra terras na mão dela”, aponta o deputado federal Joaquim Beltrão, produtor de cana. Segundo dados do IBGE relativos a 2006, 77,7% dos estabelecimentos fundiários possuem dez ou menos hectares e ocupam 10,5% do espaço agrícola, enquanto 3% dos estabelecimentos possuem 100 ou mais hectares e ocupam 81,5% da área.

Na opinião do deputado, em Alagoas, o setor sucroalcooleiro não é forte, os outros setores é que são fracos. “O estado não se desenvolveu e continua na monocultura da cana. O setor canavieiro representa de 2 a 3% da atividade econômica do estado de São Paulo, que produz quase dez vezes mais cana que Alagoas”, explica. Segundo Beltrão, a dívida pública de Alagoas, segunda maior do Nordeste (R\$ 6,8 bilhões), dificulta a diversificação da economia. “O endividamento segura os investimentos do estado.”

Alagoas não cria nem recebe maior número de empresas e indústrias porque sua economia é marcada por três fortes ausências, segundo o economista Cícero Péricles de Carvalho: 1) falta um amplo mercado interno, decorrente de uma economia popular articulada que atenda à demanda regional, que aumente e distribua renda; 2) faltam pólos dinâmicos capazes de substituir importações e realizar exportações (para o exterior e para outros estados), promovendo o crescimento econômico regional; e 3) falta um setor público, em níveis estadual e municipal, com capacidade de investimento.<sup>34</sup>

Em 2010, os derivados da cana foram responsáveis por 95% das exportações do estado. O presidente do Sindaúcar considera esse domínio prejudicial. “É muito. Essa dependência reflete para o resto da população movimentos que podiam ficar restrito a um número menor de pessoas, como queda de receita e queda dos preços no mercado internacional. Deixa nos ombros do setor uma responsabilidade social imensa. Em outros estados, quando um setor não está bem, outro está, e isso provoca um equilíbrio econômico.”

---

<sup>34</sup> CARVALHO, Cícero Péricles de. **Economia popular: uma via de modernização para Alagoas**. 4 ed. Maceió: Edufal, 2010. p. 8.

No município de São Luis do Quitunde, funciona a usina Santo Antonio, segunda maior produtora do estado. Foi para a empresa que cortaram cana Cícero Luis da Silva, seu avô e seu pai. Dos cinco filhos de Cícero, um começou como cortador e, hoje, é operador de máquinas da usina. Outro trabalha na fábrica de adubo Sanfértil, pertencente à usina. Os três filhos restantes trabalharam na Santo Antonio, mas foram tentar a vida em São Paulo.

Cícero só estudou até a 1ª série. Cortou cana dos 12 aos 27 anos. Aos 55, é secretário de finanças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. “Aqui, essa usina é o mesmo que uma mãe para nós. Se ela deixar de existir, o bicho pega.”

O prefeito de São Luis do Quitunde, Cícero Cavalcante, concorda com o sindicalista. “Se não existisse a usina, seria um verdadeiro desastre para a região. Teria muita gente desempregada e não tenho ideia do que o município poderia fazer. Eu não aconselharia ninguém a ser prefeito”, comenta Cavalcante. “A maior contribuição (da usina) é como empregadora, mas onde as usinas estão instaladas, os índices sociais são muito baixos.”

Entre os 19 municípios que abrigam usinas em Alagoas, 16 apresentam baixo desenvolvimento no quesito emprego e renda do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) de 2010, baseado em dados de 2009.<sup>35</sup> Alagoas é um dos estados mais desiguais, segundo o IPEA. De um lado, o 1% dos mais ricos (30 mil pessoas) se apropriam de 28,4% da renda e, do outro, os 50% mais pobres (1,5 milhão de pessoas) possuem apenas 14% da renda. De acordo com o Mapa de Pobreza e Desigualdade de 2003, também feito pelo IBGE, apenas três municípios do estado exibem menos de 50% de incidência de pobreza.

O estado é dono do pior Índice de Desenvolvimento Humano desde 1999, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Possui a maior taxa de analfabetismo do país (22,5%) e o terceiro município com mais analfabetos, São Brás (34,7%), segundo o Censo 2010 do IBGE.

Em 2010, Alagoas apresentou a maior taxa de homicídios que um estado brasileiro já registrou. “Segundo dados da Secretaria de Estado de Defesa Social, foram contabilizados 2.226 assassinatos no ano passado, o que significa uma taxa de homicídios de 71,3 para cada 100 mil habitantes.

Não estão inclusos no número os latrocínios (roubo seguido de morte).”<sup>35</sup> O número de homicídios do ano passado é 303% maior que os 552 contabilizados em 1999. Em comparação a 2009, a alta foi de 11%.

“O trajeto do centro de Maceió, capital do estado de Alagoas, até seu aeroporto passa por concessionárias com pátios ocupados por carros de luxo e lojas que expõem banheiras da marca Jacuzzi. No canteiro central da avenida, famílias de indigentes vivem sob lonas de plástico. Mesmo para os padrões do Nordeste do Brasil, Alagoas é marcada pela pobreza e pela extrema desigualdade. Com 60 homicídios por 100 mil, é o estado mais violento. É uma área de produção de açúcar e criação de gado, onde os cortadores de cana acertam as contas com os próprios facões e as pessoas influentes preferem lançar mão de pistoleiros.”

Foi com esse parágrafo, impresso em inglês, que a revista britânica *The Economist* apresentou Alagoas a seus leitores, em uma reportagem publicada em junho. No mapa do *Estudo Global sobre Homicídio*, lançado pela Organização das Nações Unidas em outubro, os locais em que se extermina 60 ou mais pessoas a cada 100 mil habitantes são destacados em marrom escuro. No continente americano, a cor assinala estados da região noroeste do México, frações de terra na América Central, grande parte da Colômbia e localidades na Venezuela e no Equador. Isolada no hemisfério sul, às margens do oceano Atlântico, a cor marrom só tinge Alagoas.

---

35 MADEIRO, Carlos. AL registra em 2010 maior taxa de homicídio da história de um Estado; índice é igual a do país mais violento do mundo. **UOL**, 9 fevereiro 2011. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2011/02/09/al-registra-em-2010-maior-taxa-de-homicidio-da-historia-de-um-estado-indice-e-igual-a-do-pais-mais-violento-do-mundo.jhtm>. Acesso em: 5 outubro 2011.





# Capítulo **2**

## **A cana e o trabalho**

*Para os que  
não sabem  
o que custa  
a doçura  
do açúcar a  
quem o lavra,  
o conheçam e  
sintam menos  
dar por ele  
o preço que  
vale”.*

**André Antonil,**  
*em Cultura e Opulência do Brasil por  
suas Drogas e Minas*

José Aldo dos Santos respira profundamente. Cochicha algo para sua mulher e permanece deitado. Maria José, conhecida como Nena, entreabre a “porta” do quarto, uma colorida cortina de chita. Os passos se arrastam. São 3h50 da manhã de uma sexta-feira de setembro. Ela, de 30 anos, acende a lâmpada da cozinha e começa a preparar a primeira refeição do marido: cuscuz e galinha frita. Depois, arranja a marmitta e despeja o café na garrafa térmica. Um galo começa a cantar, outros o imitam. O luar da véspera sumiu, mas as estrelas ainda luzem no céu de São Luis do Quitunde, cidade localizada no litoral norte de Alagoas, a 52 km de Maceió.

Aldo, de 39 anos, se levanta e vai ao banheiro, uma casinha no quintal dos fundos, que dá para um vasto canavial. Continua faltando água. Na véspera, precisou tomar banho de cuia. Como de costume, havia ido dormir depois da novela, por volta das 22h – os olhos avermelhados de sono. Na sala de estar, liga a televisão e flana pelos canais com o controle remoto. “Esta hora não tem nada que preste.” Nas paredes brancas, pendem um pequeno espelho e dois retratos. Em um deles, os dois filhos que teve com Nena posam com a farda do colégio. No outro, os garotos, que hoje têm 12 e 13 anos, sorriem fantasiados de vaqueiro.

O relógio aponta as 4h20. Aldo vai para o quintal, pega a mochila em que guarda o uniforme de trabalho, põe sobre a mesa da cozinha e começa a se trocar. Primeiro, a calça verde de brim. Em seguida, as botinas de couro com biqueira de aço e as perneiras, que cobrem as canelas. “O cabra trabalha o tempo todo com as pernas amarradas”, sorri com os dentes tortos. Esses dois pares estão entre os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) de uso obrigatório pelos cortadores de cana, de acordo com a legislação trabalhista. Os demais Aldo carrega na mochila e deixa para trajar quando chegar ao talhão. O capuz tem uma aba de boné, abriga do sol a cabeça e o pescoço. Os óculos evitam que a palha fina da cana arranhe a córnea. O mangão é uma espécie de casaco pela metade, reveste o peito e o braço que recolhem o feixe de cana cortado. Há um suporte que guarda a lima de amolar facão e um par de luvas. Ao sair de casa, Aldo também leva a garrafa térmica, a marmitta e o facão embainhado.

A rua está quase deserta. Um ônibus passa transportando cortadores para a usina Camaragibe, situada no município vizinho de Matriz do Camaragibe. A poucos metros da casa de Aldo, um prédio armazena os registros de produção e assiduidade dos trabalhadores de campo da usina Santo Antonio, única de São Luis do Quitunde. Aldo para diante do local, chamado Apontadoria, e cumprimenta os cortadores que já aguardam a

chegada dos ônibus. Às 5h10, o carro de Aldo parte com outros 35 homens e suas cargas, espalhadas em seus colos, sob os bancos e no corredor – os facões vão no bagageiro, conforme determina a lei.

Em alguns minutos, o sol amarela o horizonte. Alguns tentam cochilar, recostados ao banco ou à janela. O ônibus toma a rodovia AL-428, entra a balançar por uma estrada de barro. Depois do trecho de mata, descampados se alargam pelas chãs e descem as encostas – o solo tingido com o marrom da terra e o preto das fileiras de tocos de cana queimada. Mais à frente, áreas com colmos e palhas deitadas e amontoadas no chão, outras com a planta em pé. “Descendo essa ladeira aí, tem uma praia linda”, indica Aldo. “De vez em quando, tomo banho lá, depois que largo.”

A estrada entre os talhões é estreita, o ônibus esmaga tufos pelo caminho. O motorista estaciona a pedido do cabo José Nilton Nascimento, conhecido como Nenuca, responsável por fiscalizar o trabalho da turma. Ele, que segura o palmtop em que os cortadores batem o ponto com um cartão, destaca alguns homens para decepar os pés de cana dispostos ao lado. É preciso abrir espaço para armar o toldo, os bancos e mesinhas de plástico e dar início ao café da manhã.

Surge um carro com a logomarca da Santo Antonio, do qual sai o chefe agrícola Manuel José da Silva, de 78 anos. “Chegaram agora?”, pergunta a Nenuca, que assente com a cabeça. “São 800 hoje”, informa o chefe. O número significa que as quatro turmas postas sob a coordenação de Manuel, cada uma formada por uma média de 40 cortadores, devem derrubar 800 toneladas de cana até o fim do expediente, às 16h. “Quando são cinco turmas, a meta é 1.000, 1.100. Depende da cana”, explica Manuel. “Essa tá em pé, bem queimada; aí, eles desenvolvem bem. Quando a cana é enrolada, volteada, caída, mal queimada, o rendimento é pouco”, complementa.

\*\*\*

Por volta das 7h, Nenuca e um punhado de homens se metem por entre fileiras de cana. Logo são encobertos pelas gramíneas que medem de dois a três metros de altura, as vozes vão se abafando. “Ele foi lá pra dentro fazer a pegada do pessoal”, esclarece Manuel. O talhão foi fracionado em lotes, um deles se destinou à turma de Nenuca. Agora, o cabo divide o lote entre os trabalhadores, cada um pega um eito.

Nenhuma dessas áreas tem dimensões padronizadas. As únicas regras invariáveis se referem à quantidade de fileiras – ou carreiras, segundo o

jargão profissional – de cana no oito, não superior a sete, e à distância entre elas, 1,10m. A carreira é medida em braças, cada uma das quais equivale a 2,20m de comprimento. Esses números foram reafirmados na última Convenção Coletiva de Trabalho, válida para o período de 1º de novembro de 2010 a 31 de outubro de 2011. Aprovada a cada ano, em outubro ou novembro – até o fechamento da reportagem, a da safra 2011-2012 ainda não havia sido acordada –, a Convenção apresenta as cláusulas definidas entre a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Estado de Alagoas (Fetag/AL) e o Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool do Estado de Alagoas (Sindaçúcar/AL), com a participação da Federação da Agricultura do Estado de Alagoas (Faeal) e da Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas (Asplana).

“Tem carreira de 30 braças, de 40, tem pessoal que só pega de 20. Tem trabalhador que pede menos porque produz muito pouquinho. Se o cara é bom de munheca, quando acabar as sete carreiras, pega mais sete”, ensina Manuel. Nenuca reaparece e conduz um grupo a outro ponto do lote. O oito que coube a José Cícero dos Santos, de 42 anos, fica à beira da estrada. As carreiras somam 12 braças. Para se orientar, Cícero dá nós nas palhas das canas enraizadas nas extremidades do quinhão. Como a maioria dos cortadores de Alagoas, ele rodou por muitas usinas: Uruba, Capricho, as desativadas Utinga, Terra Nova e João de Deus. Trabalhou na Santana, em Sergipe. Experimentou algumas safras no Centro-Oeste: quatro em Mato Grosso e uma em Goiás. “Lá, o pessoal chama carreira de rua. Eles pagam melhor. Dão a roupa completa, com casaco e calça. Aqui, só dão o mangão”, critica.

Nascido na cidade de Cajueiro, ao norte da Zona da Mata alagoana, Cícero achou bom quando passou a ser contratado regularmente pela Santo Antonio. Está em sua 12ª safra consecutiva. Mudou-se com a esposa e os quatro filhos para São Luis do Quitunde, não precisa mais passar a maior parte do verão afastado deles. Na entressafra, já fez bicos como servente de pedreiro e auxiliar em fábricas de sabão e cimento. De uma prole de dez irmãos, foi o único a se tornar cortador, mesmo ofício do pai e dos tios. “Fui o que menos estudou, só a 4ª série. Quis parar pra trabalhar na roça da família.”

O oito de Aldo, cortador desde os 18 anos, também margeia a estrada. São 13 braças. Com o facão em punho, ele segura a cana escurecida pela queima, inclina-se e dá uma ou duas pancadas com a lâmina na base da planta. Depois, suspende no ar e faz o desponte: decepa a ponta superior,

conhecida como bandeira ou olho. As hastes vão formando uma esteira a um lado, as bandeiras são lançadas para o outro. Às vezes, os homens abraçam e cortam um feixe de três ou quatro hastes, gesto que se chama braçada. Alguns vão deitando a cana no chão e, só quando juntam um bocado, passam a fazer o desponete.

\*\*\*

Nesta safra, o piso salarial do cortador está fixado em R\$ 557, segundo a Convenção Coletiva. Outra cláusula determina que, se o trabalhador derrubar mais de quatro toneladas em uma jornada, deve receber pelo menos R\$ 4,60 por tonelada. Portanto, em um mês de quatro semanas completas, incluídas as folgas remuneradas aos domingos, é preciso produzir o equivalente a mais de R\$ 18,56 (ou de 4,03 toneladas) por dia para receber acima do piso. A produção do cortador é calculada diariamente por cabos como Nenuca. Aldo corta, por dia, 6,5 toneladas em média. Ao final do mês, receberia R\$ 785. “Algumas usinas criam gratificações progressivas, superiores a R\$ 4,60, para estimular o empregado”, informa o secretário de Política Salarial da Fetag/AL, Antonio Torres. “Hoje, em nosso estado, o cortador costuma ganhar cerca de R\$ 700.”

No cálculo diário da produção, não se pesa tudo o que o trabalhador corta. Em vez disso, faz-se uma média de quilos de cana por braça em uma determinada área. Depois, o número obtido é multiplicado pela quantidade de braças derrubadas pelo cortador. Caso o resultado não ultrapasse 4,03 toneladas, o empregado somou a seu rendimento mensal apenas a diária base (R\$ 18,56). Por outro lado, se o resultado for acima de 4,03 toneladas, somou mais do que a diária base.

Para se obter a média de quilos por braça, a primeira etapa é sucintamente chamada de pesagem. É isso o que faz o cabo Nenuca, após distribuir o pessoal nos eitos e repousar por alguns minutos em um dos bancos de plástico armados para o café da manhã. “Quando começa o corte, tá tudo fechado. A gente espera cortar um pouco para poder entrar”, comenta. “Para a pesagem, não pode pegar a cana da beira da estrada, que é mais forte, nem do aceiro – beira de mata –, que é mais fraca. De formigueiro também não, porque a terra fica fofa e a cana cresce mais.”

Pouco depois das 8h, Nenuca usa uma vara de madeira de 2,20m de comprimento para medir nove braças paralelas e vizinhas, três de cada carreira. Pede para um cortador derrubá-las. O auxiliar José Pedro dos San-

tos, que tem 54 anos e é tio de Aldo, usa a palha da cana para amarrá-la em feixes. Com o corpo ligeiramente envergado, Nenuca pendura cada um dos feixes no gancho da balança de mão e vai somando na calculadora. “Onze quilos”, fala em uma vez. “Nove quilos”, registra em seguida. Afinal, soma tudo, divide por nove e anuncia a média: “Onze quilos por braça”.

A Cláusula Terceira da Convenção Coletiva prevê que a pesagem deve ser realizada “com uma braça para o empregado e uma para o empregador, em até três lugares diferentes do mesmo talhão”. Todavia, embora tenha contado com a convivência silenciosa do cortador, é Nenuca quem escolhe as nove braças. “Eu olho as braças e vejo que elas não são nem leves demais, nem pesadas demais”, justifica. Além disso, o cabo utiliza aquela média para mais de um eito e de um cortador. Segundo ele, dá para perceber que os eitos de uma determinada área possuem aspecto semelhante e, portanto, acatam a mesma média.

“Isso está errado. O trabalhador é quem tem que escolher suas braças”, avalia Torres, secretário de Política Salarial da Fetag/AL. Ele fica ainda mais irritado ao saber que, ao digitar os números na calculadora, Nenuca subtrai um quilo de cada feixe. O cabo alega que, antes de ser carregada no caminhão e transportada para a usina, a cana fica ao sol e “seca”, perdendo parte de seu peso. “Todos os cabos fazem isso”, diz Nenuca. “O que o trabalhador tem a ver se a cana vai ficar no sol? Vale o peso que ele tira no corte. O resto é problema da empresa”, enfatiza Torres.

O secretário da Fetag/AL recorda que, na usina Sinimbu, há cerca de cinco anos, os cabos também subtraíam do trabalhador parte do peso cortado. “Lá, estavam descontando 5%. A empresa alegava que a cana ia com muita areia e que parte da cana caía na estrada. O cabo descontava para depois não ter cobrança do chefe”, relata Torres. “Mas a gente foi à usina e conseguiu reverter o quadro lá”, diz. Ele promete que a pesagem na Santo Antonio será vistoriada.

\*\*\*

A pesagem é um dos procedimentos de que os trabalhadores mais reclamam. “Muitos alegam que ela não é feita na frente deles”, atesta o procurador do Trabalho em Alagoas Rodrigo Alencar. Em janeiro deste ano, mais de mil cortadores da usina Seresta, localizada no município de Teotônio Vilela, a 101 km de Maceió, fizeram greve e chegaram a bloquear, por algumas horas, a rodovia BR-101. Supostos erros na pesagem estavam

entre as razões do protesto. “Quem trabalhou cortando cana a vida toda conhece quanto pesa as braçadas, mas na balança deles é sempre menor”, afirmou o cortador Raimundo Correia de Souza à *Gazeta de Alagoas*, em matéria de 6 de janeiro.

Nos talhões de cana da usina Caeté, situada na cidade de São Miguel dos Campos, a 60 km de Maceió, a reportagem não constatou irregularidades na execução desse item, mas é fácil encontrar trabalhadores que afirmem terem sido ludibriados pelo menos uma vez. “Já fui roubado na pesagem, mas não reclamei, não. Não tem o que fazer”, diz Marcos Pereira, de 24 anos. “A pesagem aqui é boa, mas na Guaxuma (onde trabalhou na safra 2008-2009) me enrolaram. Além disso, até hoje não recolheram meu FGTS”, relata Cristiano Silva, 23.

Às 6h de uma quinta-feira de setembro, Cristiano aguarda o ônibus que vai levá-lo até o canavial. O local, conhecido como Apoio, fica às margens da BR-101. De segunda a sexta, dezenas de cortadores são transportados até esse ponto de espera por ônibus da Caeté. Cristiano foi apanhado às 5h na cidade vizinha de Campo Alegre, onde mora com a esposa. Às 17h, ele retorna do trabalho.

É a primeira safra de Cristiano na Caeté. Apesar da pouca idade, é um cortador rodado. Trabalhou nas usinas Porto Rico, Guaxuma, Camaçari, entre outras. “Na Triunfo foi clandestino (sem carteira assinada)”, recorda. Tinha 17 anos na primeira vez em que se empregou em usina. Antes, cortava em fazenda de fornecedor, ou “particular”, no jargão dos cortadores. “Também era clandestino, mas eu aceitava porque precisava.”

Em agosto deste ano, soube que um agenciador – conhecido como “empeleiteiro” pelos trabalhadores – estava recrutando gente de sua cidade para a usina. “Estão pegando carteira (de trabalho)”, ouviu. Candidatou-se e pediu para um colega que havia trabalhado na Caeté recomendá-lo. “Estou vendo se passo no teste. Não ouvi nem dizer se já estou contratado”, diz Cristiano.

O rapaz não estaria ali, cortando cana, se já não estivesse empregado. O processo de recrutamento das usinas costuma seguir um modelo. As carteiras de trabalho dos candidatos, recolhidas pelo agenciador, são enviadas ao setor de mão de obra, que as encaminha ao setor jurídico e avalia aquelas que passam pelo crivo. Os selecionadores observam o tempo de experiência do trabalhador e por quais usinas passou. Se já trabalhou na usina contratante, é mais fácil descobrir o número de faltas e de atestados médicos e sua produtividade. Os escolhidos fazem um exame médico

e, afinal, apresentam todos os documentos necessários para formalizar a contratação.

Na entressafra, Cristiano, que estudou até a 4ª série – atual 5º ano do ensino fundamental –, faz massa para levantar casa, apanha feijão... “Um bico aqui, outro acolá. O que botar pra eu fazer. Só não roubo.” O pai e um irmão estão cortando cana na usina Porto Rico. “Quando eu trabalhava lá, tive um problema. Peguei 15 dias de atestado (médico), de virose. Quando voltei, me botaram para fora”, conta. O rapaz chega a derrubar sete toneladas por dia. “Se não tem muita cana, é quatro (toneladas), quatro e meia”, calcula. “Não acho pesado. Nunca reclamei de trabalho. Ficar em casa é chato, trabalhar é bom demais.”

Na mão esquerda, José Pedro dos Santos, de 35 anos, exibe uma grossa cicatriz. A munheca vacilou, o facão errou o alvo e ele precisou levar sete pontos. É cortador pela segunda safra. A primeira foi na usina Uruba, de Atalaia, cidade em nasceu. Já era treinado. Havia cortado cana – “pouquinhos coisa” – no sítio de uma tia em Maribondo, onde mora.

Aos 16 anos, passou a cortar como “clandestino” para “particular”. Antes disso, aos 12, começou a revolver a roça da família, plantando macaxeira, banana, batata e outros gêneros. Trabalhava de dia e ia à escola à noite. Estacou na 3ª série (4º ano). Por uma temporada, tentou a vida como vaqueiro no Pará. Em agosto, José Pedro estava sem serviço quando o amigo Marcos Pereira, também morador de Maribondo, sugeriu que se alistasse na Caeté.

Marcos tem 24 anos, mora com a esposa e um filho de seis meses. Estudou até a 7ª série (8º ano), parou para trabalhar. Aos 18 anos, tornou-se cortador. Como tantos outros, já se empregou como “clandestino”. “Foi na Capricho”, ressalta. Na entressafra, faz bicos como servente de pedreiro. Um dos irmãos era cortador, mas comprou um carro e, agora, faz lotação ilegal. O outro irmão é mecânico. O pai é cortador aposentado. O avô trabalhava na roça da família. “Tiro de oito a dez toneladas por dia. Não acho pesado, mas o braço fica doído, você fica todo machucado. É até ruim de dormir”, observa Marcos. José Pedro, cuja média diária é de sete a oito toneladas, concorda: “No primeiro dia, o cara fica todo dolorido.”

\*\*\*

A distância entre o Apoio e o lote onde a turma de José Pedro e Marcos vai trabalhar é de 10 km. Calçar as botas especiais, com biqueira de aço

– um dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) –, é requisito para poder subir ao ônibus. No aparelho de rádio toca forró. Através da janela, vê-se áreas com esteiras de cana cortada crua, verde, pois o Decreto 2.661, de 1998, proíbe a queimada numa faixa de quinze metros de cada lado das rodovias.

Pouco depois de os trabalhadores descerem do ônibus, há uma breve sessão de ginástica corporal. Em seguida, alguns começam a trajar os outros EPIs. Outros deixam para fazer isso depois de tomar o café da manhã. Como o motorista demorou a armar as mesas e bancos ao lado do carro, os homens comem sentados sobre suas garrafas térmicas – uns sérios, calados, outros conversando e rindo. Alguns fumam. “O importante é que estejam todos prontos para trabalhar às 7h”, enfatiza o coordenador agrícola Jand Pedrosa, de 27 anos.

Funcionário da Caeté desde 2003, Jand é graduado em gestão de pessoas pela Universidade do Norte do Paraná. Nessa quinta-feira, coordena uma frente de serviço composta por quatro turmas, cada uma com uma média de 45 cortadores. “Vai ter dia com três turmas, dez. Isso aí varia”, explica. O subalterno imediato de Jand é o fiscal, vulgo “cabo”, que observa de perto a turma que lhe cabe. “Você tem que policiar o trabalhador de maneira constante. Às vezes ele está fazendo o certo, você vira as costas e ele faz o errado”, diz.

Segundo o coordenador agrícola, os acidentes mais frequentes são cortes de facão nas mãos e pernas. “Mas são poucos”, ressalva. “Outro exemplo: a palha da cana passa pela brecha dos óculos e fere o olho. Mas nunca peguei um que cegasse.” Também presencia discussões entre cortadores. “Por serem da mesma cidade, vizinhos, já se conhecem, às vezes batem boca. Mas nunca saíram na porrada.”

Depois de tomarem o café da manhã, alguns trabalhadores amolam o facão. “Aquilo é um perigo”, comenta Jand e segue em direção a um homem que apoia o facão sobre a coxa esquerda e amola-o com a lâmina voltada para a mão direita, que segura a lima. “Você deve amolar com as costas do facão virada para a mão. Vai demorar um pouco mais, mas é o correto”, ensina. Afasta-se e pontua: “O brasileiro é fogo, sempre procura o mais rápido”.

Começa a choviscar. Um grupo fica diante da parede ondulante de cana, à espera das orientações do fiscal. Um cortador prefere aguardar deitado em um monte de palha de cana. “Tou na praia”, exclama. “Tá! Na praia de olhos verdes”, zomba outro. Daí a alguns minutos, o grupo entra

em fila indiana entre duas carreiras de cana, o fiscal no meio. Os homens da vanguarda usam o facão para decepar as folhas e abrir a picada.

O corte da cana crua é mais trabalhoso que o corte da queimada. Após se agachar, decepar o colmo e fazer seu desponte, o cortador ainda precisa limpá-lo, tirar as palhas com o facão. De um lado, vão se amontoando os colmos, do outro, as palhas e as pontas superiores da cana, chamadas bandeiras. “Eles (os fiscais) reclamam que ainda não tá bom, querem que a gente limpe tudo, não deixe fiapo nenhum”, comenta Adeilton Araújo, de 43 anos.

Adeilton corta cana há 12 anos. Já trabalhou sem carteira assinada, tanto para fornecedores quanto usinas, como Porto Rico e Triunfo. “Nunca recolheram meu FGTS. A gente reclama, mas fazer o quê? É melhor ficar calado, senão o cabra arrisca perder a vaga.” Estudou só até a 1ª série (2º ano). “Era trabalhando direto. Hoje sei nem assinar o nome.” O pai era cortador. Da prole de 13 homens, seis moram em São Paulo e atuam como serventes de pedreiro. Outros seis moram em Alagoas e trabalham na roça, em casas de farinha. “Só eu fui pra cana porque procurei. Eles acham o serviço muito pesado.”

Ele mora no município de Coité do Noia, no agreste do estado, a 122 km da capital. É casado e tem seis filhos, o mais velho dos quais com 19 anos. Três ajudam o pai na roça. “Eles falam que ser cortador não é bom, eu digo que é onde arrumo o pão pra eles comerem”, conta Adeilton. Mesmo assim, deseja que os filhos tomem outro rumo. “Com certeza não vão trabalhar com cana, porque estudaram. Não quero isso pra eles, pra mim chega.”

Para trabalhar na Caeté, alugou uma casa em Campo Alegre com dois colegas. Acorda às 4h, por volta das 5h apanha o ônibus para São Miguel dos Campos e pouco depois das 16h está de volta. “Não é um trabalho fácil, mas acho bom. Ganho o dobro da roça”, diz. Terminada a safra, pretende cuidar de sua pequena plantação e da casa de farinha em Coité, tarefas que executa desde os 10 anos. Talvez arrume um bico como servente de pedreiro. Mas, antes, quer descanso. “Quando eu terminar, vou tomar uma fuga boa. Com 20 dias de parado, vou voltar pra minha rocinha. Tem que dar um tempo, senão o cabra arreja.”

Quando a planta está crua, Adeilton tira de três a quatro toneladas por dia; se está queimada, são umas 11. “Já vi um cegar com a palha no olho. Outro trabalhava sem a perneira e cortou a perna, sangrou bastante. Já vi cobra morder”, lista os acidentes que presenciou. Aos 43 anos, não

consegue render tanto quanto antes. “O cara vai ficando velho, eles não querem mais, não. E estão certos, né?”, considera, interrompendo o trabalho. “Penso muito nisso, em como vai ser depois que não tiver mais esse serviço.” Volta à labuta e reclama com um colega vizinho: “Já cortei cana, mas pra tirar palha desse jeito... Querem que tire tudo.” O outro retruca: “É complicado, meu compadre”.

Em um eito ali perto, José Pedro tem menos esmero ao extrair a palha da cana. Passa rapidamente o facão pelas bordas, o colmo ainda fica peludo. Enquanto corta, canta uma música do repertório de Amado Batista. “É para a gente não ficar triste”, diz, interrompendo a canção.

\*\*\*

A Caeté aboliu os alojamentos destinados aos empregados safristas. É por isso que Adeilton e seus dois colegas precisam bancar o aluguel de uma casa em Campo Alegre. “A empresa quer evitar problemas com a fiscalização trabalhista”, justifica o supervisor agrícola de produção e mão de obra, Valdey Gomes.

As usinas são obrigadas a fornecer alojamento apenas se “houver permanência de trabalhadores no estabelecimento nos períodos entre as jornadas de trabalho”, segundo a Norma Regulamentadora 31 (NR 31), implementada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 2005. “Em uma visita, podem encontrar um rato dentro de um quarto e um fiscal (do Trabalho) pode dizer que o ambiente não é apropriado. No fim, vira trabalho escravo”, reclama Aryl Lyra, um dos diretores do Grupo Carlos Lyra, do qual a Caeté faz parte. “Nós, às vezes, entramos num hotel cinco estrelas... Eu mesmo já deparei com um rato que não tinha nem tamanho”, complementa.

Um das filiais da usina Caeté, a unidade Cachoeira, localizada em Maciό, esteve entre as 15 usinas e destilarias fiscalizadas pela operação Zumbi dos Palmares, ocorrida em fevereiro e março de 2008<sup>1</sup>. A ação reuniu a Força-Tarefa de Combate às Irregularidades Trabalhistas no Setor Sucroalcooleiro, composta por procuradores do Ministério Público do Trabalho em Alagoas (MPT/AL) e do Grupo Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego

---

1 As outras 14 foram: Lajinha, em União dos Palmares; Sumaúma, em Marechal Deodoro; Capricho, em Cajueiro; Paíza, em Penedo; Santa Clotilde e Utinga Leão, em Rio Largo; Santo Antonio, em São Luis do Quitunde; Camaragibe, em Matriz do Camaragibe; Santa Maria, em Porto Calvo; Seresta, em Teotônio Vilela; Roçadinho, em São Miguel dos Campos; Triunfo, em Boca da Mata; Taquara e Porto Alegre, em Colônia Leopoldina.

(MTE). Os fiscais solicitaram a companhia de agentes da Polícia Federal. “O Estado de Alagoas é violento. Íamos andar em estrada de barro, onde o celular não pega. Ficaríamos muito vulneráveis. Também posso dizer que o setor (sucroalcooleiro) não tem uma boa fama”, justifica o procurador do MPT Rodrigo Alencar, procurador-chefe à época.

O nome da operação faz referência ao escravo fugido que, no século XVII, liderou o Quilombo dos Palmares, situado na capitania de Pernambuco, na região hoje pertencente ao município alagoano de União dos Palmares. Segundo os procuradores do MPT e os auditores fiscais do MTE, os trabalhadores das empresas fiscalizadas estavam sujeitos a “condições degradantes de trabalho” e, por isso, reduzidos à “condição análoga à de escravo”, conforme prevê o artigo 149 do Código Penal.

Em todas as usinas foram constatados desrespeitos à legislação, particularmente à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e à NR 31. Havia trabalhadores sem a carteira assinada, alguns recebiam menos que um salário mínimo. Empresas deixavam de pagar as horas *in itinere*, aquelas do trajeto do empregado até o eito e na sua volta ao alojamento. Foram encontrados ônibus irregulares, mal conservados – “bancos e assoalhos em estado avançado de deterioração”, descreveram os fiscais –, dirigidos por motoristas sem a habilitação adequada.

Cortadores deixavam de receber Equipamentos de Proteção Individual – como luvas, botas e caneleiras – ou os recebiam deteriorados. As fotos tiradas pelos fiscais mostram homens com mãos feridas e calejadas, alguns trabalhavam com sandálias de dedo. No intervalo para o almoço, alimentavam-se sob o sol forte, sentados na terra quente ou em garrafas térmicas, ou improvisavam abrigos cobertos com a palha da cana. Em alguns eitos, a água potável e fresca não era fornecida.

Muitos alojamentos – chamados de “senzalas” pelos relatórios do MTE – não apresentavam ventilação, nem condições básicas de higiene. Quando souberam da chegada da fiscalização, alguns empresários tentaram, de última hora, lavar banheiros e drenar esgotos que corriam ao lado dos quartos, a céu aberto. “O mau-cheiro impregnava o ambiente, não adiantava maquiá”, disse à época o coordenador do Grupo Móvel do MTE, o auditor fiscal Dercides Pires da Silva. Na usina Camaragibe, safristas relatavam que, pelo fato de o alojamento não ter banheiro, faziam as “necessidades” no mato, junto às canas.

Na Santa Clotilde, “em vez de colchões, os trabalhadores receberam simplesmente espumas envelhecidas, sujas e rasgadas, com espessura va-

riando entre cinco e dez centímetros”, anotaram os fiscais. Durante uma inspeção judicial feita por um juiz da 7ª Vara do Trabalho de Maceió, um funcionário da usina se apressou em atear fogo a algumas das espumas. Na usina, o jantar não era fornecido. Em um dos alojamentos, um armazém vendia mercadorias a prazo, a serem descontadas na remuneração do cortador. As dívidas eram manuscritas em caderninhos. Nos relatórios do MTE, há cópias das anotações. No dia 13 de janeiro de 2008, por exemplo, “Macelo de Majozidoro” contraiu dívida de R\$ 1,50. No dia seguinte, “Bigo-de” comprou R\$ 4 em pães.

O corte em seis usinas foi interditado pelo Grupo Móvel do MTE: Lajinha, Santa Clotilde, Sumaúma, Capricho, Santo Antonio e Camaragibe. A Lajinha chegou a recorrer à Justiça Federal, que concedeu liminar contra a interdição, mas a Justiça do Trabalho de Alagoas cassou a liminar. “Foi a primeira vez que foi determinada a interdição judicial do corte da cana de uma usina em Alagoas. Depois, na Santa Clotilde, também houve a interdição judicial”, comenta o procurador Rodrigo Alencar. As interdições duraram cerca de 15 dias e foram suspensas quando as empresas resolveram parte das pendências.

O relatório da operação Zumbi dos Palmares foi apresentado pelo MPT na Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de junho de 2008. Após as vitorias, os fiscais resgataram 657 cortadores, cujas rescisões contratuais incluíram o pagamento de todos os direitos, como 13º salário e aviso prévio. Os empregados resgatados faziam parte dos quadros da Santa Clotilde (401), das Capricho e Sumaúma (203) e da Lajinha (53). O MPT ajuizou, contra todas as usinas fiscalizadas, 12 ações civis públicas e 13 ações de execução de Termos de Ajustamento de Conduta anteriormente firmados. Em 25 de março de 2008, deu entrada ao pedido de indenização pela lesão aos direitos difusos e coletivos dos cortadores, fixado em R\$ 20 milhões para cada empresa.

O presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool do Estado de Alagoas (Sindaçúcar/AL), Pedro Robério, solicitou reunião com os procuradores, ocorrida em 26 de março. Sob a justificativa de que estavam em jogo “interesses maiores que os do setor sucroalcooleiro”, Robério convidou para o encontro Regis Cavalcante, então secretário estadual do Trabalho, Emprego e Renda, e Luiz Otávio Gomes, então secretário estadual do Desenvolvimento Econômico e Social.

Robério não questionou os relatórios da operação. Afirmou, segundo a ata da reunião, que “entende que as condições de trabalho no setor se

encontram constatadas, não havendo o que justificar”. Pediu, no entanto, a “construção de novo entendimento”, que permitisse o cumprimento da legislação de forma gradual.

Os secretários de Estado acudiram Robério e tentaram sensibilizar os procuradores. Não fizeram uma única crítica às usinas. Cavalcante ressaltou que o setor “é significativo no que respeita à geração de empregos e abertura de postos de trabalho” e que, por isso, seus rumos “preocupam o Estado”. Ao considerar que a “força” das medidas tomadas pelos fiscais, como as interdições, “gerou um mal estar”, Gomes sugeriu que os procuradores se reunissem com os empresários “para que fossem dissipados os receios de novas interdições ou outras medidas extremas”. Dessa forma, na opinião de Gomes, seria exterminada a “sensação de que o MPT é inacessível ao empresariado”.

Em novembro de 2008, o MPT firmou o Termo de Conciliação e Ajustamento de Conduta, conhecido como Acordão, assinado por 23 usinas e destilarias, que se comprometiam a cumprir uma série de exigências legais. O pedido de indenização por lesão aos direitos difusos e coletivos dos cortadores, inicialmente fixado em R\$ 20 milhões por empresa, foi drasticamente reduzido. Nos termos do Acordão, as 15 empresas autuadas comprariam alguns equipamentos predeterminados, a serem doados no prazo de 120 dias à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) e à Polícia Rodoviária Federal. Rateariam as despesas, que não poderiam ultrapassar R\$ 1,2 milhão, ou R\$ 80 mil por empresa – apenas 6,6% dos R\$ 20 milhões originais. “O mais importante para o MPT é a correção das irregularidades, não o pagamento da indenização”, afirma o procurador Rodrigo Alencar.

\*\*\*

Alagoas foi o primeiro estado a ser fiscalizado pela Força-Tarefa de Combate às Irregularidades Trabalhistas no Setor Sucroalcooleiro, criada pela Procuradoria-Geral do Trabalho em dezembro de 2007. Uma série de fatores motivou os procuradores do estado a solicitarem primazia. Em 2005, diversos trabalhadores foram vitimados por “reiterados acidentes de trabalho”, recorda Alencar. Os mais graves deles ocorreram em novembro daquele ano e mataram onze pessoas.

No dia 10, em Maceió, um ônibus com 70 trabalhadores da usina Cachoeira caiu num açude de vinhaça, de propriedade da usina Santa Clotil-

de, causando a morte de sete passageiros e ferindo 38. Segundo noticiou a *Gazeta de Alagoas*, o acidente foi causado pela má conservação do veículo, que teve um pneu furado ao tentar fazer uma curva. No dia 16, no município de Igreja Nova, a 168 km da capital, um ônibus fretado pela usina Marituba levava 44 trabalhadores quando capotou e caiu numa ribanceira de 20 metros de altura. Quatro passageiros morreram e 40 ficaram gravemente feridos. Outra vez, o acidente ocorreu por falha do veículo – a barra de direção quebrou –, de acordo com a *Gazeta de Alagoas*.

Nos anos seguintes, as blitzes feitas em parceria entre o MPT, a SRTE e a Polícia Rodoviária Federal constataram que os ônibus continuavam deteriorados. No início da safra 2007, trabalhadores de diferentes usinas paralisaram as atividades e, como forma de pressionar por salários mais altos e melhores condições de trabalho, bloquearam rodovias. “O setor estava em ebulição. Não tenho conhecimento de paralisações anteriores. O trabalhador da cana de Alagoas sempre foi muito pacato, mas, na entressafra, muitos se deslocavam para São Paulo e outros estados onde esse tipo de protesto já era comum. Trouxeram essa experiência para cá”, acredita Alencar. “Teve semana em que mediei conflitos todos os dias.” Uma das negociações durou 24 horas.

Desde 2006, as fiscalizações em usinas haviam se intensificado. O MPT vinha cobrando o cumprimento dos preceitos da Norma Regulamentadora 31 (NR 31), implementada no ano anterior. A NR é voltada à segurança e à saúde do trabalhador rural. “Antes, a gente ia trabalhando de acordo com o que fosse condizente com um trabalho digno, em termos de salubridade. A coisa era feita de uma forma mais empírica. Era mais dependente de interpretações, tanto do empregador, quanto do MPT na hora da intimação. A NR 31 foi um salto para a qualidade do meio ambiente do trabalhador rural. Permitiu uma cobrança mais específica, com normas detalhadas”, analisa Rosemeire Lopes, procuradora-chefe do MPT/AL.

As fiscalizações de 2006 resultaram em diversos Termos de Ajustamento de Conduta que não viriam a ser respeitados. Em 2007, uma Notificação Recomendatória voltou a cobrar o cumprimento da legislação e também foi ignorada. Alencar diz que, depois da operação Zumbi dos Palmares, a postura das usinas mudou. “A ação de 2008 foi um marco. Como as empresas passaram por uma força-tarefa, sabem exatamente em que ponto estão erradas.”

Na avaliação de Rosemeire, as condições apresentadas pelas empresas melhoraram. “A questão do meio ambiente de trabalho está muito avan-

çada. E as usinas precisam respeitar isso também por causa de normas internacionais. Se praticarem trabalho escravo, têm dificuldade para vender seu produtor no exterior”, analisa. O secretário de Política Salarial da Fetag/AL, Antonio Torres, concorda. “Nas usinas, mudou muito, quase 100%.” Porém, segundo ele, a fiscalização deveria ser mais rigorosa com o “pessoal mais fraco”. “Principalmente, os fornecedores e as usinas da região norte, que são mais precárias, menos lucrativas. Às vezes, não assinam carteira.”

O cenário não progrediu tanto assim, segundo o coordenador da Comissão Pastoral da Terra em Alagoas, Carlos Lima. “Há algumas usinas que oferecem sombra para os trabalhadores fazerem sua refeição, têm banheiro. Claro que, quando a fiscalização aperta, a coisa melhora”, admite. “Mas todo ano, em praticamente todas as usinas, há mobilização de trabalhadores, fecham rodovias. As denúncias continuam chegando para nós na mesma quantidade.”

O procurador Alencar considera ser necessário voltar a campo para averiguar se a legislação está sendo devidamente observada. Ele sabe que pelo menos um item tem sido desobedecido: o pagamento das horas *in itinere*. Em 2010, o MPT recebeu denúncias da SRTE e confirmou-as. “Praticamente todas (as usinas) descumpriram esse ponto”, afirma. Ainda em 2011, o MPT ajuizaria na Justiça do Trabalho ações de execução dos Termos de Ajustamento de Conduta referentes a esse item. “A multa é de R\$ 600 por trabalhador prejudicado pelo descumprimento. Se você levar em conta que cada usina tem em média 3,5 mil trabalhadores, vai dar R\$ 2,1 milhões”, calcula. Até o fechamento da reportagem, no início de novembro, as ações ainda não haviam sido ajuizadas.

“Hoje, as denúncias trabalhistas são bem menos frequentes. O que ainda aparecem são reclamações em relação à pesagem de cana, ao não pagamento de horas extras, de FGTS. E as horas *in itinere* são o ponto nevrálgico, o mais problemático. Só uma ou outra usina considera uma quantidade razoável de horas”, enfatiza Rosemeire.

Na safra 2010-2011, as horas *in itinere* a serem pagas foram acordadas entre as usinas e os sindicatos de seus respectivos municípios. “Algumas fixaram o tempo de trajeto em apenas 15 minutos, numa flagrante manifestação de má fé”, critica Alencar. Para a Convenção Coletiva de Trabalho da atual safra, que passou a valer em 1º de novembro, a Fetag estava propondo que o tempo mínimo a ser pago fosse de duas horas. “Na safra passada, houve acordos de dez minutos, de cinco, de 40, de uma hora. De todo tipo

foi feito”, revela Torres.

\*\*\*

As blitzes feitas em parceria entre o MPT, a SRTE e a Polícia Rodoviária Federal já começaram nesta safra. Em 4 de outubro, um ônibus transportava os facões junto com os cortadores, o que constitui risco aos passageiros. O veículo foi apreendido. Em outro veículo vistoriado, os pneus estavam carecas, o extintor, fora do prazo de validade, e o tacôgrafo, quebrado. Além disso, o motorista não tinha registro profissional. A licença concedida pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER), que libera o transporte de passageiros, também estava vencida. Um fiscal da usina estava entre os passageiros. Em todos os sessenta ônibus inspecionados havia ao menos uma irregularidade. Segundo a SRTE, a fiscalização vai se intensificar durante os meses da safra, que deve se concluir em março de 2012.

Em julho de 2011, um acidente fatal matou quatro cortadores e deixou cinco com ferimentos graves em Porto Calvo. Após o expediente em plantações da usina Santa Maria, eles estavam sendo transportados na carroceria de um caminhão, que invadiu a contramão e colidiu contra um ônibus. Com o impacto da batida, a boleia do caminhão se partiu e a carroceria foi arremessada em uma árvore. “Suspeito que não tenha sido a primeira vez que esse tipo de transporte foi feita. Seria muita coincidência só acontecer na vez em que houve a colisão”, avalia o auditor da SRTE Élton Machado, que investigou a ocorrência. “Essas caronas na área do campo, até por solidariedade, são frequentes. A empresa é responsável, nem que seja de forma indireta. Ela deve supervisionar, botar as pessoas certas nos lugares certos”, afirma. Segundo ele, o setor sucroalcooleiro é o que mais acidenta e mata em Alagoas.

“O desrespeito às nossas notificações não são frequentes, mas as usinas já são acompanhadas há mais de dez anos e ainda apresentam irregularidades que não deveriam existir”, considera Marcus Floriano Leal, auditor fiscal do Núcleo de Segurança do Trabalhador da SRTE. Leal, que fiscaliza a área rural desde 1993, diz que a falta de EPIs é o pecado mais cometido pelas empresas. “Em comparação à década de 1990, hoje está um céu. As condições de trabalho melhoraram, mas nunca deixa de haver irregularidades”, observa.

A SRTE planeja o cronograma anual de ações no ano anterior, mas também atua a partir de acusações novas feitas por trabalhadores. “Pou-

cos deles chegam a fazer a denúncia. Não se sentem à vontade. Às vezes pelo comodismo do próprio profissional”, acredita Leal. Ele também admite que o contingente de auditores é insuficiente para fiscalizar um setor tão abrangente quanto o sucroalcooleiro. “Hoje somos seis auditores de fiscalização da área rural. O ideal seria dez auditores, para dar condições para abranger uma área maior.”

Chefe da Seção de Inspeção do Trabalho da SRTE, Manoel Lourenço dos Santos também acredita que é necessário contar com mais auditores e automóveis. “A gente fiscaliza somente uma parte, as fazendas das usinas. Atingimos a maior parte da produção, mas a quantidade de fazendas é muito grande”, ressalta. “Fazendas de porte pequeno e de médio contribuem com acidentes que não chegamos a investigar. E elas são a parte mais fraca dessa cadeia, que têm mais dificuldade em cumprir as normas trabalhistas.”

Durante a operação Zumbi dos Palmares, em 2008, um dos casos mais graves de irregularidade envolveu o plantador de cana Antônio Cordeiro, fornecedor da usina Taquara. Os fiscais flagraram 60 cortadores da fazenda Gabão, situada em Colônia de Leopoldina e pertencente a Cordeiro, sendo transportados em “gaiolões” – caminhões que levam a cana dos talhões à usina –, ao lado de animais e facões. Nenhum tinha carteira assinada. Onze passageiros apresentavam de 13 a 17 anos de idade.

O procurador do MPT Rodrigo Alencar reforça as críticas à atuação da SRTE. “A administração atual da Superintendência tem se mostrado bastante ineficaz. Não proporciona aos auditores as condições mínimas de trabalho”, julga. “Por exemplo, em 2008, doamos dez veículos à SRTE, mas não passaram por manutenção. O próprio superintendente (Heth César Bismarck) pegou um veículo para uso próprio, em vez de priorizar a fiscalização”, acusa. Segundo Alencar, alguns auditores chegam a pagar do próprio bolso o conserto ou abastecimento dos carros.

\*\*\*

Paralisações e protestos coletivos de trabalhadores da cana, como o bloqueio de rodovias, não ocorreram na atual safra até o fechamento desta reportagem. No primeiro semestre do ano, houve manifestações. Em junho, após o término da safra 2010-2011, cortadores de cana da Lajinha bloquearam a BR 104 em virtude do atraso no pagamento de salário e de férias e do não recolhimento do FGTS. O maior número de protestos, porém, foi

realizado durante a vigência da safra, motivado pela insatisfação em relação à assinatura do contrato por tempo determinado, também chamado de contrato safra.

O trabalhador contratado na modalidade por tempo determinado não tem o direito de receber, ao término do contrato, aviso prévio indenizado, multa rescisória de 40% sobre o FGTS ou seguro-desemprego – indenizações garantidas pela modalidade de contrato por tempo indeterminado. Na safra 2010-2011, 17 das 23 usinas em atividade adotaram o contrato safra.

“Na última safra, as empresas resolveram aplicar esse contrato. Isso não foi debatido conosco. Procuramos o Sindaçúcar para mostrar que teríamos problema”, informa o secretário de Política Salarial da Fetag/AL, Antonio Torres. “Em Alagoas, sempre existiram os dois contratos, só que o número de cortadores admitidos com o contrato safra era pequeno, não havia esse impacto.”

Em fevereiro de 2011, cerca de dois mil cortadores da usina Paísa protestaram contra a assinatura de contratos safra. Bloquearam uma rodovia e chegaram a colocar fogo em pneus, pedaços de tronco e cana, para impedir a passagem de veículos. Em março, houve manifestação dos cortadores da Santa Clotilde. À procuradora do MPT Virgínia Ferreira, destacada para mediar o conflito, os trabalhadores alegaram que a empresa não havia explicado as consequências dessa forma de contratação e que assinaram o contrato desavisados. Afirmaram que não aceitavam as novas regras sem alguma compensação que ajude no período da entressafra, como o seguro-desemprego. A procuradora esclareceu que a adoção do contrato safra está em conformidade com a lei.

Esse foi o argumento usado pelo Sindaçúcar em janeiro, durante o protesto de mil cortadores da usina Seresta, em Teotônio Vilela. Em nota divulgada à imprensa, a entidade afirmou que vem “cumprindo orientação do Ministério do Trabalho e Emprego” ao implantar a “contratação de mão-de-obra sazonal por tempo determinado.” O texto do Sindaçúcar cita a Nota Técnica 244, publicada pela Secretaria de Inspeção do Trabalho do MTE em 2008, segundo a qual “a possibilidade de contratação de safrisitas por intermédio de contato indeterminado é uma contradição nos seus próprios termos, haja vista que o contrato de safra traz implícita a ideia de uma atividade cuja duração não se revela indeterminada”. Portanto, a atividade nas safras de cana, segundo o MTE, “atrai compulsoriamente o regime adstrito aos contratos de prazo determinado (...), não sendo o mesmo derogável pela vontade das partes”.

A adoção do contrato safra, portanto, é respaldada pela legislação. “Talvez não seja o mais adequado porque é socialmente injusto, mas é o único legalmente autorizado pelo governo federal”, assevera o presidente do Sindaçúcar, Pedro Robério. No entanto, até a safra 2009-2010, quase todas as usinas adotavam o contrato por tempo indeterminado. O costume se remete à época em que a maioria dos trabalhadores residia nas fazendas, sobretudo até a década de 1990, e continuava a prestar serviços durante a entressafra. “A cultura sempre foi essa”, atesta Rosemeire, procuradora-chefe do MPT. Segundo ela, as empresas perceberam que, para reduzir os custos, poderiam eliminar a manutenção das casas dos trabalhadores e abandonar um tipo de contrato cuja rescisão acarreta despesas extras.

Entre fevereiro e maio de 2011, período em que a safra da cana se desaquece, Alagoas apresentou 70.931 demissões, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do MTE. Para se ter ideia do impacto do contrato safra, o setor de Indústrias de Produção de Alimentos e Bebidas, categoria em que se enquadram as usinas, demitiu 39.141 pessoas no mesmo período – 55% do total. Em Coruripe, que abriga três usinas, houve 7.270 mil demissões nos quatro meses, número equivalente a 14% da população do município e a 94% das demissões ocorridas de janeiro a setembro.

“A gente sabe que esse contrato está na lei, mas em Alagoas é uma questão diferenciada. Não tem outro tipo de trabalho, só a cana de açúcar. Em estados em que há outra cultura forte, o uso do contrato safra não é tão prejudicial, o trabalhador sai de um canto e vai para outro. Aqui o trabalhador fica sem emprego e tenta sobreviver da maneira que der”, considera Torres.

Para esta safra, após reuniões entre a Fetag e representantes dos usineiros, apenas a usina Coruripe, situada na cidade de mesmo nome, manteve o contrato por tempo determinado. As três usinas do Grupo Carlos Lyra (Marituba, Cachoeira e Caeté) estão entre as que voltaram atrás. “Na safra passada, houve uma reação muito negativa para a gente. Era uma mão de obra indisciplinada. Nosso rendimento homem-dia caiu, o pessoal ficou desmotivado. Nos últimos dez anos, foi a pior mão de obra que tivemos”, revela um dos diretores do grupo, Aryl Lyra. “Ao adotarem o contrato safra, as usinas correm o risco de ser acionadas pelo governo federal, que pode cobrar na Justiça um ressarcimento por causa do pagamento indevido do seguro-desemprego”, acredita a procuradora-chefe do MPT/AL, Rosemeire.

Não há garantias de que as usinas venham a adotar o contrato por tempo indeterminado nas próximas safras. Por isso, o deputado estadual João-

zinho Pereira (PSDB) propôs ao governo de Alagoas a implantação de um programa para mitigar os prejuízos do trabalhador que fique desemprego após o término do contrato safra. Baseado nos projetos *Chapéu de Palha*, de Pernambuco, e *Mão Amiga*, de Sergipe, o programa *Amigo Trabalhador* estabelece o pagamento de R\$ 350 ao beneficiário, a ser feito de quatro a seis meses por ano, durante a entressafra. O governo ainda não se posicionou oficialmente em relação ao proposta do deputado. “A equipe técnica da Seplan está analisando nossa sugestão. Espero que o programa possa estar no orçamento de 2012”, diz Pereira.

O deputado prevê que, inicialmente, o programa atenda cinco mil trabalhadores e custe, por ano, R\$ 7 milhões aos cofres públicos. A procuradora-chefe do MPT/AL classifica o projeto como “razoável”, mas acredita que o estado não tem condições de arcar com esse valor. Representantes do setor sucroalcooleiro se mostraram favoráveis ao desenvolvimento de iniciativas independentes do governo, segundo ela, que sugere que criem alguma forma de compensação, como a doação mensal de cestas básicas. “As empresas estão dispostas a bancar isso”, acredita.

A disposição de que fala Rosemeire não é expressa no discurso do deputado estadual Fernando Toledo (PSDB), sócio do Grupo Toledo, ao qual pertencem três usinas. “As empresas não podem assumir mais esse fardo. A contribuição do setor para a geração de emprego e renda está no limite. A produtividade das indústrias do Sul e Sudeste é superior. Se colocarmos mais obrigações para as empresas que ainda permanecem no Nordeste, é possível que decretemos a falência delas”, alega.

\*\*\*

Os encargos da legislação trabalhista estão entre os fardos mais pesados que as usinas carregam, na opinião do deputado Fernando Toledo. As três empresas alagoanas do Grupo Toledo – Sumaúma, Capricho e Paísa –, que também possui uma unidade em São Paulo, estiveram entre as 15 autuadas pela operação Zumbi dos Palmares, em 2008. “Não conheço todos os casos, mas com certeza os excessos aconteceram. algumas interdições, alguns tipos de preciosismo exigidos em algumas investigações, foram questão de excesso. Essas ações foram muito mais uma pirotecnia”, considera. “Defendo que os trabalhadores sejam tratados de forma respeitosa, mas as exigências extrapolam.”

Sócio do Grupo e tio do deputado, Eustáquio Toledo diz que a legis-

lação concede ao patrão a presunção de culpa. “Antigamente, o trabalhador era analfabeto, indefeso. A legislação precisava ser muito tendenciosa para ele. Hoje, isso perdeu o sentido, os sindicatos chegam a ser mais organizados que as empresas”, analisa. “Mesmo assim, o que o trabalhador diz ainda é tomado como verdade até que se prove o contrário.”

Segundo Aryl Lyra, diretor do Grupo Carlos Lyra, os fiscais da operação de 2008 foram ludibriados por alguns trabalhadores. “Existe um comércio muito grande de EPIs. Houve casos em que o trabalhador foi reclamar para o fiscal: ‘olhe minha bota rasgada’, só que ele mesmo tinha vendido as botas novas que a usina tinha dado”, relata. “O que vale é a palavra do trabalhador, ele automaticamente tem razão. É isso que eu digo: são dois pesos e duas medidas, porra.” Aryl julga as exigências aos patrões rurais rigorosas em demasia. “No ônibus, o trabalhador do campo tem que estar sentado. Mas, na capital, o sujeito pega dois ônibus e vai em pé, e isso é normal. Na zona rural, tudo é culpa da empresa.”

A Constituição Federal de 1988 concedeu ao trabalhador rural direitos que o urbano já possuía, especialmente o FGTS, e inaugurou a obrigatoriedade do 13º salário. Essas novidades foram usadas por usineiros como justificativa para demolir, em suas propriedades, casas de trabalhadores. A situação foi relatada em maio de 1995, em reportagem da Folha de São Paulo assinada por Ari Cipola.

O fenômeno atingia toda a região canavieira do Nordeste e era “atribuído pelos usineiros aos custos da equiparação dos trabalhadores rurais aos urbanos, estabelecida pela Constituição. O pagamento à Previdência, desembolsado pelos empregadores, que equivalia a 2,5% do valor da safra, passou a ser de 8% do salário do empregado, como acontece na produção urbana.” Presidente do Sindaçúcar e secretário estadual de Planejamento à época, Jorge Toledo explicou: “A destruição das casas é uma loucura, mas foi a lei trabalhista que criou isto.”

Ao remover trabalhadores que moravam em casas no interior das propriedades, as demolições evitavam que houvesse vínculo empregatício e, portanto, pagamento de encargos trabalhistas. Em seguida, os usineiros recontratavam a mesma mão-de-obra na categoria de bóia-fria, trabalhador temporário que recebe apenas durante os cerca de seis meses de safra. Os produtores estimavam que, até a publicação da reportagem da Folha de São Paulo, já haviam sido destruídas 50 mil casas na zona canavieira de Pernambuco e 40 mil na de Alagoas, “avaliação tida como ‘real’ pelo então governador alagoano, Divaldo Suruagy.

Em 1995, após 29 anos de existência, a Companhia de Habitação (Cohab) de Alagoas havia construído 23.034 casas populares. As demolições contribuíram para aumentar o déficit habitacional de Alagoas e Pernambuco – cerca de 900 mil casas, segundo dados oficiais de 1991. As 40 mil casas demolidas em Alagoas totalizavam cerca de 2 milhões de metros quadrados de área construída. Isto significa R\$ 420 milhões (metade da receita do Estado prevista para 95), considerando-se que a Conab calculava em R\$ 210 o metro quadrado construído em habitações populares.

As usinas faziam a demolição, frequentemente, com o trabalho dos próprios moradores expulsos – que em alguns casos ficavam com sobras de tijolos, telhas e madeira, utilizadas para construção de uma nova casa na cidade mais próxima. Os chamados “arruados”, nome dado às pequenas vilas localizadas nas fazendas, davam lugar a ruínas. O então prefeito de Maceió, Ronaldo Lessa, reclamava: “Estão jogando todas estas pessoas aqui e não temos como resolver a situação”. Maceió tinha 120 favelas em 1995, segundo a prefeitura. Em 1991, eram 49, de acordo com o IBGE.

O processo de “favelização” de Maceió foi o “efeito mais devastador” do suposto recrudescimento da legislação, segundo Fernando Toledo. “Por causa desse aperto das leis trabalhistas, foi impossível ao produtor permanecer com seus moradores fixados em suas propriedades.”

A Constituição de 1988 não foi a única motivação para a massiva derubada das casas. No início da década de 1990, segundo Aryl Lyra, usineiros alagoanos observaram que, em Pernambuco, trabalhadores rurais demitidos pediam ressarcimento no valor da moradia e de outros bens disponibilizados pelo patrão, como se fossem parte do salário. Os empresários de Alagoas quiseram agir antes que o mesmo viesse a ocorrer com eles. “Vimos esses casos: depois da rescisão do contrato, o sujeito entrava na Justiça e pedia um valor muito acima do que de fato possuía. Ele plantava mandioca e dizia que aquela cultura dava uma renda mensal de ‘xis’ reais. Incluía até a energia e a água encanada, dadas a ele de graça”, conta.

A usina Caeté, do Grupo Carlos Lyra, demoliu cerca de 700 casas de alvenaria, nas contas de Aryl. “Fomos obrigados, senão íamos quebrar. A gente tinha de duas a três mil pessoas no campo. Imagine o custo de cada indenização dessas”, argumenta. “Para mim, esse foi o maior desastre do Nordeste no setor açucareiro. É aí que se formam as favelas e se agravam os problemas sociais da cidade”, acredita.

\*\*\*

Não foram apenas os usineiros que demoliram casas de trabalhadores. Plantadores independentes, os fornecedores, também o fizeram. Nos municípios de Porto Calvo e Jacuípe, Edgar Antunes é dono de quatro fazendas de cana e arrenda uma quinta, pertencente a seu pai. Antunes afirma que eliminou cerca de 50 casas e ainda restam 30 em suas propriedades. Novamente, a culpada seria a legislação trabalhista. “Não posso cumprir as exigências todas dessa NR 31. É impraticável. Se não tomar cuidado, você é classificado como escravagista.”

Antunes é médico, presidente do Hospital do Açúcar e ex-presidente da Associação dos Plantadores de Cana do Estado de Alagoas (Asplana). Ele ordenou as demolições após ser condenado, em novembro de 2010, a três anos e meio de prisão por manter empregados em condição análoga à escravidão em três fazendas. A pena, definida pelo juiz Guilherme Masaiti Hirata Yendo, da 2ª Vara Federal, foi revertida em prestação de serviço comunitário e pagamento de multa de R\$ 30 mil. O juiz considerou que Antunes tinha bons antecedentes e não havia cometido o crime com uso da violência.

A ação foi proposta pelo Ministério Público Federal, fundamentada em queixa encaminhada em 2008 pelo procurador do MPT/AL Rafael Gazzanéo Júnior. O caso começou a ser investigado depois de fiscalizações feitas pela Delegacia Regional do Trabalho em Alagoas. Segundo o procurador, havia trabalhadores sem carteira assinada e o FGTS não era depositado. Não era disponibilizado controle de jornada que permitisse anotação das horas de entrada e saída. Nas fazendas investigadas, não haviam sido implantados o Serviço Especializado em Segurança e Saúde do Trabalhador e a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural, conforme determina a NR 31.

Os alojamentos apresentavam “condições subumanas”, relatou Gazzanéo. Não havia camas separadas para homens e mulheres e nem com colchão. Os trabalhadores dormiam “envoltos em lençóis no chão, em esteiras de palha ou em redes próprias”, prosseguiu. Os locais não disponibilizavam água potável, nem condições básicas de higiene. Os empregados faziam “suas necessidades fisiológicas no mato, ao ar livre” e tomavam banho “num açude, compartilhando a água com animais e lavadeiras”.

O fazendeiro não fornecia EPIs e induzia os funcionários a comprarem o que precisavam em um armazém, ou “barracão”, situado nos limites da propriedade. As despesas eram descontadas diretamente dos salários.

“Isso representa o renascimento da servidão por dívidas. O empregador se torna eterno credor do empregado, que, ao fim, trabalha sem receber remuneração ou apenas uma parcela ínfima dela”, descreve Gazzané. Segundo o procurador, Antunes foi o primeiro empresário de Alagoas condenado por reduzir empregados à condição análoga à de escravo de um empresário de Alagoas.

“As acusações não condiziam nem condizem com a verdade”, defende-se Antunes. “Eles (os procuradores do MPT) gostam de aparecer.” Diz que as residências dos trabalhadores possuíam água canalizada e banheiro. Afirma que o barracão existia, mas não nas condições apontadas pelo procurador. Ele concedeu a exploração do estabelecimento a um terceiro, sem cobrar qualquer taxa. Era apenas uma forma de facilitar a vida dos empregados, que tinham dificuldade, principalmente no inverno, para se deslocar à cidade e fazer as compras. “Os próprios trabalhadores pediram pra que tivesse um armazém lá para fazerem as compras. Eu não obrigava ninguém a comprar lá. Eu fazia os pagamentos do escritório e as pessoas iam comprar onde quisessem.”

Alega que os EPIs eram fornecidos gratuitamente. Porém, pode ser que, à época da fiscalização, o material encomendado ainda não tivesse chegado. “As usinas compravam esses itens em grande volume, havia falta deles aqui. Então, a moagem se iniciava, realmente, sem o EPI, aguardando que ele chegasse”, relata. “O mais importante é você ter a consciência tranquila. Eles (os procuradores do MPT) queriam um boi de piranha e acharam que eu deveria ser.” Antunes está recorrendo da sentença e, por isso, seu nome não está relacionado no cadastro de empregadores autuados por exploração do trabalho escravo mantido pelo MTE.

Os atuais dirigentes da Asplana contestam a condenação do colega. “O ministério vem com um detalhezinho, o colchão tem que ser assim... Chegam com umas exigências, pelo amor de Deus! No ônibus, os trabalhadores nossos têm que ir todos sentados, mas na cidade anda todo mundo trepado, de pé. E acaba assim: o cara é preso, desmoralizado”, reclama o diretor técnico da Asplana, Antonio Rosário, usando o mesmo argumento de Aryl Lyra, citado anteriormente. O presidente da entidade, Lourenço Lopes, complementa : “Quando o sertanejo vem cortar cana aqui, na casa dele não nem um lençol para se cobrir. Aqui ele tem alojamento, uma mesa para se sentar e se alimentar, uma rede para deitar numa varanda depois do meio-dia. Os caras têm tudo, porra”.

Em Alagoas, há 7.394 fornecedores e 7.983 propriedades de cana, segundo os dados mais atualizados da Asplana, referentes à safra 2009-2010. Segundo um funcionário da associação que não quis se identificar, esses números podem ser enganosos: “É complicado saber exatamente quanto um determinado fornecedor produz, quantas propriedades tem. Para pagar menos imposto de renda, o pessoal vai distribuindo a produção, bota fazendas no nome do pai, do irmão”.

A Asplana distribui os produtores em seis categorias. Edgar Antunes é um dos 127 que produzem mais de 10 mil toneladas por safra. Os outros cinco grupos são compostos pelos que somam de 7 e 10 mil (80 produtores), de 3 a 7 mil (337), de mil a 3 mil (806), de 500 a mil (839) e até 500 (5.205, ou 70,3% do total).

“O pessoal fica imaginando que somos ricos. Mais de 80% de nossos produtores produzem até mil toneladas de cana, o que dá 20 hectares para cada um. Isso é reforma agrária! Concentração há nas usinas, que hoje são apenas 23. Veja a contribuição social que os fornecedores oferecem ao governo”, defende Lourenço Lopes, presidente da Asplana. No entanto, os 127 maiores produtores são responsáveis por 33,15% da produção, ao passo que os 6.850 que colhem até 3 mil toneladas – número 54 vezes maior – somam 37,52%.

O maior fornecedor do estado é Luiz Jatobá Filho, que mora em São Miguel dos Campos. O fazendeiro não foi encontrado por nossa reportagem. Na safra 2010-2011, colheu cerca de 150 mil toneladas. Assim como outros grandes produtores, possui negócios em outros setores. É dono de uma das maiores concessionárias da marca Volkswagen do estado e possui postos de combustíveis em mais de uma cidade. Também é criador de gado.

Edgar Antunes produziu 30 mil toneladas na safra passada. Já chegou a colher 60 mil toneladas. Há cerca de cinco anos, começou a ocupar parte de suas fazendas com pastagem; hoje cria 600 cabeças de gado. “Os encargos trabalhistas penalizam o produtor rural. E os custos de produção da cana são muito altos”, justifica.

No Nordeste, nas últimas três safras, os custos totais de produção de cana superaram o preço pago ao fornecedor em 15%, segundo a Confederação da Agricultura e da Pecuária do Brasil (CNA). No entanto, a rentabilidade do negócio melhorou. No Nordeste, as receitas superaram os custos em 14% na safra 2010-2011, em função do aumento da demanda por açúcar

e etanol.

“Quando comecei, há 35 anos, a cana remunerava, dava pra você crescer, produzir. Agora, os preços estão achatados. De dois anos para cá, o preço melhorou, mas ainda está apertado”, lamenta Antunes. Em um dos momentos críticos, desfez-se de um carro para pagar dívidas. “Imagine todo tipo de aperto que o camarada pode ter. Aperto com seca, de perder a produção quase toda, ter que vender uma casa maior para ir para uma casa menor.” A usina para a qual fornece, a Santa Maria, já atrasou pagamentos. “Teve uma época que ficou com quase toda a minha produção, e eu devendo a todo mundo.”

O preço da cana pago aos fornecedores é definido pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool de Alagoas (Consecana/AL), instituído em 2004. A diretoria do órgão é composta por três nomes indicados pelo Sindaçúcar e três escolhidos pela União dos Plantadores de Cana Nordestinos (Unida), que representa os fornecedores nos conselhos de quatro estados da região. O cálculo da remuneração é realizado pela Câmara Técnica do Consecana, assessorada por economistas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (ESALQ/ USP).

A partir das cotações dos preços do açúcar e do etanol no mercado internacional, a conta determina quanto deve ser pago pelo quilo de Açúcares Totais Recuperáveis (ATR), todo o açúcar que não se perde durante o processamento industrial da cana. A usina é responsável por extrair amostras de três pontos diferentes da carga de cana que adentra seus portões e descobrir o índice de ATR. Na safra 2011-2012, a posição até 15 de outubro marcava a média de 116,5 quilos de ATR por tonelada de cana, 4,96% a menos do que os 122,58 da safra passada. Como o preço médio líquido no mês estava em R\$ 0,5453, a tonelada de cana rendia ao produtor R\$ 63,52.

Os atrasos no pagamento por parte das usinas são muito comuns, segundo o presidente da Asplana. “Toda safra tem”, diz Lopes. A usina para a qual fornece cana, cujo nome preferiu omitir, ainda não o pagou grande parte do que adquiriu na safra passada. “De janeiro para cá, não me deu nada. Quando eu receber, vai ser o mesmo valor que receberia em janeiro, defasado.” Ele lista os danos que o atraso acarreta: “Perco o poder de comprar à vista, vou comprar a prazo, vou ter que pagar juros. Meu capital de giro está bloqueado, fica retido na usina. Perco o poder de comprar equipamentos. Cai a produção, o que resulta em demissão de funcionários. Meu plantio, meus tratamentos da lavoura, a renovação do canavial – fica tudo

comprometido.”

Por causa da inadimplência, Lopes tem saudade dos tempos em que o setor sucroalcooleiro era regulado pelo extinto Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), órgão do governo federal que funcionou de 1933 a 1990. “Nessa época, o pagamento era à vista e obrigatoriamente em dia.” O presidente da Asplana defende que o governo volte a mediar as negociações entre fornecedores e usineiros. “Hoje, o que existe é um acordo de cavalheiros, sem valor legal, sem penalidade para os que descumprem. O governo pode servir de juiz nessa conversa. Como é que eu jogo bola com você e não tem um juiz?”

O presidente do Sindaçúcar alega que a taxa de inadimplência dos industriais não é superior à de empresários de outros setores. “Tem usina que está em dia, tem usina que está atrasada”, resume. Acredita que o fornecedor, em vez de desejar um contrato rígido – como defende Lopes –, gosta das vantagens da “flexibilidade” existente. Haveria produtores que, tendo se comprometido a vender cana para uma usina, acabam negociando com outra que oferece mais dinheiro. “Há regiões em que há cinco, seis usinas, as distâncias são muito pequenas. Quando possuem capacidade ociosa, as fábricas podem pagar mais para otimizar sua planta industrial. O fornecedor sabe disso e diz: ‘bom, vou ficar quieto, é bom não ficar amarrado’”, argumenta Robério.

Na safra 2010-2011, apenas 34% da cana moída pelas usinas, 9,8 milhões de toneladas, foram adquiridos de fornecedores. Os 66% restantes (19,1 milhões de toneladas) foram colhidos de terrenos pertencentes às usinas ou aos seus acionistas. No início da década de 1950, a participação dos produtores independentes atingiu os 61,6%. Não fossem algumas oscilações para cima, a taxa estaria em queda livre desde então. Nos anos 1960, chegou aos 50,34%. Os fornecedores ensaiaram uma virada de jogo na década de 1970, quando alcançaram 61%, mas voltaram a cair, descendo aos 25,30% na década de 1990.

Em 1941, o IAA estabeleceu no Estatuto da Lavoura Canavieira que pelo menos 50% da cana moída pelas usinas deveriam se originar de fornecedores. “Isso vigorou até 1992, mas não se cobrava isso, não havia fiscalização. No Brasil, existe a lei que cola e a que não cola. Mas também existe a que descola. Essa aí valeu por um tempo e depois descolou”, analisa Noel Loureiro, assessor técnico da Federação da Agricultura e Pecuária (Faeal). Loureiro é fornecedor e produziu, em sociedade com dois irmãos, cerca de 45 mil toneladas na última safra.

A diminuição da participação do fornecedor atesta que ele leva desvantagem na relação com as usinas, na opinião do diretor técnico da Asplana. “Sempre vai ser assim. Nós temos a cana. Eles (usineiros) têm a cana, o açúcar, o álcool, a energia (elétrica, produzida pela queima do bagaço da cana), conseguem diminuir seus custos”, alega Antonio Rosário. O presidente do Sindaçúcar acredita que essa queda se deve à precariedade da produção dos fornecedores de pequeno porte, desprovidos de assistência estatal. “Isso é um sistema quase familiar, quase uma subsistência. Não dá para investir em insumos ou novas variedades de cana, nem em evolução tecnológica numa área tão pequena. Isso seria uma operação de governo, o que não ocorre há muitos anos.”

Por causa da insuficiência de recursos, os pequenos e microprodutores não conseguem cumprir plenamente os encargos trabalhistas, justifica Lopes. “Às vezes, não recolhem nem os próprios impostos, imagine recolher o dos empregados.” Em um ponto, a falta de recursos equipara todos os fornecedores: nenhum deles banca o trio corte-carregamento-transporte, conhecido sinteticamente como CCT.

As usinas se responsabilizam por executar essas operações em relação à cana que compram. Os fornecedores não possuem recursos para comprar caminhões. Quanto a esses dados, Sindaçúcar e Asplana estão de acordo. Há empresas que cobram pelo CCT prestado e descontam no preço pago pela cana. Podem cobrar por todo o serviço ou apenas por parte dele. Por outro lado, há indústrias que custeiam as operações. Essas variáveis dependem de acordos pontuais entre os envolvidos na transação.

Para não dizer que a regra é absoluta, Noel Loureiro sabe de um primo em Coruripe que ainda carrega e transporta a cana até a usina compradora, embora o corte já seja bancado pela indústria. “Isso está com os dias contados”, sentencia Loureiro, cujo CCT é feito pelas suas clientes, as usinas Camaragibe e Santa Maria. “Temos apenas empregados para plantio, adubação, aplicação de herbicidas, controle de doenças”, detalha.

Todavia, há produtores de até 500 toneladas que transportam a cana em veículos próprios; às vezes, também alugam o serviço a um fornecedor de porte semelhante. Outros dessa faixa de produção contratam o frete, podendo receber ajuda de custo das indústrias. “Usina não tem interesse em destacar um caminhão para buscar 500 toneladas”, reforça José Valter da Silva, assessor técnico da Asplana.

\*\*\*

Alguns dos 5.205 micro e pequenos produtores são moradores de assentamentos de reforma agrária. Parte deles explora por anos a cana deixada pelos antigos donos da área, mesmo após a socaria começar a perder produtividade. Outros conseguem juntar dinheiro para comprar semente e renovar a plantação. Muitas vezes aproveitam a experiência de anos trabalhando em canaviais alheios.

O cultivo de cana em assentamentos é um tema controverso entre os integrantes dos movimentos ligados a trabalhadores sem-terra. Muitos de seus líderes e coordenadores desaconselham a prática, que não pode ser proibida. “A reforma agrária tem por finalidade produzir alimento. Plantar cana novamente é a gente voltar ao antigo”, considera o coordenador estadual da Comissão Pastoral da Terra, Carlos Lima.

A cana é a cultura mais rentável para boa parte dos assentados, na opinião do membro do MST Adriano Ramos. Muitos não estão capacitados a se ocupar de outros gêneros agrícolas ou têm dificuldade para comercializá-los. “Você pega esses cortadores e joga um pedaço de terra na mão deles. O que eles vão fazer? Muitos foram peão de usina, não sabem mexer com outra coisa senão cana, que tem comprador certo: a usina”, argumenta Adriano, morador do assentamento João Pedro Teixeira, em São Luis do Quitunde. “Dá para tirar pelo menos um salário mínimo por mês, se o cabra plantar uns quatro hectares. Não é muita coisa, mas nem isso se consegue tirar com outras culturas. É uma opção viável.”

Há assentados que recebem ajuda das usinas para constituírem seus talhões de cana. “A empresa dá – aliás, empresta – adubo, semente, veneno, maquinário, o que você precisa para plantar. O governo dá mudas de laranja, banana, mas não dá adubo, defensivo, nada. Não é que eu esteja defendendo a usina, mas é a realidade”, analisa Adriano. Formado em Agronomia pela Universidade Federal de Alagoas, ele trabalhou por dez meses na usina Santa Clotilde. Depois, não conseguiu mais emprego e, como não tinha terra, passou a trabalhar no MST em 2005. “Quería continuar trabalhando em usinas, mas não deu. O jeito foi me assentar.”

Nas terras da extinta usina Ouricuri, que decretou falência na década de 1980, há seis assentamentos e diversos acampamentos do MST. Parte significativa dos assentados trabalhava na empresa. A área fica no município de Atalaia, a 48 km de Maceió. O primeiro assentamento instituído no local foi o de Canudos, ainda conhecido pelo nome da fazenda onde se instalou, a São Luiz, declarada de interesse social para fins de reforma

agrária em 1996.

A caminho de São Luiz, à margem da estrada de barro, há uma “casinha” e uma cruz que lembre a morte do militante Jaelson Melquíades dos Santos. Em 2005, aos 25 anos, ele era uma liderança do MST quando foi assassinado em Atalaia com um tiro na cabeça. A motivação teria sido a disputa de terras. Em 2006, o plantador de cana Pedro Batista, acusado de ser o mandante do crime, foi solto após uma semana no presídio. O suposto autor material, José Heleno, funcionário de Batista, teve prisão preventiva decretada, mas nunca foi encontrado.

Em um lote de São Luiz, reside João Antônio, chamado de Seu Caboclinhos, de 59 anos. Nascido em Minador do Negrão, agreste alagoano, é casado e teve doze filhos. “Um morreu de problema que dá em crianças. Não tinha médico por perto”, diz Antônio. Cinco de seus filhos trabalham em usinas. Dois são cortadores na Capricho e um, na Triunfo. Outro maneja máquina na Porto Rico. “Eles estudaram pouco, não tiveram chance”, lamenta o pai. Aos 12 anos, começaram a adubar e capinar a roça da família.

Antônio chegou a estudar, mas diz que não aprendeu nada. “Desde pequenininho, meu negócio era trabalhar com animal, bicho bruto. Amansei até garrote bravo. Quando tive que trabalhar com cana, estranhei muito, mas o cabra que nasce e se cria no campo aprende logo.” Em menino, remexia os pés de milho e feijão da roça do pai, mas uma seca braba fez a família migrar.

Aos 15 anos, ele se tornou cortador da Ouricuri, onde assumiu diversas funções: foi cocheiro, cambiteiro – carregava com cana os cambitos, ganchos de madeira presos à cangalha dos burros, e levava até as moendas –, cuidou de boi e cavalo, ajudou a carregar caminhão com cana, cortou, capinou. “Naquele tempo não existia óculos, luvas. Trabalhava com havaianas, as cobras pretas.” O expediente começava cedinho e ia até a boca da noite. “Era o jeito, não tinha outra profissão, eu não tinha leitura.”

Quando a Ouricuri faliu, foi trabalhar na Triunfo. Mesmo depois de assentado, continuou com o emprego. Foi nessa época que errou o facão e acidentou-se. “Tava com pressa para ir à feira, aí cortei o dedo, ficou pendurado. Passei 90 dias sem trabalhar.” Atualmente, em seu lote, planta macaxeira e cria galinha, que só dão para consumo da família. O inhame lhe rende cerca de R\$ 1 mil por ano. A cana, plantada no quintal dos fundos, é vendida para um fornecedor maior, que a corta e revende para a Capricho. Rende de R\$ 600 a R\$ 800 por safra. Pensa em substituir a planta por outro gênero. “Não dá resultado.”

Antônio não aguenta mais cortar cana. Arrisca-se a fazer uma demonstração. Desfere gestos largos, como se enaltecesse o vigor que o cortador precisa possuir e que ele mesmo exibia, “quando tinha saúde”. Porém, só consegue tirar um punhado e desiste em menos de um minuto. Justifica: “Estou com um problema na coluna, dói que só a pega”.

Depois do lote de Antônio, seguindo pela estrada de terra, fica o assentamento Timbozinho, nome da antiga fazenda que ocupava a área. É lá que mora Zé Grosso, de 72 anos, mas é difícil encontrá-lo em casa. Sai cedo e só volta no final da tarde. Ele o filho José Germano, de 44, passam o dia todo no canavial, situado em outro terreno.

Os dois almoçam e se abrigam da chuva sob uma barraca erguida por eles, feita de estacas de imbaúba e coberta com palha de coqueiro. Preparam a comida no fogão de lenha improvisado, uma pequena cova aberta no chão de barro. Os mosquitos atacam, mas a dupla não mostra qualquer incômodo. Para chegar ali, é preciso descer a ladeira margeando a plantação e, na baixa, atravessar dois riachos de pouco mais de um metro de largura, a água cobrindo as canelas. Depois, sobe-se a picada entre as carreiras de cana, a choça fica no alto.

Para proteger os olhos das folhas finas da planta, Zé Grosso faz o trajeto cabisbaixo, o braço erguido à frente do rosto. Ele e o filho trabalham no talhão de segunda a sexta, às vezes aos sábados também. O pai desperta às 4h e é o primeiro a chegar, por volta das 5h. No local, também há o cultivo de milho, abóbora, banana e macaxeira. “São só para comer”, diz o pai.

A cana é vendida a um fornecedor, que manda seu pessoal cortá-la e repassa à usina Capricho. “Só faço limpar a terra, botar veneno. Não tenho como comprar adubo”, revela Zé Grosso. A camisa está desabotoada e suja de terra. O cinto da bermuda é um feixe de palha de cana atado na frente por um nó grosseiro. A última safra rendeu R\$ 6 mil, a atual foi negociada por R\$ 5,5 mil. “As despesas tiram quase tudo”, comenta e se cala, pensativo. O filho questiona: “Mesmo assim é melhor que trabalhar em usina, né, pai?” Zé Grosso responde: “Na usina, os horários são desconvenientes e o ganho também é pouco. Você ganha no sábado, no domingo come.”

Zé Grosso nasceu no interior de Pernambuco, onde foi cortador da usina Água Branca. No final da década de 1970, foi tentar a vida em uma usina de Araraquara, São Paulo. Foi lá que o facão acertou sua canela – 26 pontos de sutura. Decidiu voltar ao Nordeste e morar em Alagoas, em um bairro da periferia de Maceió. Ajudou a carregar e descarregar tratores na extinta usina Santana, em Porto Calvo. Cortou cana na Utinga Leão. Tam-

bém fez bicos na construção civil, abrindo valas para rede de esgoto.

Desde 1998, mora no assentamento Timbozinho com a esposa e Germano. “Tinha parado de cortar por causa da idade avançada. O jeito foi partir para o campo.” Mesmo assim, na safra de 2004-2005, já assentado, fez uma última tentativa como cortador na usina Capricho. Voltou a sofrer com os horários “descoventes”: saía de casa às 4h e só voltava às 19h. Diz que, em nenhum dos empregos, sua carteira foi assinada.

Começou a trabalhar cedo na roça dos pais. “Ainda mamava no peito”, ri. Tinha uns 13 anos. Não frequentou escola, só aprendeu a assinar o nome. De seus três filhos, Germano foi o que mais estudou, até a 6ª série, mas também virou cortador cedo, aos 19 anos. Sem carteira assinada, Germano se empregou na Capricho, na Serra Grande e em “particular”. Outro filho de Zé Grosso corta para um fornecedor; o terceiro mora em um assentamento de Flecheiras. “Eles têm que gostar (de trabalhar no campo), não há outra profissão”, diz o pai. “Nunca tive vida boa”, resigna-se. Quando vai descansar? Responde imediatamente, sorrindo: “Quando morrer”.

\*\*\*

O setor sucroalcooleiro gera 120 mil empregos diretos e 270 mil indiretos em Alagoas, segundo o Sindaçúcar. O estado possui 60,4 mil trabalhadores da cultura da cana, de acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego<sup>2</sup>. O número deve diminuir nos próximos anos. As máquinas de corte começaram substituir trabalhadores, embora o processo de mecanização da lavoura ainda seja incipiente.

Para esta safra, mais de 20 colhedoras, ou colheitadeiras, foram adquiridas. O Sindaçúcar estima que 50% dos 450,75 mil hectares ocupados por cana na zona da mata do estado são passíveis de mecanização e cerca de 20% da colheita já são mecanizados. O mercado ainda não dispõe de máquinas rentáveis que operem em terrenos com declividade superior a 12%<sup>3</sup>, situados em encostas. A mecanização exige que se faça nivelamento

---

2 No cadastro do RAIS, a ocupação “trabalhador da cultura de cana-de-açúcar” inclui cinco categorias: colhedor de cana-de-açúcar, cortador de cana-de-açúcar, plantador de cana-de-açúcar – conta própria, plantador de cana-de-açúcar – empregador, tombador de cana-de-açúcar.

3 Há máquinas rentáveis que atuam em topografia de até 17% de declividade, segundo afirma Neivaldo Barbosa dos Santos na dissertação de mestrado “Identificação dos fatores críticos da colheita mecanizada de cana-de-açúcar”, defendida em 2011 na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo.

do solo – incluindo a retirada de paus, tocos, pedras e restos de materiais estranhos –, adequação do formato e das medidas dos talhões, entre outras adaptações.

A mecanização dos canaviais é estimulada pela legislação ambiental. O decreto 2661, de 8 de julho 1998, prevê que a queima da cana seja extinta até 2018. O corte manual de cana crua é economicamente inviável. A queima reduz a folhagem, diminui o risco de acidente com animais peçonhentos e aumenta a produtividade do cortador, que, em cana crua, costuma alcançar apenas metade da em cana queimada. A aquisição de máquinas, portanto, é necessária para as áreas em que a queima for proibida.

Segundo o decreto, a eliminação da prática deveria ser feita gradualmente, “não podendo a redução ser inferior a um quarto da área mecanizável de cada unidade agroindustrial ou propriedade não vinculada a unidade agroindustrial, a cada período de cinco anos, contados da data de publicação” do decreto. A definição de área mecanizável considera terrenos com declividade inferior a 12% e com dimensões superiores a 150 hectares.

Na prática, a determinação de que se eliminasse 25% da queima a cada cinco anos foi ignorada, mas o prazo de 2018 preocupa produtores. Em São Paulo, a União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica) e o governo estadual firmaram o Protocolo Agroambiental, que antecipa o ano limite para 2014, no caso das áreas mecanizáveis, e ainda inclui as áreas com declividade acima de 12%, que teriam que eliminar a queima até 2021. A adesão ao protocolo é voluntária. São Paulo é o estado com a maior taxa de colheita mecanizada, mais de 60%, segundo a Unica.

Antes de ser firmado o Protocolo Agroambiental, o governo do estado havia aprovado a lei nº 11.241, de 19 de setembro de 2002, que fixava a eliminação da queima até 2021, para as áreas mecanizáveis, e 2031, para as não mecanizáveis. O prazo estabelecido para as áreas mecanizáveis é dois anos superior àquele determinado pelo decreto federal. Outros estados editaram leis que também excedem o prazo federal para áreas mecanizáveis. No Espírito Santo, a lei 9.073, de 2008, estabelece que a queima se extinga até 2019. No Rio de Janeiro, a lei 5990, de junho de 2011, estende o

prazo até 2020.<sup>4</sup>

Alagoas não possui lei estadual que determine a extinção da queima da cana. Vale para o estado o que está previsto na legislação federal. O projeto de lei 1.876, de 1999, o popular Novo Código Florestal, está em votação no Congresso Nacional e, por enquanto, não tem alterações substanciais relativas à proibição da queima. O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados sem que incorporasse a emenda sugerida pelo parlamentar Joaquim Beltrão (PMDB), de Alagoas. Foi vetada a sugestão de que a proibição do uso de fogo em vegetações não valesse para os municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que abrange os nove estados da região e parte de Minas Gerais e Espírito Santo.

“Em Alagoas, a maioria dos cortadores não mora nos municípios canavieiros, mas no semi-árido. É no período da seca que eles vão cortar cana. É uma atividade rentável: dá para investir no sertão o valor que conseguir na cana. O estado não tem condições de realocar esse pessoal, a atividade econômica do estado não está evoluída a esse ponto, principalmente no interior”, justifica Beltrão.

O deputado ressalta que um trecho do decreto 2.661/98 nunca teria passado da condição de letra morta. O artigo 17 determina que, a cada cinco anos, a partir da data de publicação do decreto, “será realizada, pelos órgãos competentes, avaliação das consequências sócio-econômicas decorrentes da proibição do emprego do fogo para promover os ajustes ne-

---

4 O Ministério Público Federal no Rio de Janeiro chegou a publicar nota de repúdio à aprovação da lei carioca, entre outras razões, porque a legislação deveria “guardar sintonia com os preceitos legais, não se afastando do que é determinado, de forma clara, (...) pelas leis federais que tratam do meio ambiente.” No entanto, no entendimento de Mamede Said, especialista em direito ambiental da Universidade de Brasília (UnB), a legislação federal abre brechas para que determinações estaduais “afrouxem” o prazo.

“A princípio, leis estaduais podem ser mais rigorosas que leis federais, mas não podem contrariá-las”, esclarece Said. No entanto, o decreto 2661/98 parece se opor ao artigo 27 da lei 4771, de 1965 – o Código Florestal –, que ele regulamenta. O artigo 27 determina, em seu parágrafo único, que, “se peculiaridades locais ou regionais justificarem o emprego do fogo em práticas agropastoris ou florestais, a permissão será estabelecida em ato do Poder Público.”

“Não cabe à União aferir essas peculiaridades. É contraditório, mas o artigo 27 lei acaba abrindo a possibilidade de o prazo estadual (para eliminação da queima) se estender para além do que foi fixado no decreto”, analisa Said. “Uma avaliação possível é de que o decreto extrapolou um pouco, ao condicionar muito como se dará a eliminação gradual do uso do fogo sem atentar para o que diz o artigo 27, que acaba dando aos estados e municípios esse poder de avaliar como que vai se dar essa permissão em face de atividades econômicas desenvolvidas a nível estadual.”

cessários nas medidas impostas.”

Neste ano, Beltrão solicitou ao Ministério do Meio Ambiente informações sobre a aplicabilidade desse artigo. Em resposta, a Secretaria de Desenvolvimento Rural Sustentável do ministério encaminhou nota técnica esclarecendo que os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs), responsáveis por emitir autorizações de queima controlada, “detêm o conhecimento da especificidade de seus territórios e dos fatores econômicos e sociais envolvidos na dinâmica de desenvolvimento local e regional, tendo, portanto, as condições reais para propor e realizar estudos para melhor compreender as consequências socioeconômicas da proibição do uso do fogo na cana de açúcar.”

No caso de Alagoas, o OEMA responsável pelo licenciamento ambiental é o Conselho Estadual de Proteção Ambiental (Cepram), que tem o apoio do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA/AL) e da secretaria estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH). “Até hoje não foi feito nenhum estudo social nesse sentido por nenhum desses órgãos”, enfatiza Beltrão. Segundo ele, a tendência é que o projeto de lei seja aprovado no Senado sem que o artigo sobre o emprego do fogo sofra alterações significativas. “O decreto de 1998 vai continuar vigorando”, lamenta.

Enquanto isso, em Alagoas, representantes de usineiros e trabalhadores rurais não têm conhecimento do prazo de 2018. Secretário da Fetag/AL, Torres acreditava que a proibição viria em 2016. Já o presidente do Sindaçúcar/AL afirma que não há prazo algum, tampouco sabe que ele se aplica apenas para áreas com até 12% de declividade. “Aqui não tem data marcada, como em São Paulo. Se essa restrição vir para cá, vamos tentar estender ao máximo (o prazo) por causa da impossibilidade que a região apresenta pela topografia. Não existe nenhuma movimentação, nem no governo, nem no parlamento. Vamos ficar assim até nos chamarem. Mas entendemos que um dia (a queima da cana) vai se acabar, não vai ficar só o Nordeste queimando cana.”

\*\*\*

Algumas fabricantes lançaram colheitadeiras capazes de cortar até mil toneladas de cana crua em 24 horas, mas, em Alagoas, o maquinário em

funcionamento está executando cerca de 600 toneladas. As estimativas quanto à quantidade média colhida por cortador manual varia entre os pesquisadores. Com base em levantamento feito pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em 1997, o economista Cícero Péricles de Carvalho considera que a média gira em torno de seis toneladas por dia em Alagoas e 12 toneladas no estado de São Paulo.<sup>5</sup>

A média de seis toneladas é avaliada por gerências agrícolas de usinas e pela Fetag/AL. Portanto, uma colheitadeira substitui cerca de 100 cortadores. Na safra 2010/2011, foram contratados 58 mil cortadores, de acordo com a Fetag/AL. Em outubro, a estimativa da entidade era de que a mecanização reduzisse esse montante para 50 mil na atual safra e 20 mil na safra 2015-2016, quando toda a área mecanizável teria sido coberta, caso o ritmo atual se mantivesse. “Se isso acontecer, o caos social está instalado no estado. Muita gente vai perder emprego. Para onde vai esse pessoal?”, questiona o secretário de Política Salarial da entidade, Antonio Torres.

A Fetag/AL está pedindo aos industriais que desacelerem o processo de mecanização. “Queremos que as usinas não comprem mais máquinas, que esperem até que se ache onde botar esse povo. O governo tem que achar uma saída para isso”, comenta Torres.

Em São Paulo a Unica estima que a quantidade de empregados na lavoura canavieira caia para 70,8 mil na safra 2020-2021, quando não haveria mais colheita manual. O número corresponde a apenas 34% dos 205,1 mil empregados registrados na safra 2006-2007, cujo índice de mecanização era de 34,2%.

Por causa do avanço da colheita mecanizada, a Unica implementou em 2010 o projeto *RenovAção – Programa de Requalificação de Trabalhadores de Cana-de-Açúcar*. A iniciativa, concebida em parceria com a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), planeja capacitar 3,5 mil cortadores para exercerem funções ligadas às usinas ou a outros setores da economia. Vão ser realizados cursos para

---

5 Os dados referentes ao estado de São Paulo são mais numerosos. A partir de levantamentos do Instituto de Economia Agrícola do governo daquele estado, Fabíola Cristina Ribeiro de Oliveira, na dissertação de mestrado “Ocupação, emprego e remuneração da cana-de-açúcar e em outras atividades agropecuárias no Brasil, de 1992 a 2007” – defendida em 2009 na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo – observa que a média, que era de quatro toneladas por dia no início da década de 1980, mais do que obra e atinge quase nove toneladas em 2007. Por sua vez, Francisco Alves, no artigo “Por que morrem os cortadores de cana?” (Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 90-98, set./dez. 2006), considera que, em São Paulo, a produtividade era de três toneladas na década de 1950, subiu para seis na década de 1980 e, entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000, chegou a 12 toneladas por dia.

motorista canavieiro, operador de colhedora, eletricista, mecânico, soldador e áreas como fabricação de calçados, construção civil, horticultura e costura.

A Secretaria do Trabalho, Emprego e Qualificação Profissional de Alagoas não possui nenhum projeto de capacitação dos cortadores de cana para outras atividades. Em 2007, o então secretário Régis Cavalcante assinou o Protocolo de Intenções para implantar, no estado, as ações do Plano Nacional de Qualificação para o Setor Sucroalcooleiro, executado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O objetivo do Plano é oferecer treinamento profissionalizante a 25 mil trabalhadores em todos o país. Na primeira das duas etapas do Plano, devem ser oferecidas 12,6 mil vagas para qualificação de trabalhadores em 11 estados. Desempregados têm direito a 30% das vagas e os outros 70% são destinados a trabalhadores de unidades industriais em processo de modernização tecnológica. Entre os cursos, estão os de operador de máquinas agrícola, eletricista e mecânico de trator e de caldeira. Em Alagoas, seriam oferecidas mil vagas, mas as atividades ainda não começaram.

O empresariado do setor sucroalcooleiro local não planeja realizar nenhuma ação semelhante ao programa dos colegas de São Paulo filiados à Unica. “Esse tipo de projeto pode ser feito em Alagoas, as empresas podem dar sua parte, mas eu acho que é isso de competência, sobretudo, do governo. A obrigação da iniciativa privada é gerar lucro. Os problemas sociais precisam ser vistos mais pela ótica do poder público”, analisa o deputado estadual Fernando Toledo.

O secretário de Política Salarial da Fetag/AL duvida da possibilidade de capacitar cortadores para outras profissões. “Qualificar o analfabeto como?”, questiona. A escolaridade média do trabalhador não especializado da cana, como o cortador, é de 3,9 anos, segundo o IBGE.<sup>6</sup> Em Alagoas, 85% dos trabalhadores formais da cana são analfabetos ou possuem ensino fundamental incompleto<sup>7</sup>.

Torres acredita que a melhor alternativa é encaminhar os ex-cortadores para assentamentos da reforma agrária. “Por meio do (Programa Nacional

6 OLIVEIRA, Fabíola Cristina Ribeiro de. **Ocupação, emprego e remuneração na cana-de-açúcar e em outras atividades agropecuárias no Brasil, de 1992 a 2007**. 2009. 167 p. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, São Paulo.

7 Cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), com base em dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego.

de) Crédito Fundiário, o governo pode qualificar o trabalhador para produzir na terra”, explica. Ainda que se pudesse ensinar o cortador a operar máquinas ou realocá-lo na construção civil, o secretário da Fetag/AL considera essas medidas apenas paliativas. “Cada máquina emprega 20 pessoas, mas substitui 100. A construção civil não vai dar emprego para todo mundo. A gente sabe que esse *boom* do setor não vai durar muito tempo”, diz.

\*\*\*

Nos últimos 12 meses, foram criados 42.817 novos empregos formais em Alagoas, descontadas as demissões. Depois do setor de Indústria de Produção de Alimentos e Bebidas, a construção civil foi o segundo colocado, com 9.223 novos postos, seguido por serviços (4.911), comércio (2.655) e agropecuária (342).

Industriais do açúcar e do álcool afirmam que, nas últimas safras, sofreram com a escassez de candidatos ao cargo de cortador. Portanto, ao contrário do que apregoam as entidades sindicais, a mecanização não estaria demitindo gente, mas suprimindo a falta dela. Segundo o presidente do Sindicato/AL, esse fenômeno é causado pela ascensão da construção civil, impulsionada por iniciativas federais em habitação e infraestrutura, como o *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC) e o *Minha Casa, Minha Vida*.

“Você tem esses movimentos governamentais, o PAC abrindo estrada em tudo que é lugar, investindo em um novo estaleiro no (Complexo Industrial de) Suape, em Pernambuco. Está se criando uma demanda extraordinária por pedreiro e servente”, reforça Pedro Robério. A construção civil foi recrutar pessoal nos canaviais para suprir um déficit de dez mil trabalhadores. “O secretário estadual do Trabalho me disse que vai buscar essa mão de obra no setor sucroalcooleiro”, conta.

Diretor do Gurpo Carlos Lyra, Aryl Lyra acredita que a mecanização não cause desemprego. “Muitos cortadores vão ser reaproveitados nas usinas. Quem não for vai para a construção civil, que está muito aquecida. Nos últimos anos, algumas unidades (do setor sucroalcooleiro) estão com problema de mão de obra. O pessoal está migrando para construção civil”, confirma.

Nesta safra, a usina Seresta, situada em Teotônio Vilela, comprou suas três primeiras colhedoras. “Com o aquecimento da economia, principalmente a construção civil, tivemos problema para conseguir cortadores na safra passada. Por isso, aceleramos o processo de mecanização”, explica o

gerente agrícola da empresa, André Borges. As três máquinas em atividade abrangem quase 3 mil hectares dos 11,2 mil hectares mecanizáveis – 95% da área total, 11,8 mil hectares. Na safra 2012-2013, mais três ou quatro colhedoras devem ser compradas. A ideia é ter um total de dez máquinas. “Acredito que na safra 2013-2014 a usina chegue a isso”, informa.

Borges calcula que os custos de Colheita, Carregamento e Transporte (CCT) da lavoura mecanizada são menores que os da manual. No primeiro caso, gasta-se R\$ 19 por tonelada, enquanto o segundo tipo consome R\$ 21 por tonelada. No entanto, nas contas do gerente agrícola da usina Santa Clotilde, José Roberto Fernandes Gomes, a mecanização é um “mal necessário”. “Os custos da colheita mecanizada são semelhantes à manual, mas machuca a cana e o desperdício de açúcar é maior”, explica. Ainda há perdas em relação à longevidade do canavial, segundo Gomes. A colheita manual permite que a socaria renda por até seis cinco folhas. “A colhedeira, se não tiver cuidado, só vai até 2, 3 folhas”, diz.

Na Santa Clotilde, situada em Rio Largo, as primeiras três colheitadeiras passaram a funcionar na safra 2001-2002, quando foram contratados 1,54 mil cortadores, número que caiu para 1,31 mil na safra 2010-2011 e, após a compra das outras duas colhedoras, para 1,09 mil na safra atual. As máquinas cobrem 4 mil hectares dos 14 mil hectares colhidos pela usina. “A vantagem é que não tem EPI (Equipamento de Proteção Individual) para comprar, FGTS, não tem férias para pagar, DRT (Delegacia Regional do Trabalho) para aporrinhar”, diz Gomes.

No estado, a usina com maior índice de colheita mecanizada é a Roçadinho, localizada em São Miguel dos Campos, litoral sul do estado. A empresa possui dez colhedoras, que cobrem 9 mil hectares, 60% da área total – 15 mil hectares, inclusas as áreas arrendadas de terceiros. A área mecanizável, 12,75 mil hectares, deve ser completamente abarcada por máquinas na safra 2012-2013. “Hoje, o grande gargalo, o mais imediato, é o corte de cana, por causa da falta de mão de obra, que começamos a sentir há uns seis anos”, revela Antonio Soriano, engenheiro agrícola da Roçadinho. “O homem só busca esse trabalho (de cortador) se não tiver outra alternativa. Não é um trabalho que o pai deseja para o filho.”

Na safra 2007-2008, a Roçadinho comprou as primeiras três máquinas. Cada uma delas custou R\$ 2 milhões. A colhedora custa R\$ 1 milhão, mas ela precisa de dois tratores e quatro transbordos – equipamento de transporte intermediário, que acompanha a colhedora, carrega-se de cana e a leva aos caminhões que não conseguem entrar na plantação –, o que somam mais

R\$ 1 milhão”, detalha Antonio Soriano, engenheiro agrícola da Roçadinho.

A oferta de mão-de-obra para o corte manual vai se extinguir antes mesmo de 2018, prazo previsto na legislação para a extinção da queima da cana em área mecanizáveis. Essa é a expectativa de Eustáquio Toledo, diretor do Grupo Toledo. “Da última safra para cá, sentimos dificuldade para encontrar cortadores”, diz. “É uma atividade pouco remunerada e, sendo assim, tende a acabar. A miséria conserva um bolsão de pessoas que não se desenvolvem. Algumas não têm jeito para deixar de ser pobres, são pobres de espírito, mas aquelas que têm qualquer capacidade de evolução vão atrás de oportunidade melhor.”

A usina Paísa, em Penedo, pertencente ao Grupo Toledo, começou a mecanização nesta safra com a aquisição de duas colheitadeiras. Vão cobrir 2 mil dos 8 mil hectares da empresa. A área mecanizável total é de 7,5 mil hectares. “Nesse começo de mecanização, há uma série de dificuldades. Tem que ensinar o pessoal a trabalhar com máquina, a preparação do solo tem que ser um pouco mais esmerada. Em geral, uma touceira de cana é mais alta, outra é mais baixa. É preciso que o terreno fique mais nivelado”, aponta Eustáquio.

\*\*\*

Na região sul de Alagoas, o ritmo de mecanização da colheita se acelerou nas últimas safras. A usina Sinimbu, em São Miguel dos Campos, mecanizou 50% dos 12 mil hectares de cana própria. Outros 30% são mecanizáveis. Possui sete colhedoras. Desde a safra 2008-2009, última na qual o corte foi 100% manual, o número de cortadores contratados caiu de 2,2 mil para 1,2 mil na atual safra.

As seis colheitadeiras da usina Triunfo, situada em Boca da Mata, cobrem 40% dos seus 18 mil hectares de cana. Cerca de 9 mil hectares (50%) são mecanizáveis. “Acho que vamos atingir isso daqui a duas safras”, estima o gerente agrícola, Alberino Marcolino Rijo.

A usina Coruripe, instalada na cidade homônima, ainda não começou a se mecanizar. É a maior produtora do estado. Na safra 2010-2011, moeu 2,9 milhões de toneladas de cana, 26% a mais que as 2,1 milhões da segunda colocada, a Santo Antonio, situada em São Luis do Quitunde. Cerca de 95% dos 28,4 mil hectares de cana própria são mecanizáveis, mas as primeiras colhedoras devem ser compradas apenas na safra 2014-2015.

A Coruripe chegou a mecanizar 20% da colheita por 12 anos, nas décadas de 1970 e 1980, mas interrompeu o processo. “Houve muito desem-

prego”, justifica o gerente agrícola, José Alberto Toledo Alves. “Você vai fazer o que com esses homens? Dos nossos trabalhadores, 90% vêm do alto sertão, região muito pobre. Elas se deslocam para cá e, na entressafra, voltam à sua terra, para sua fazendinha, seu sítio. Eles não têm outra opção de trabalho.”

O grupo Carlos Lyra também fez uma experiência malfadada de mecanização na década de 1980. “Na época, a produção se expandiu muito num intervalo de tempo curto e houve falta de mão-de-obra”, recorda Aryl Lyra, diretor do grupo. Por isso, foram adquiridas sete colhedoras, depois desativadas. “A mecanização precisa de um planejamento muito bem feito, leva quase uma década. Tem que planejar os tamanhos dos lotes, o espaçamento entre eles”, justifica. Além disso, não havia mão-de-obra qualificada para fazer o manejo e a manutenção das máquinas.

Na safra 2000-2001, o grupo resolveu fazer nova tentativa. Adquiriu três colheitadeiras para a usina Caeté, em São Miguel dos Campos. Hoje, a empresa possui dez, além de uma plantadeira. “Agora estamos preparados. As máquinas melhoraram muito tecnicamente, o rendimento é muito bom, o custo do corte é menor que o do manual.”

Nossa reportagem entrou em contato com usinas da região norte do estado, onde a topografia apresenta declividades em maior quantidade e mais acentuadas. Nenhuma das empresas havia iniciado a mecanização da lavoura. “Quando estiver habilitada máquina de corte em ladeira, vamos ter essa possibilidade. Já testamos aqui vários tipos de máquinas, mas até agora não tem nenhuma com que valha a pena trabalhar comercialmente”, informa Soares, gerente de transporte e mecanização da Serra Grande, situada em São José da Laje. Segundo ele, os testes ocorrem toda safra, em usinas de Alagoas e Pernambuco. “Está evoluindo, acredito que daqui a dois anos tenhamos alguma coisa, é a expectativa.”

A usina Porto Alegre, em Colônia Leopoldina, possui 10,2 mil hectares, mas nenhuma área mecanizável. “Tem áreas planas em que se poderia botar máquinas, mas são áreas pulverizadas, 50 hectares aqui, 20 ali, fica muito caro”, observa o gerente agrícola, Aldo Goulart. A empresa também está testando colhedoras que operem em encostas. “Mas isso ainda está muito embrionário. Testei aqui duas máquinas, mas não deu certo. Estamos acompanhando algumas experiências feitas em Pernambuco”, diz Goulart.

Apesar de a legislação não estabelecer a eliminação da queima em área não mecanizáveis, os usineiros do norte também se preocupam em implantar a mecanização. “A cana não tem mais viabilidade econômica

em áreas de colheita não mecanizada. A mão de obra está cada vez mais cara. Daqui a um ou dois anos, o custo da mecanização deve ser bem mais barato que o corte manual”, considera Marcelo Toledo, acionista do Grupo Toledo, ao qual pertence a usina Cachoeira, que possui apenas 40% de terreno mecanizável.

Em 2009, Marcelo visitou a fazenda de um amigo em Minas Gerais e viu sua plantação de eucalipto. Achou que a cultura poderia ser uma alternativa à cana nas áreas não mecanizáveis. No mesmo ano, reuniu-se com outros usineiros e, para averiguar a viabilidade da cultura, levou a Alagoas pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa. Desde então, são feitos experimentos com eucalipto em terras pertencentes a usinas e fornecedores de cana. O estado foi dividido em sete regiões, em cada uma está se testando mais de 40 espécie da planta. Uma das regiões, na cidade de Batalha, foi descartada.

Nas áreas pertencentes à usina Cachoeira e a um fornecedor, em Macaíó, e nas áreas das usinas Capricho, em Cajueiro, e Santo Antonio, em São Luis do Quitunde, uma espécie tem dado resultados satisfatórios. Duas outras espécies têm se destacado nas regiões pertencentes às usinas Seresta, em Teotônio Vilela, e Marituba, em Igreja Nova. “As experiências devem durar mais dois anos”, diz Marcelo. “Demora seis anos para você colher a primeira safra.” Ainda é necessário verificar a possibilidade de comercialização do gênero, uma vez que Alagoas não apresenta nenhuma fábrica que beneficie eucalipto.

“Do ponto de vista agrícola, me parece que não haverá muito problema, mas ninguém conhece o mercado do eucalipto. A questão é saber se há mercado para esse eucalipto todo. Por enquanto, é um balão de ensaio”, avalia Robério, presidente do Sindaçúcar. “Em qualquer circunstância, a retirada da cana vai ocasionar uma perda de renda. A receita que, hoje, a cana gera em um hectare será menor com qualquer outra cultura.”

Marcelo acredita que a substituição da cana pelo eucalipto diminui o número de empregos. “É uma cultura que remunera muito mais, pequenos produtores sobreviverão desde que tenham fomento governamental. Emprega menos gente que a cana, mas a cana já não vai poder contar com tanta mão de obra. O corte é considerado por muitos uma ocupação indigna, um subemprego.”

\*\*\*

“Ouvi trabalhador dizer que vai botar fogo na máquina, mas não vai deixar filho passar fome”, conta Torres, secretário da Fetag/AL. Pelo menos por enquanto, ninguém tomou medida tão extrema. As manifestações de protesto à mecanização se limitam a reuniões e assembléias sindicais. Alguns cortadores não sabem sequer que o processo está em curso. “Estou por fora disso aí”, admite o cortador Cristiano Silva, de 23 anos. Outros não se apoquentam com a chegada das máquinas. “Nas encostas as máquinas não chegam, não. E eu já sou um cara velho, eles não botam pra fora. Tenho medo não. Aonde eu chegar, eu corto cana”, diz José Aldo, 39.

Após a chegada das máquinas, o número de postos de trabalho diminuiu e a seleção dos cortadores ficou mais rigorosa. “No final da década de 1990, nas usinas da região sul, só era contratado quem cortasse no mínimo 6 toneladas por dia. Hoje, só entra quem tem média de 8 toneladas. A maioria faz 10”, revela. Segundo ele, há trabalhadores que derrubam mais de 15 toneladas em um expediente de seis horas. “Mas esse pessoal é incomum, nem ficam junto aos outros, trabalham em grupos separados.”

A busca por maior produtividade é o principal inimigo da longevidade dos cortadores de cana, segundo pesquisa realizada em 2007 pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). A pesquisa, coordenada pela professora Maria Aparecida de Moraes Silva, observou que o cortador chegava a colher até 15 toneladas de cana por dia. Nas décadas de 80 e 90, o tempo em que o trabalhador ficava na atividade era de 15 anos, mas, desde 2000, a vida útil dos cortadores de cana não ultrapassa a média de 12 anos. O ciclo de vida útil dos escravos na agricultura, até 1850, era de 10 a 12 anos. Depois, com a proibição do tráfico de escravos, passaram a ser mais bem tratados e a vida útil subiu para 15 a 20 anos.

Em São Paulo, entre 2004 e 2008, pelo menos 21 cortadores teriam morrido por exaustão. Nos atestados de óbitos desses trabalhadores, a *causa mortis* é vaga e não permite uma análise conclusiva a respeito do que causou as mortes. Os atestados relatam apenas que os trabalhadores morreram ou por parada cardíaca ou insuficiência respiratória ou acidente vascular cerebral. Amigos e familiares, porém, contaram que os cortadores haviam reclamado de excesso de trabalho, dores no corpo, câimbras, falta de ar, desmaios e outros sintomas.<sup>8</sup> Em Alagoas, nenhum caso semelhante foi registrado. “Sei de casos de morte por exaustão em Alagoas, mas o problema é que nenhum médico diz isso porque tem receio, mexe com gente

---

8 ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 90-98, set./dez. 2006

poderosa”, diz o coordenador da Comissão Pastoral da Terra em Alagoas, Carlos Lima.

Segundo dados do Anuário Estatístico da Previdência Social, em 2008 houve 8.449 acidentes de trabalho no cultivo de cana-de-açúcar no Brasil. Nos anos seguintes, o número diminuiu: 7.604 em 2009 e 6.354 em 2010. Na fabricação do açúcar, a quantidade de acidentes também vem se reduzindo: houve 22.044 em 2008, 19.960 em 2009 e 17.298 em 2010. Na fabricação de álcool, por outro lado, os números crescem: 6.926 acidente em 2008, 7.296 em 2009 e 7.337 em 2010.

Os números do INSS referentes às regiões e estados constam no Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho e estão atualizados até 2009. No Nordeste, o cultivo de cana-de-açúcar causou 1.024 acidentes em 2007, 1.121 em 2008 e 997 em 2009. A fabricação de açúcar acarretou 8.604 acidentes em 2007, 8.366 em 2008 e 7.791 em 2009, enquanto a fabricação de álcool causou 572 em 2007, 866 em 2008 e 870 em 2009.

Em Alagoas, o cultivo da cana causou 28 acidentes em 2007, 50 em 2008 e 31 em 2009; a fabricação de açúcar, 4.946 em 2007, 5.039 em 2008 e 4.804 em 2009; e a fabricação de álcool, 38 em 2007, 114 em 2008 e 154 em 2009. Portanto, o setor sucroalcooleiro causou 15208 acidentes nos últimos três anos. Desse montante, 13.627 são classificados como “acidentes típicos”, decorrentes “da característica da atividade profissional desempenhada” – por exemplo, cortes por facão –, 1.044 como “doenças do trabalho”, produzidas ou desencadeadas pelo exercício do trabalho peculiar ao ramo de atividade e aquelas adquiridas ou desencadeadas em função de condições especiais em que o trabalho é realizado – por exemplo, as lesões por esforço repetitivo –, e 537 como “acidentes de trajeto”, ocorridos no percurso entre a residência e o local de trabalho e vice-versa.

Os números oficiais, no entanto, estão bem aquém da quantidade de acidentes que de fato ocorrem. “A subnotificação é muito grande. Os médicos ou outros profissionais responsáveis por preencher as notificações deixam de informar que é um acidente de trabalho, não detalham suas causas. Isso acontece no Brasil todo”, informa o gerente da área de vigilância do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Alagoas, Carlos Eduardo Lyra.

Auditores e procuradores do Trabalho concordam que o cortador é o profissional mais vulnerável da cadeia produtiva da cana. “O trabalho do corte da cana é indigno por natureza, por causa do desgaste físico, porque é repetitivo, causa grandes danos à saúde do trabalhador, reduz drasti-

camente sua vida produtiva. Deve ser abolido”, defende Rodrigo Alencar, procurador do Ministério Público do Trabalho em Alagoas. O médico, presidente do Hospital do Açúcar e fornecedor de cana Edgar Antunes discorda da análise de Alencar. “Como ele não é médico, não pode fazer uma avaliação”, sentencia. “Os cortadores são verdadeiros atletas, mas esse é o ofício deles.”

\*\*\*

Segundo pesquisa realizada em 2006 pela Universidade Federal de São Carlos, coordenada pelo professor Francisco Alves, o cortador pode ser comparado a um atleta corredor fundista, de longas distâncias, e não um corredor velocista, de curtas distâncias. Os trabalhadores com maior produtividade não são necessariamente os que têm maior massa muscular, tão necessária aos velocistas; para os fundistas, é necessário ter maior resistência física para a realização de uma atividade repetitiva e exaustiva, realizada a céu aberto, sob o sol, na presença de fuligem, poeira e fumaça.<sup>9</sup>

Agachando-se e carregando peso, o trabalhador utiliza uma vestimenta pesada, composta de botina com biqueira de aço, perneiras de couro até o joelho, calças de brim, camisa de manga comprida com mangão, também de brim, luvas de raspa de couro e chapéu, quase sempre sob sol forte. O dispêndio de energia sob o sol faz com que os trabalhadores suem abundantemente e percam muita água e sais minerais, levando à desidratação e à frequente ocorrência de câimbras. As câimbras começam, em geral, pelas mãos e pés, avançam pelas pernas e chegam ao tórax; provocam fortes dores e convulsões, dando a impressão de que o trabalhador está tendo um ataque nervoso.<sup>10</sup>

Pesquisadores da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), em São Paulo, concluíram que o cortador tem condição física semelhante à de um maratonista: os músculos são franzinos, mas a resistência é elevada. A pesquisa realizada em 2008, coordenada pelo professor Erivelton Fontana de Laat, considerou a rotina de um trabalhador que corta 11,54 toneladas de cana por dia. Em apenas 10 minutos, ele corta 400 quilos de cana, realiza 131 golpes de facão e flexiona o tronco 138 vezes. Quando se amplia os dados obtidos em 10 minutos para um dia inteiro de trabalho chega-se a 3.792 golpes de facão e 3.994 flexões de coluna, o que representa uma séria

---

9 Idem, op. cit.

10 Idem, op. cit.

ameaça à coluna e articulações.

O principal fator de risco no corte da cana, de acordo com dados do estudo, é a sobrecarga na atividade cardiorrespiratória. Alguns trabalhadores chegam a picos de mais de 180 batimentos cardíacos por minuto. O que acontece nos canaviais é semelhante a um atleta que ultrapassa o seu limite de treino. Ao invés de correr cinco quilômetros, ele tenta percorrer a distância de uma maratona todos os dias.

O estudo da Unimep também abordou o ciclo de atividades repetitivas do cortador. Em média ele precisa de 5,6 segundos para abraçar um feixe com cinco a dez varas de cana, puxar ou balançar, flexionar a coluna, cortar o feixe rente ao solo, jogar a cana em montes e progredir. Estudos ergonômicos mostram que qualquer atividade laboral com ciclo de repetição inferior a 30 segundos possui grande risco de surgimento lesões.

José Pedro dos Santos começou a trabalhar em plantações de cana aos 12 anos. Adubava a terra, cambitava a carga em burros. Começou a cortar aos 20 e prosseguiu no ofício até a safra 2010-2011. Aos 54 anos, o corpo o obrigou a se aposentar. “Não estou aguentando cortar cana mais não. Sinto cansaço nas pernas. Subir ladeira, fico cansado pra caramba”, justifica. Atualmente, é um “faz-tudo” nos canaviais da usina Santo Antonio, em São Luis do Quitunde. Ajuda a abrir as picadas entre as carreiras de cana, a armar as mesas e bancos do café da manhã dos cortadores, a amarrar feixes da planta cortada para o cabo fazer a pesagem com a balança de mão. Mesmo assim, de vez em quando José Pedro precisa faltar ao trabalho. “Às vezes sinto uma dor danada nas costas, fico dois ou três dias sem trabalhar.”



# Capítulo

# 3

## **A cana periférica: produção de cachaça e rapadura**

*e há a cana que dá tudo,  
porque dá ao homem triste dessas terras,  
a alegria cor de brasa da embriaguez  
e o esquecimento cor de cinza que vem dela*

**Jorge de Lima,**  
em *Plantas*

“Da cana-de-açúcar plantada nos massapés do Nordeste tudo se tem aproveitado.” A frase escrita pelo sociólogo Manuel Diégues Júnior em 1952 não perdeu a validade<sup>1</sup>. Na região, o caldo amarelado que brota das moendas não escorre apenas nas 78 unidades industriais de açúcar cristal e álcool. Também é aproveitado nos 4.823 fabricantes de aguardente de cana<sup>2</sup> – responsáveis por 30% da produção nacional – e 6.543 fabricantes de rapadura – 70% da produção nacional –, segundo dados do Censo Agropecuário de 2006. A lista de derivados ainda inclui alfenim, batida, melado e açúcar mascavo.

No entanto, em Alagoas, é rara a cana que escapa às usinas. O Censo de 2006 encontrou 29 produtores de rapadura no estado, que moeram 313 toneladas de cana, quantidade equivalente a 0,001% das 24,7 milhões de toneladas processadas na safra 2006-2007 pelas 24 indústrias sucroalcooleiras em atividade no estado.

Mesmo assim, os números do Censo são animadores se comparados aos 12 estabelecimentos em funcionamento regular apontados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas (Sebrae/AL) em levantamento de 2003, todos situados no sertão: sete em Mata Grande e cinco em Água Branca. Na década de 1980, essas duas cidades chegaram a somar 42 engenhos. Nos anos 1930, o historiador Craveiro Costa contou 618 engenhos ativos, distribuídos por mais de 20 cidades.<sup>3</sup>

Na safra 2011-2012, ao menos oito produtores de rapadura vão ferver as caldeiras: quatro em Água Branca, um em Mata Grande, um em Porto de Pedras, um em Matriz do Camaragibe e um em Pindoba. O último produtor, único com registro formal no Ministério da Agricultura, também fabrica cachaça, derivado cuja produção tem sido instável. Nos últimos dez anos, pelo menos três engenhos de cachaça foram desativados. Por outro lado, desde 2006, quatro novos engenhos passaram a funcionar. Hoje, são sete no total, capazes de escoar cerca de 463 mil litros por safra. Esse valor cresce se forem considerados os 13 engenhos que, apesar de montados, estão parados, de fogo morto. As 20 estruturas estão instaladas na Zona

1 DIÉGUES JR. Manuel. **O engenho de açúcar no Nordeste**. Maceió: Edufal, 2006. p. 77. (Coleção Nordestina).

2 Aguardente e cachaça não são sinônimos. A primeira é a bebida alcoólica feita a partir da fermentação de cana-de-açúcar, trigo, batata e outros produtos vegetais. A cachaça se refere somente à aguardente obtida por destilação do mel da cana. Assim, toda cachaça é uma aguardente, mas nem toda aguardente é cachaça.

3 COSTA, Craveiro. **Alagoas em 1930**. Maceió: Casa Ramalho, 1931. apud CARVALHO, Cícero Péricles de. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. 3 ed. Maceió: Edufal, 2009. p. 19.

da Mata.

“Numa região onde a monocultura canavieira é fortemente ligada à dependência das usinas de açúcar, a produção de cachaça aparece como uma solução (ou alternativa) para esta armadilha monopsônica”, considera um relatório elaborado a pedido do Sebrae/AL, em 2003, por pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco. O estudo se intitula *Eficiência Econômica e Competitividade da Cadeia Produtiva de Derivados da Cana-de-Açúcar – Rapadura, Mel, Alfenim, Açúcar Mascavo e Cachaça*.

O relatório apresenta propostas para melhorar a qualidade de fabricação, divulgação e comercialização dos derivados, como a adoção de padrões de higiene e salubridade nos engenhos, tanto no sertão quanto na zona da mata. O estudo deveria ter servido de base para que o Sebrae implantasse um programa estadual dedicado ao desenvolvimento do setor, mas o programa não chegou sequer a ser concebido no papel.

\*\*\*

Em 2009, foi fundada a Associação dos Produtores de Cachaça de Alambique e Outros Derivados da Cana-de-Açúcar de Alagoas (Aprocal), que possui doze integrantes. A organização não governamental (ONG) busca estimular a produção e o aperfeiçoamento dos produtos que não passem pelas engenhocas das usinas, principalmente a cachaça. O engenho Das Alagoas, localizado na cidade de Pindoba, também produz mel de engenho, ou melado, e rapadura. O mel ainda está presente no catálogo da marca Brejo dos Bois, de Junqueiro. Os demais associados em atividade fazem apenas cachaça: Caraçuípe, de Campo Alegre; Engenho Nunes, de Maceió; Gogó da Ema, de São Sebastião; Gameleira, de Cajueiro; e JG, de Joaquim Gomes.

“Cada um estava trabalhando isoladamente. Ao nos unirmos, podemos ter progressos em todos os sentidos”, acredita o presidente da Aprocal, Francisco Luiz Beltrão Cavalcanti, proprietário da marca Das Alagoas. “Fica mais fácil conseguir apoio do governo. Em cada feira, nós pleiteamos um ponto de venda e ganhamos o espaço enquanto associação. Se trabalhássemos isoladamente, teríamos que bancar. Além disso, quando vamos comprar garrafas ou outros utensílios, tentamos comprar em conjunto, o custo cai”, exemplifica.

Atualmente, os produtores locais pagam 17% de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Em 2010, a Aprocal solicitou ao

governo estadual isenção da taxa para os produtos vendidos em Alagoas, mas ainda não obteve resposta. “Em alguns estados, a alíquota é zero. Propomos que, apenas quando a venda for para fora de Alagoas, sejam mantidos os 17%, pois o fato de estar exportando é um sinal de que a empresa já está mais fortalecida”, afirma Francisco. “Queremos ganhar primeiro o estado e depois partir para a vizinhança.”

Em 2011, por iniciativa da Aprocal, foi implantado o programa *Reestruturação da Cadeia Produtiva da Cachaça de Alambique no Estado em Alagoas*, que tem o apoio do Sebrae, da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA) e da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico. O cronograma do projeto prevê a realização de atividades até 2013.

A primeira etapa, que foi iniciada, busca efetuar a qualificação técnica dos produtores. Até agora, foram realizados cursos e visitas a feiras relacionadas ao setor. Consultores do Sebrae de Minas Gerais examinaram as unidades fabricantes locais e elaboraram laudos com recomendações. “Cada produtor começou a trabalhar na adequação do seu engenho às novas tecnologias e conceitos. No meu caso, substituí o alambique de aço por um de cobre e construí uma nova sala de fermentação”, afirma Francisco.

O programa está orçado em R\$ 935.252, dos quais R\$ 810 mil (86,6% do total) se destinam à estruturação de um laboratório de análise para averiguar regularmente a qualidade dos derivados produzidos. A unidade deverá ser instalada na Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e gerida em parceria entre a instituição, a Aprocal e, talvez, outras entidades ligadas à área de ciência e tecnologia. “A ideia é estabelecer um padrão de qualidade, certificado por um selo”, detalha João Nunes, criador da marca Engenho Nunes e professor do curso de Engenharia Química da Ufal.

Símbolo das altas pretensões da Aprocal, o Engenho Nunes é uma empresa incubada da Ufal e está instalado em um prédio do campus de Maceió. No corpo de funcionários, há quatro alunos do curso de Engenharia Química. “Não queremos competir com 51 ou Pitú, mas com cachaça de qualidade, principalmente as mineiras”, observa o professor João.

O Engenho Nunes não produz aguardente, envelhece o líquido comprado da cachaçaria JG em barris de cinco tipos diferentes de madeira. A atividade começou em 2007 e a comercialização, em junho de 2011. Os principais escoadouros do produto são as feiras de artesanato da orla da capital. A fabricação é condicionada pela demanda. “Quando um barril se esvazia, enchemos novamente”, explica João. “Chegamos a produzir cachaça, mas só para pesquisa. Os alambiques são muitos pequenos, o maior

tem capacidade para apenas 185 litros. Queremos montar um alambique comercial.”

O engenho Caraçuípe fica em Campo Alegre, região sul da Zona da Mata, e é o caçula da Aprocal. O alambique começou a operar na safra 2010-2011, mas a comercialização deve ter início apenas em meados de 2012. “Já tenho marca registrada, mas ainda estou construindo todo o setor de envase (como os produtores chamam o engarrafamento do líquido)”, informa o proprietário, Renato Coutinho. Segundo ele, foi firmada uma parceria com o grupo Pão de Açúcar, o que garantiria distribuição para todo o país. “Estamos começando a pensar em exportação para outros países, há muitos contatos feitos, mas nenhum contrato firmado.”

O Caraçuípe emprega cerca de 20 pessoas e é o engenho com maior capacidade de produção do estado, 200 mil litros por safra – 43% do potencial local. Atualmente, 70 mil litros de cachaça, originalmente branca, estão envelhecendo em barris de carvalho. Na safra 2011-2012, devem ser fabricados de 120 a 150 mil litros. “Com o passar do tempo, vamos ajustando a produção em função da demanda. Existe mercado para isso tudo, mas não estou visando comercialização imediata. O produto fica estocado nos barris por pelo menos dois anos”, diz Renato.

A cana utilizada pelo engenho é própria. Segundo Renato, uma tonelada da planta rende entre 80 e 100 litros de cachaça. Portanto, nesta safra, o engenho deve moer 1,5 mil toneladas. O restante das 80 mil toneladas enraizadas nas terras de Renato vai ser vendido para a usina Sinimbú, da qual, além de fornecedor, é superintendente agrícola e acionista. Detém, junto com três irmãos, 15% das ações da empresa, comprada na década de 1950 por seu avô, Antonio Silveira Coutinho, que produziu cachaça nos anos 1930. “Para o engenho, quanto mais rica em sacarose for a cana, melhor. Nós conseguimos fazer uma seleção da matéria-prima. O que não serve, vai para a usina”, explica.

O fabricante da cachaça Gameleira, Hélio de Albuquerque, também é fornecedor de cana. Das 500 toneladas que colhe a cada safra, cerca de 150 são reservadas para a aguardente. “Depende do que vou produzir, da demanda”, explica Hélio, de 70 anos. O restante é vendido para a usina Capricho. Já chegou a produzir 2,5 mil toneladas, mas passou a criar gado bovino para engorda e foi substituindo o canavial por pastagem. “Há cinco ou seis anos, o preço da cana não compensava.”

O engenho de Hélio foi inaugurado na safra 2006-2007. Dentista aposentado, ele não queria ficar com a vida ociosa. “Botei a cachaça como

uma terapia ocupacional.” Em 2010-2011, produziu 11 mil litros, quantidade que deve ser repetida na atual safra. Por enquanto, a Gameleira só é vendida em Alagoas, sobretudo em feiras de artesanato. “O gargalo é a comercialização”, considera. “As grandes redes de supermercado não têm interesse. Pedem tantos reais pelo espaço na prateleira, fazem exigências totalmente incompatíveis para o pequeno produtor. O custo da cachaça artesanal é muito alto.”

\*\*\*

Em meados da década de 1990, dois ônibus levaram plantadores de cana de Alagoas para Juazeiro do Norte, sertão do Ceará. O grupo queria conhecer aquele pólo produtor de cachaça e rapadura. “Na época, o fornecedor estava como peixe em água rasa. A classe procurava outras atividades para diversificar o setor”, recorda Joaquim Gomes Neto, um dos excursionistas. A viagem, porém, não foi tão frutífera. De volta, apenas Joaquim levou adiante a tal diversificação. Desde 1996, ele fabrica a cachaça que leva as iniciais de seu nome, JG, marca mais antiga em circulação no estado.

O engenho foi instalado na antiga garagem de tratores e caminhões de uma das três fazendas do agricultor. Em suas contas, são 200 hectares de cana, estirados às margens da rodovia BR-101, no município de Joaquim Gomes, 63 km ao norte da capital. A cidade e o empresário reproduzem o nome do falecido Joaquim Gomes Silva Rêgo, fundador do lugar, segundo a historiografia oficial. Mas não foi do avô materno que o produtor herdou o gosto pelo fabrico da cachaça. O ofício remete ao bisavô, José Correia de Araújo Barros, dono do extinto engenho São Salvador. “Coube a Joaquim Gomes Neto, como descendente, dar continuidade à tradição e alta qualidade do destilado de mosto fermentado de cana-de-açúcar”, lê-se no rótulo da JG.

Aos 79 anos, o “descendente” recebe a reportagem à soleira do engenho, a poucos metros de sua casa, na fazenda Anápolis. A camisa branca, parcialmente desabotoada, deixa à mostra a pele manchada de sol. “Vocês vão encontrar instalações com aspecto melhor que as minhas. Em Alagoas, fui o primeiro a me dedicar à fabricação de cachaça. De qualidade, faço questão de frisar. Antes, a produção não tinha registro, CNPJ, era escondida”, comenta Joaquim, como se tivesse ensaiado esse primeiro ato.

A capacidade de produção do alambique de cobre é de 100 mil litros

por safra, mas o volume nunca foi alcançado. O recorde são os 60 mil litros da safra 2005-2006. Em 2010-2011, a produção não ultrapassou os 12 mil litros. Na safra atual, a previsão é de 20 mil litros. Vão ser fabricados quatro sabores de cachaça. Além da tradicional branca, da envelhecida em barril de carvalho e da popular cravo e canela, a novidade é o destilado misturado com mel de abelha.

Joaquim estima que 70% do que vende são distribuídos em Alagoas. Os 30% restantes vão para o Rio de Janeiro. “Me orgulho quando me ligam para dizer que viram a JG no (aeroporto do) Galeão.” A maior parte das transações é feita sem nota fiscal. “Na feira do artesanato, por exemplo, ninguém vende com nota. Mas não sei até quando isso vai durar, o governo tem uma fome arrecadatória enorme.”

Neste ano, a moagem foi iniciada em outubro e segue até dezembro. Devem ser colhidos 100 hectares de cana, dos quais cinco ou seis se destinam à cachaça. O restante é vendido para a usina Cachoeira, que se responsabiliza por queimar, cortar e transportar. O produtor contratou quatro cortadores para a planta reservada ao engenho, que tem que ser colhida crua. “Senão deixa o gosto do queimado na cachaça”, explica. “O corte é mais trabalhoso e, teoricamente, mais perigoso. Pode ter inseto, cobra, escorpião. Quando você queima o canavial, mata toda a vida animal que está lá dentro”, observa Francisco Beltrão, presidente da Aprocal e proprietário do engenho Das Alagoas.

O ideal é que as hastes cheguem limpas às moendas e em no máximo 24 horas após decepadas da terra, para não perderem o teor de açúcares. A filtragem do caldo retira impurezas mais grosseiras, como terra e bagacilho. A decantação expurga partículas menores. “Tem um bagaço pequenininho que, se for para a fermentação, produz um destilado de péssima qualidade”, ensina Joaquim.

Na fermentação, as leveduras, espécies de fungo, transformam o substrato açucarado em gás carbônico e etanol. Joaquim enche uma proveta com o líquido fermentado e deixa boiar um instrumento chamado densímetro. A escala marca o zero, o que significa que o teor de açúcares foi anulado. “É uma alquimia, não é? Pura química”, encara os ouvintes com o castanho claro dos olhos e um leve sorriso. “Entrada proibida”, sentença a placa na porta da sala de fermentação. “Até uma mulher em época de amamentação, se entrar aí, pode prejudicar o processo. O vento carrega a bactéria láctea, que é um tubarão para a levedura.”

A destilação volatiliza os líquidos e depois os condensa, separando-os

por meio da diferença entre suas temperaturas de ebulição e selecionando os componentes adequados à produção da cachaça. No engenho de Joaquim, o caldo fermentado, ou mosto, passa por um pré-aquecedor cor de prata, de aço inoxidável, e depois desce para o alambique de cobre. Canalizado para o tanque, o vinhoto, resíduo pastoso e escuro, é aproveitado na fertirrigação das lavouras. “De primeiro, as usinas jogavam nos rios, mas é tóxico. Os peixes, coitadinhos, morriam todos.” Retirada do alambique, a cachaça pronta ainda precisa passar, pelo menos, 90 dias em repouso. Se for envelhecer, fica enclausurada nos barris por seis meses ou mais. O envase é manual.

Joaquim começou a plantar cana na década de 1960. “Herdei 30 hectares do meu pai. O resto comprei.” Ele soma algumas causas perdidas na Justiça do Trabalho. Em uma das condenações, precisou pagar indenização de R\$ 12 mil. Em meados dos anos 1990, interrompeu a produção e só retomou em 2001. Duas usinas para as quais vendia cana haviam sido desativadas em 1994: a Alegria, em Joaquim Gomes, e a Bititinga, no município vizinho de Messias. O produtor experimentou criar boi e vaca. “Me arrependi. Não dá muito lucro, e o roubo de gado é generalizado nesta região.”

A exemplo do que ocorreu com outras usinas falidas na Zona da Mata alagoana, as terras das Alegria e Bititinga viraram assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra. “Quando elas funcionavam, aqui era bem melhor. Não tinha essa bandidagem que tem hoje. Eu preciso viver trancado em casa, tenho arma, posso brincar, não.” Dois trechos das propriedades de Joaquim também foram desapropriados. Quase em frente à sua casa, no outro lado da BR-101, 16 hectares comprados pelo governo estão sendo ocupados por casas destinadas a famílias desabrigadas pelas enchentes de 2010. “Vou ganhar uma vizinhança extremamente indesejável. Não respeita a lei do silêncio, não vou ter sossego.”

Contrariado, o produtor planeja se mudar para outra fazenda sua, a cerca de 1 km de distância, onde deve erguer um novo engenho, aberto a turistas. Joaquim espera que o negócio da cachaça prospere. “Há algum tempo, era considerada ‘bebida de negro’. Ainda existe esse preconceito. Quando alguém se embriaga com vinho, whisky, champagne, o comentário é este: ‘O cabra tomou uma cachaça da peste’. Botam a culpa na pobreza. Mas o preconceito está diminuindo.”

A fabricação de cachaça ainda não é lucrativa, diz o presidente da Aprocal e proprietário do engenho Das Alagoas, Francisco Beltrão: “Ne-

nhum produtor do estado vive disso, nenhum tem pagado nem os custos, todo mundo no prejuízo. Não dá dinheiro, por enquanto.” Não é bem assim, segundo Joaquim: “Dizer que faço isso aqui por diletantismo, estou mentindo. Faço para ganhar dinheiro. Proporcionalmente, a cachaça dá mais lucro do que a cana fornecida à usina. O gargalo é a venda, e a concorrência é grande. Com o cuidado que tenho, não posso vender pelo preço de Pitu e 51, cachaças de péssima qualidade.”

\*\*\*

Desapropriadas para reforma agrária, antigas fazendas de usinas e fornecedores conservam em pé algumas touceiras de cana, como foi relatado no segundo capítulo da reportagem. Parte dos novos habitantes deixa a planta morrer de velhice. Outros empregam os poucos recursos de que dispõem, às vezes limitados à enxada, para tratar da terra e vender o que der na safra seguinte. E, em pelo menos três assentamentos da Zona da Mata, há quem busque produzir alimentos derivados da cana.

Na cidade de Porto Calvo, o assentamento Conceição, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), planeja criar uma cooperativa de fabricação de rapadura e açúcar mascavo. Em Matriz do Camaragibe, a produção de rapadura começou em meados do ano, em caráter experimental, no assentamento Paraíso Agrícola, também do MST. No município vizinho de Porto de Pedras, José Cláudio Cavalcante faz rapadura desde junho. Ele é morador do assentamento Irmã Dorothy Stang, da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

“É ladrão de si próprio quem vende cana para usina. A tonelada dá R\$ 610 em rapadura; a usina compra por R\$ 70”, afirma o franzino José Cláudio, de 56 anos. Com apenas R\$ 3,5 mil, cedidos pelo governo federal ao assentamento, ele construiu uma pequena sacada nas costas de sua casa e montou o miniengenho. “O nome dele é Caquinho, porque é coisa pequena”, revela.

As empresas do sertão do estado chegam a ter mais de 20 empregados e a utilizar seis caldeiras e um tacho para ferver e limpar o caldo. O assentado, por sua vez, trabalha sozinho e conta apenas com o tacho. O fogo é alimentado por pedaços de imbaúbas e muricis – “é madeira morta que apanho na mata, não derrubo nada” – e pelo bagaço, seco depois de um dia ao sol. O caldo é mexido por quatro ou cinco horas, cerca de 80% evapora. Quando dá o ponto, a massa é despejada no cocho, fica esfriando

por 15 minutos e começa a granular. Em seguida, é posta nas fôrmas e endurece em menos de 10 minutos.

Segundo o produtor, um litro de caldo rende 140 gramas de rapadura. Atualmente, ele fabrica 200 quilos por mês, quer chegar aos mil. A produção ainda não começou a ser vendida, mas escolas da rede pública da região mostraram interesse em adquirir o artigo e inclui-lo na merenda. Os tabletes, tanto os tradicionais de 600 gramas quanto saquinhos com seis pedaços de 15 gramas cada um, também devem ser oferecidos a mercadinhos, pousadas e restaurantes das redondezas. “E motéis, onde vendem muito bem. Rapadura é energia”, complementa.

Por enquanto, José Cláudio acha que precisa se aperfeiçoar. “Tem que melhorar um pouquinho. A cor, a textura, ficar mais macia. O sabor está ótimo.” Para aprender o novo ofício, ele fez uma espécie de intercâmbio. No início do ano, viajou a Água Branca e passou quatro horas no engenho São Lourenço, onde recebeu lições do proprietário, Maurício Brandão. “Lá, me deram um DNA de conhecimento”, diz.

José Cláudio tem o ensino médio completo, mas não chegou a fazer o curso de técnico agrícola, como desejava. Em dezembro de 2002, quando se mudou para o assentamento Irmã Dorothy Stang, o local começava ser ocupado por 35 famílias. Hoje, são 40, pouco mais de 120 pessoas. O assentamento se estende por 293 hectares da antiga fazenda Lucena, declarada de interesse social para fins de reforma agrária em novembro de 2002.

Em meados de 2003, o antigo proprietário tentou reverter a decisão e, segundo a Justiça Federal em Alagoas, repartiu o espaço em três módulos de 130 hectares, inscritos no nome dele e nos nomes de outras duas pessoas, o que resultou em áreas inferiores ao mínimo passível de desapropriação. Em seguida, a fazenda foi arrendada para uma usina da região, cujo nome a Justiça omitiu. Em outubro de 2006, o Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da Polícia Militar de Alagoas cumpriu um mandato de reintegração de posse e expulsou os acampados. “Barracos incendiados, animais carbonizados, casas no chão (...). Documentos, roupas e alimentos foram destruídos pelo fogo ateadado por funcionários ligados à usina arrendatária do imóvel”, noticiou a *Gazeta de Alagoas* em 6 de setembro de 2006. No ano seguinte, a posse da área foi definitivamente concedida ao Incra.

O município de Porto de Pedras apresenta o segundo pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Alagoas e o 20º pior do país, segundo a ONU, com base em dados do IBGE. O acesso do assentamento à zona ur-

bana se dá pelos 11 km de uma estrada de terra cheia de declives, buracos e sulcos fundos formados pelas chuvas. Não é fácil levar ao mercado os gêneros agrícolas cultivados, como macaxeira e banana. “No inverno, a gente perde tudo, fica travado, sem socorro, sem nada”, reclama o presidente do assentamento, Izautino Sabino Ferreira, de 47 anos.

A cana legada pelo dono anterior continua a ser vendida. “Para não perder”, justifica Izautino. É essa cana velha que José Cláudio corta e transforma em rapadura. Ele quer iniciar um pequeno canal em três dos sete hectares preenchidos por seu lote. Está esperando que saia uma verba do governo para poder comprar semente e adubo orgânico. “Não vou usar química, herbicida, nada.” Nos outros quatro lotes, quer cultivar frutas e criar porco.

Atualmente, José Cláudio passa os fins de semana no sítio da família, no povoado praiano de Tatuamunha, onde trabalha como guia de observação de peixe-boi marinho. Mas a atividade de que mais gosta é o artesanato. Comercializa bolsas, suportes para prato e outros utensílios tecidos com fibras de bananeira e outras plantas. O inquieto profissional acumula, em média, R\$ 1,8 mil por mês.

\*\*\*

O engenho São Lourenço, onde José Cláudio fez o “intercâmbio”, está instalado na periferia da zona urbana de Água Branca, a 304 km da capital, na divisa com Pernambuco. O município é um dos 28 que formam o sertão alagoano, região caracterizada, historicamente, como importante fornecedora de mão de obra para as usinas do leste.

“Na época da safra – no estio – em que os trabalhos agrícolas diminuem muito ou se interrompem no agreste e no sertão, aflui para a zona canavieira grande número de trabalhadores; esses são empregados em serviços auxiliares da indústria ou trabalham com os moradores auxiliando no corte e no carregamento dos caminhões e carroças que levam a cana à usina”, escreveu Manuel Correia de Andrade no livro *Os rios-do-açúcar do Nordeste Oriental*, lançado em 1958.

Apesar de carroças não serem mais utilizadas pela indústria, as palavras de Andrade continuam atuais. No entanto, algumas dúzias de sertes se empregam na cultura da cana sem que precisem migrar. Atuam em Água Branca e na vizinha Mata Grande, nas pequenas plantações que alimentam os engenhos de rapadura, alfenim, mel e açúcar mascavo.

A microrregião formada pelos dois municípios é uma das áreas de exceção do Nordeste, segundo o supracitado relatório *Eficiência Econômica e Competitividade da Cadeia Produtiva de Derivados da Cana-de-Açúcar*, do Sebrae. Constitui-se como sucessão de maciços de altitudes que, em alguns casos, ultrapassam os 800 metros. As temperaturas médias são mais baixas que o restante do sertão, variando de 22 a 24 graus Celsius, e a precipitação anual alcança 1.000 milímetros. Para se ter uma ideia, o índice pluviométrico médio de Água Branca é de 999,8 milímetros, enquanto o da cidade contígua de Delmiro Gouveia é de 502,6.

Essas características excepcionais predis põem a microrregião à atividade agrícola. A cana divide a terra com culturas típicas do agreste e do sertão, como o milho, o feijão e a mandioca. A tecnologia utilizada na produção de cana pouco evoluiu ao longo dos séculos. Não há utilização de fertilizantes e corretivos. As lavouras mantêm-se em pé por vários anos, embora percam produtividade após quatro folhas. Por isso, de cada hectare se extrai de 30 a 40 toneladas, enquanto a média da zona da mata é de 64 toneladas por hectare.

As plantações de cana são pequenas, raramente excedem dois hectares. Em 2003, o Sebrae contou 70 plantadores em Água Branca, ao passo que em Mata Grande o número era inexpressivo. Nem sempre a colheita é fornecida para os engenhos, pois também é utilizada como ração para a pecuária. “Até em cidades vizinhas, como Santana do Ipanema, sei de plantações miúdas, de meia tarefinha,<sup>4</sup> destinadas à alimentação do gado. O cara passa a cana pela forrageira, para picar, e dá para o animal, às vezes misturada com ureia e enxofre (substâncias que aumentam o teor de proteínas)”, diz Maurício César Brandão, proprietário do engenho São Lourenço.

Assim como o número de engenhos, a área de cana também vem diminuindo e cedendo espaço às pastagens, segundo o relatório do Sebrae. Nos últimos 30 anos, duas secas violentas, nos períodos de 1980-1984 e 1998-1999, não só tornaram pouco produtiva a socaria explorada, como fizeram da planta a única alternativa de nutrição das rezes. “Na minha infância, havia quase 50 engenhos (em Água Branca)”, diz Maurício, de 47 anos, recordando épocas mais fartas. “De um tempo para cá, a dona de casa não quis mais torrar café com rapadura, por causa do açúcar industrializado”, lamenta.

\*\*\*

---

4 Um hectare equivale a 3,3 tarefas. Portanto, meia tarefa corresponde a 0,15 hectare.

Em 1988, Maurício abandonou o quarto ano da graduação de Engenharia Civil na Universidade Federal de Alagoas, voltou para sua cidade natal e construiu o engenho. “Nasci e me criei dentro do engenho do meu avô, quis retomar isso.” Da empresa dos antepassados, só se conservou a capela. A casa-grande foi transformada em uma garagem, alugada à prefeitura.

Dos quatro engenhos de rapadura da região visitados pela reportagem, o São Lourenço é o que apresenta as melhores condições de funcionamento. Os equipamentos estão bem conservados, não há ferrugem naqueles feitos de metal, como as seis caldeiras de ferro usadas para cozer o caldo. O estabelecimento fabrica rapadura, alfenim e melado. Maurício possui 20 hectares de cana em uma fazenda a 3 km de distância, o que garante a maior reserva própria e constitui prevenção contra possíveis flutuações das lavouras dos fornecedores.

Assim como ocorre na maioria dos engenhos, a cana de terceiros é moída de meia: metade da produção de derivados vai para o fornecedor e metade, para o dono da empresa, ou a parte do fornecedor é comprada pelo engenho por valor equivalente a 50% da produção estimada. As despesas de corte e transporte são bancadas pelo fornecedor, enquanto os custos do engenho ficam por conta de seu proprietário.

A cana, cortada crua, chega ao engenho de caminhonete. Um trabalhador vai botando as hastes em um tablado próximo à moenda, enquanto outro alimenta a engenhoca e um terceiro recolhe o bagaço e espalha para secar. Da moenda, situada em um patamar superior do lado de fora do engenho, o caldo desce para uma grande caixa e passa por duas peneiras, que retiram as impurezas. Alcança as seis caldeiras enfileiradas, de volumes decrescentes: a primeira cabem 500 litros e na quinta, 30 litros. Na outra extremidade da fila, está o tacho da trempe. Um empregado anima o fogo com o bagaço, acumulado da safra anterior. “No inverno, quando a chuva molha o bagaço, usamos um pouco de lenha”, informa Maurício.

O fato de haver seis caldeiras, além do tacho, ajuda controlar a temperatura e a concentração do caldo, já que os pontos de cozimento dos derivados são definidos com base no “olhômetro”. O mestre, diante do tacho, é responsável por determinar o momento em que a massa deve ser retirada, a depender do produto que se deseja obter. O ponto do mel é o mais breve de se atingir, seguido pelos pontos do alfenim, da rapadura e do açúcar mascavo. Nas caldeiras, ainda trabalham mais dois homens: o caldeireiro

transfere o caldo entre os panelões e corrige sua acidez com cal; um outro empunha uma colher grande chamada passadeira para tirar as impurezas que emergem em decorrência da fervura. “A gente se queima, é normal. Arranca o couro da mão, do dedo do pé”, observa Maurício.

Dois caxeadores precisam estar a postos para levar a massa pronta às gamelas, que descansam até o produto esfriar e poder ser despejado nas fôrmas de madeira de craibeira, que suporta o calor sem deformar. No caso da rapadura, as fôrmas são batidas na mesa até os tabletes se soltarem. Ainda há um lavador de fôrma e três auxiliares que pesam e embalam os produtos. Durante a safra, o engenho contrata um total de 24 empregados, cujas diárias variam entre R\$ 5 e R\$ 15. A conta ainda inclui seis cortadores de cana, acompanhados por dois amarradores, dois homens que acomodam a cana na caminhonete e o motorista.

O engenho São Lourenço é o mais próximo do centro da cidade, o que diminui gastos com transporte. Os produtos são comprados por distribuidores, que revendem em Água Branca, municípios vizinhos – como Pariconha, Delmiro Gouveia e Olho D’Água do Casado –, Arapiraca e Maceió. Também mandam para Aracaju (SE) e interior de Pernambuco, principalmente Petrolina. “Já chegou até a Feira de Santana (Bahia)”, diz Maurício. Ele cobra R\$ 1,50 pelo tablete de rapadura de 600 gramas, preço que sobe para R\$ 2 no caso das unidades vendidas em São Paulo.

À semelhança dos outros fabricantes da região, Maurício, que também é proprietário de um restaurante, não tem números precisos de quanto produz, nem de quanto lucra. A atividade não se vale de estudos de mercado. Ele diz que todo ano a produção aumenta um pouco, uns 10%. “Na última safra, tirei em torno de 30 a 40 mil reais. Aí, você vai gastar novamente no canavial. A terra dá, mas também pede. Ela come quase tudinho de volta”, diz. Não usa fertilizante. “Só enxada, faço os tratamentos culturais. O matinho que tem vai virando adubo.”

Maurício estima que fabrique 1,2 mil quilos por dia de moagem. O engenho começa a rodar, habitualmente, entre a segunda quinzena de setembro e a primeira semana de outubro e prossegue até março. Como a moagem se realiza em dois dias semanais, atravessa um total de 52 dias por safra, o que resulta na produção de 62,4 toneladas, das quais 80% – mais uma estimativa – correspondem a rapadura, 15% a melado e 5% a alfenim. “Aqui tem dia que sai uma rapadurinha amarela, outro dia sai meio azulada. Acho que é por causa dos nutrientes da terra”, comenta. Os resíduos da produção, que Maurício chama de “sujeira”, transformam-se

em mel cabaú. Misturado à água, esse mel, mais escuro e viscoso que o melado, costuma ser borrifado na forragem do gado, para melhorar o sabor e elevar a taxa de nutrientes.

\*\*\*

O engenho de José Rufino dos Santos, conhecido por Zé Rufino, funciona dois dias por semana a cada safra, assim como o São Lourenço. Porém, a produção do engenho tem caído com o passar dos anos. Antes, processava 44 toneladas de cana; na safra de 2010-2011, são pouco mais de 22. As fornalhas, que chegavam a queimar por quatro meses, apagam-se após dois meses e meio.

Na safra 2010-2011, o fogo nem ardeu. Foi a primeira falta em nove anos de atividade. Zé Rufino, de 65 anos, ficou doente. Sofreu dois enfartos e, por causa de uma trombose, amputou dois dedos do pé esquerdo. “Passei sete meses sem dormir, de dor”, relata. Não teve forças para tocar o engenho. E, ainda que tivesse, não valeria a pena. “As canas eram fininhas e curtinhas, que o verão foi puxado.” Neste ano, não vai contar com os habituais fornecedores. “Do que eu moía, era  $\frac{1}{4}$  de meia. Mas o povo tá deixando de plantar, o lucro é bem pouquinho.”

O dono do engenho sem nome não sabe ao certo a extensão de suas plantações de cana. Sabe que, somadas, suas vinte pequenas propriedades “andam bem pertinho de 500 tarefas (151,5 hectares)”. Parte disso é ocupada por cana, outra é usada para roça e criação de umas 40 cabeças de gado. “É uma areazinha aqui, outra acolá. Tenho terra aí de R\$ 10 mil, mas também tenho de uma tarefinha, não tenho vergonha de dizer. Quando casei, não tinha nada.”

Zé Rufino nasceu e se criou em Água Branca. Mora no Alto da Boa Vista com a mulher Antonia Maria Lima, a Toinha, de 64 anos. Casados desde 1970, tiveram sete filhos, dos quais seis se retiraram para São Paulo. “Tudo trabalhador. Quase tudo tem segundo grau, um fez faculdade. Eu só fiz o 4<sup>o</sup> ano primário”, diz o pai.

O chão ao redor da casa é de terra batida. No quintal dos fundos, há uma tímida plantação de abóbora. Algumas galinhas circulam soltas e misturam-se com as galinhas dos vizinhos. Zé Rufino é aposentado pelo Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural). Engorda a renda mensal com a criação de gado. “Vendo leitinho pouco. Vendo um bezerro nas quatro festas do ano”, diz, e ri da incompreensão do entrevistador.

“Nas quatro festas do ano é como se eu dissesse que, no ano todo, não vendo mais do que um bezerro. Vendo pouco”, explica, e ri de novo.

Desde o plantio da cana, o engenho emprega cerca de 15 homens, cujas diárias são de R\$ 20 para quem trabalha no campo e R\$ 25 para os funcionários do engenho. A cana é transportada por burros. Em cada lateral do lombo do animal, são presos dois ganchos de pau em formato de V, paralelos, nos quais a carga é amontoada. O produtor possui sete burros. Em suas costas vão de 110 a 120 quilos, que rendem cerca de 17 tabletes de rapadura de 600 gramas.

Ao distribuidor, Zé Rufino cobra R\$ 1,30 pelo tablete. Produz os derivados que lhe encomendam. Quase tudo é revendido em Água Branca, o que sobra vai para Paulo Afonso e interior de Pernambuco. O engenho lucra R\$ 15 mil líquidos por safra, em média, nas estimativas do proprietário. “O ganho é pouco, mas eu gosto. É um passatempo. Enteste muito.” O que é “entester”? “É quando você se sente bem.”

Toinha ajuda na limpeza do engenho e faz o café da manhã dos funcionários. “Não acho vantagem, não. É uma trabalhadeira danada. Por mim achava até melhor que fechasse. A gente tá velho, não dá pra essas coisas, não. Os filhos não se interessam”, diz ela. Uma vez, um dos filhos pediu: “Pai, não mexe com engenho não, isso é uma quebra de cabeça.” Mesmo que os descendentes não se interessem pelo negócio, Zé Rufino persevera. “Vou manter até quando puder. Meu avô tinha um engenho, que foi herdado por meu pai, mas não existe mais. É tradição, não queria que fosse abaixo.”

\*\*\*

A neblina amiúde encobre as alvoradas de Água Branca. “Isso aqui, no inverno, dá uma cerração que tapa o mundo. Daqui pr’ali você não vê nada. É um sacrifício subir esta serra”, comenta Cícero Ferreira da Silva, enquanto observa as encostas enevoadas do outro lado. Na subida de uma das tantas ladeiras da zona rural da cidade, está assentado seu engenho de rapadura, Padre Cícero.

As engrenagens da moenda giraram nos últimos 37 verões, nas contas do proprietário, conhecido como Ciço Mocinha – “sobrenome” dado a todos os membros da família desde sua avó, apelidada de Maria Mocinha. A atividade foi suspensa apenas uma vez, em meados da década de 1980. “Houve seca e a cana acabou-se”, justifica com a voz sossegada. Na safra

de 2011-2012, a produção vai ser minguada. “A cana é pouca. A gente não zelou – o dinheiro não deu – e, aí, o mato comeu de canto.”

Os olhos de Ciço se espremem sob as pálpebras grossas. Ele tem 79 anos e veio ao mundo no sítio onde instalaria o engenho. “Nasci ali, naquela mangueira, numa casinha coberta de palha”, aponta. “Naquele tempo era parteira.” Viveu no sítio até os 50 anos, quando se mudou para a casa em que mora, na zona urbana. Estudar não estudou, só aprendeu a assinar o nome.

Quando era criança, Ciço levava o almoço para o pai, que trabalhava como mestre no engenho de um tal de Francisco Caititu. Ficava olhando. “Eu achava muito bonito aquele movimento.” Ainda menino, passou a ser escalado para alguns serviços. “Corria esses engenhos todos, levava rapadura para toda parte, e faltava.”

Também dava olho de cana para o gado comer. E beliscava algumas lascas do doce recém-cozido. “Ficava o dia todo comendo rapadurinha ainda quente.” O hábito o tornou diabético, mas, de tanto espiar, ele acabou aprendendo a arte. Mais tarde, projetou o próprio engenho. Desenhou a moenda de madeira e mandou montar em Delmiro Gouveia. Ele mesmo entalhou as fôrmas de craibeira.

Na safra atual, a moagem começou em fins de setembro e vai até dezembro ou janeiro. Se tem muita cana, chega a março. A atividade ainda não havia começado quando a reportagem visitou o lugar. “O povo é danado para carregar as lâmpadas daqui”, queixa-se ao mostrar os bocais vazios do engenho. A alguns metros dali, o bagaço se esparrama pela abertura de um pequeno galpão. Um cavalo se deita e remexe sobre a forragem. “Já ganhei muito tostão nisto aqui quando começou. A mão de obra era mais barata, e há dez anos que a rapadura não vende a mais de R\$ 0,70.”

Atualmente, vende a barra de 600 gramas a R\$ 0,60. Diz que o revendedor cobra R\$ 1 em Água Branca e cidades vizinhas. “O preço que eles me pagam é injusto, mal dá para cobrir os custos. E a mão de obra aumentando, e a gente dando, sem poder, o aumento que o trabalhador quer.” Os funcionários do engenho recebem diária de R\$ 22 e os de plantio e corte, R\$ 20. Emprega 15 homens. “Tem deles (cortadores) que trabalham sem luva, sem bota, porque a gente não pode comprar. Não dá problema, não.” Mas na moenda já teve acidente. “Ano passado, um rapazinho novo perdeu os dois dedos.”

O produtor não sabe ao certo a dimensão dos talhões de cana que sobem o sítio do lado de lá, depois da baixa do terreno. “A gente planta a

granel, ninguém faz a medida.” Por que insiste em manter o engenho, se o lucro é pouco e o trabalho, muito? “É porque... A gente já vive neste ramo faz tempo. E a gente tira da cana a ração dos bichos”, justifica, referindo-se às suas rezas. “Pensei em fazer umas coisas pra melhorar isso aqui, uns empréstimos, mas tive medo, não temos como pagar. Por isso tá maltratado desse jeito.”

Ciço está indo embora do sítio quando avista um rapaz entre duas carreiras de cana, na subida do outro lado. Para e fica observando. O sujeito olha de volta, sem se mexer. Curvado, Ciço dá alguns passos para encurtar a distância, mas não é possível discernir as feições do outro. “Quem é aquele menino acolá?” O rapaz cruza os braços e continua imóvel. “Deve ser um menino da região.” Volta a se dirigir para a saída do sítio, mas fica voltando a cabeça, desconfiado. “Ele não tá limpando a terra”, constata. Faz uma pausa e fala, tranquilo: “Esse pessoal daqui gosta de chupar uma cana.”

Ele é marceneiro aposentado. Perdeu dois dedos da mão esquerda quando trabalhava nas obras da paróquia de Água Branca. Começou a revolver a terra com dez anos. “Meu pai me botava pra puxar uma enxadinha pequena.” À beira de uma rodovia, na saída da cidade, possui um terreno onde planta feijão e milho, “mais para consumo da gente”. Trabalha com dois filhos. Teve oito, ao todo, nascidos em mãos de parteira. Quatro morreram pequenos, dois foram tentar a vida em São Paulo.

Quando o engenho não está moendo, Ciço passa o dia todo na roça. Também cria gado, umas 25 cabeças. Por causa dos bichos fujões, às vezes vai “bater cerca” – remendar a cerca de arame farpado e estacas de madeira. Fica com arranhões pequenos e avermelhados nos braços e pernas. “É embaixo de sol, chuva, no sereno, o que Deus manda. Eu aguento e gosto, desde pequeno”, fala, o mesmo semblante calmo e sério. “Não sinto cansaço, não. Graças a Deus. O coração é bom. Gosto de trabalhar, pra mim é uma distração.”

\*\*\*

Três homens tentam extrair uma grande pedra encravada na terra. Inclina-se e fazem alavancas com estacas de madeira. É preciso desobstruir a rampa para a passagem do carro de boi, que desce com a cana e sobe com as sacas de rapadura. O engenho, situado no município de Mata Grande, pertence a José Ivan Alves, de 55 anos.

Nesta safra, a moagem começou cedo, em agosto. Feita a encomenda,

Ivan nem esperou as chuvas passarem e a cana amadurecer. “Ainda tá verde, tem muita água. Leva muito fogo pra virar mel. Quando a terra enxugar mesmo, que estiver seca, você vê a cana render”, explica. Do lado de fora do engenho, já se escuta o zumbido das abelhas e moscas que voam em volta das caldeiras adocicadas. Algumas posam na boca de uma saca que contém pedaços de rapadura amolecida. O produto não foi vendido na safra anterior e vai ser reutilizado para fazer rapadura nova.

Ivan começou a trabalhar no engenho aos 10 anos, sob as ordens do pai, conhecido como Toinho. Por isso, o filho passou a ser chamado Ivan de Toinho. No início, o menino cambitava cana – carregava os cambitos presos à cangalha do burro e levava até o operador da moenda. A partir dos 15 anos, tornou-se cortador. “Nunca achei pesado, trabalhava devagarzinho. Ainda hoje corto.”

O engenho foi inaugurado pelo avô de Ivan. “Não sei quando foi, tá com muito tempo.” Pouca coisa mudou desde então. A estrada até o sítio, situado na descida da Serra do Sabonete, chega a ser quase intransitável para carros. Os tabletes de rapadura são moldados nas mesmas fôrmas de 600 gramas. A cana ainda é transportada em carro de boi e lombo de burro e decepada sem o uso de botas e luvas. A proporção de dois dias de corte para um de moagem se repete.

A moenda é um dos raros equipamentos novos. Há uns dez anos, era movida por duas parselhas de bois que andavam em círculo. “Era devagar demais.” Hoje, funciona com motor a diesel. As plantações de cana ocupam cerca de dez tarefas (3,03 hectares) e todo ano aumentam um pouquinho. Ivan paga diária de R\$ 20 aos seis homens que trabalham do corte às caldeiras. Vende cem tabletes a R\$ 65 para o distribuidor. Subtraídas as despesas, não sabe quanto sobra. “Nunca fiz a ideia. Vai ganhando e gastando.”

Se encomendarem, também fabrica mel, açúcar mascavo, batida e um tipo diferente de rapadura, de cor preta. “Você desmancha na água e dá a garapa pro gado comer. Cura aftosa”, ensina. “É remédio. Já tomei para diabete, para um bocado de coisa. Lá na feira aparece gente procurando, dizendo que o médico receitou.” Um hábito que Ivan perdeu foi adoçar café com rapadura. “Muita gente ainda toma, nesse interior véio aí pra dentro, mas o povo desacostumou. O café fica ruim. Prefiro com açúcar.”

Ivan mora com sua mulher. Aos doze anos, os três filhos do casal começaram a trabalhar nas terras da família, cuja renda é complementada com a produção de uma casa de farinha de mandioca e com a criação de um punhado de porcos e galinhas. Dois filhos ainda moram ali perto e

colaboram no engenho. O outro foi para Minas Gerais. “Um serviço que arrumaram para ele numa usina lá”, diz Ivan, sem saber direito que serviço é esse. Mas sabe que é coisa mais nobre do que o corte. “Dá saudade demais. Desde quando foi, não veio de jeito nenhum. Cabra véio! Mas aqui é devagar, e ele é estudado.”

O filho que está em Minas concluiu o ensino médio. Os demais não passaram da quarta série – assim como o pai, que só sabe assinar o nome. Também chegaram a ir para Minas, cortar cana. “Trabalhei numa safra. Não deu certo. Era pesado demais. Tinha que sair às quatro da manhã todo dia, todo dia”, lembra o filho Germânio, de 25 anos, que mora com a mulher e dois filhos. “Não quisemos estudar. Não me arrependo, não. O rumo nosso é esse, trabalhar em roça. Então, vamos trabalhar. Cansa, mas a pessoa é acostumada.”





Anexo

**Doações da cana a  
campanhas eleitorais  
em Alagoas:  
2004, 2006, 2008 e 2010**

As doações foram dispostas em quatro categorias: as de usinas e destilarias; de empresas de outros setores com sócios usineiros; de empresas que prestam serviço direto ao setor sucroalcooleiro; e aquelas feitas em nomes de usineiros e plantadores de cana. As informações são apresentadas de acordo com o modelo abaixo:

**Doador ANO DA ELEIÇÃO**

**Valor doado** Nome do candidato (cargo a que se candidatou; resultado do pleito)

# Doações de usinas e destilarias

## Usina Agrovale 2010

(BA) R\$ 50.000 Teotônio Vilela (governador; eleito)

## Central Açucareira 2010

Santo Antônio R\$ 250.000 Teotônio Vilela (governador; eleito)

R\$ 25.000 Rui Palmeira (deputado federal; eleito)

R\$ 200.000 Flávia Cavalcante (candidata a deputada estadual; eleita)

### 2008

R\$ 200.000 Cicero Cavalcanti de Araújo (prefeito de São Luis do Quitunde; eleito)

R\$ 20.000 Jorge Vi Lamenha Lins (vereador de Maceió; não eleito)

### 2006

R\$ 19.462,60 Benedito de Lira (deputado federal; eleito)

R\$ 10.000 Paulo Fernando dos Santos (deputado estadual; eleito)

### 2004

R\$ 10.000 Comitê Financeiro Municipal do PT para Prefeito de Major Isidoro (o candidato filiado ao PT, José Pedro dos Santos Vieira Costa, foi eleito)

R\$ 1.000 Edmilson Ricart Braz (vereador de Maceió; não eleito)

R\$ 11.604 Jose Pacheco Filho (prefeito de São Sebastião; eleito)

R\$ 10.000 Sânia Tereza Palmeira Barros Teixeira (candidata a prefeita de Anadia; não eleita)

## Copertrading Co- 2010

mércio Exportação R\$ 3.700.000 Teotônio Vilela (governador; eleito)

e Importação S/A R\$ 200.000 Benedito de Lira (senador; eleito)

R\$ 50.000 Rui Palmeira (deputado federal; eleito)

R\$ 100.000 Fernando Toledo (deputado estadual; eleito)

**2006**

**R\$ 160.000** Teotônio Vilela (governador; eleito)

**Usina Coruripe 2010**

**R\$ 200.000** Teotônio Vilela (governador; eleito)

**R\$ 120.000** Benedito de Lira (senador; eleito)

**R\$ 40.000** Judson Cabral (deputado estadual; eleito)

**2008**

**R\$ 10.000** Marcelo Ricardo Vasconcelos Lima (prefeito de Quebrangulo; eleito)

**2006**

**R\$ 300.000** Ronaldo Lessa (senador; não eleito)

**R\$ 260.000** José Thomaz Nonô (senador; não eleito)

**R\$ 28.106,69** Benedito de Lira (deputado federal; eleito)

**R\$ 30.000** Carlos Alberto Canuto (deputado federal; eleito)

**R\$ 200.000** Joaquim Beltrão (deputado federal; eleito)

**R\$ 50.000** Maurício Quintella Lessa (deputado federal; eleito)

**R\$ 200.000** João Beltrão (deputado estadual; eleito)

**R\$ 50.000** José Maurício de Albuquerque Tavares (deputado estadual; eleito)

**R\$ 80.000** Maria Cleide Costa Bezerra (candidata a deputada estadual; eleita)

**R\$ 100.000** Paulo Fernando dos Santos (deputado estadual; eleito)

**2004**

**R\$ 4.000** Djoral Vasconcelos Santos (vereador de Coruripe; eleito)

**Usinas Reunidas 2010**

**Seresta R\$ 1.600.000** Teotônio Vilela (governador; eleito)

**2008**

**R\$ 13.000** Fernando Soares Pereira (prefeito de Junqueiro; eleito)

**R\$ 60.000** Pedro Henrique de Jesus Pereira (prefeito de Teotônio Vilela; eleito)

**2006**

**R\$ 1.000.000** Teotônio Vilela (governador; eleito)

**R\$ 40.000** Givaldo Carimbão (deputado federal; eleito)

**R\$ 25.000** Flávia Cavalcante (candidata a deputada estadual; eleita)

**Laginha Agro 2010**

**Industrial R\$ 10.800** João Lyra (deputado federal; eleito)

**2008**

**R\$ 9.500** José Cícero Soares de Almeida (prefeito de Maceió; eleito)

**2006**

**R\$ 410.175,77** João Lyra (governador; não eleito)

**Usina Sumaúma 2010**

**R\$ 50.000** Fernando Toledo (deputado estadual; eleito)

**2006**

**R\$ 33.200** Fernando Toledo (deputado estadual; eleito)

**Penedo Ago 2010**

**Industrial S.A R\$ 100.000** Fernando Toledo (deputado estadual; eleito)

**2008**

**R\$ 227.814** Alexandre de Melo Toledo (prefeito de Penedo; não eleito)

**R\$ 31.000** Ivana Fortes Peixoto Toledo (candidata a vereadora em Penedo; eleita)

**2006**

**R\$ 3.000** Fernando Toledo (deputado estadual; eleito)

**2004**

**R\$ 126.500** Comitê Financeiro Municipal Único do PSDB em Penedo (o candidato prefeitura do PSDB, José Gois Machado, não foi eleito; dos 10 vereadores eleitos, dois eram filiados ao PSDB)

**R\$ 13.000** Comitê Financeiro Municipal para Prefeito do PP em Cajueiro (o candidato Edson Toledo de Albuquerque Neto, filiado ao PP, não foi eleito)

- Triunfo 2008**  
**Agroindustrial Ltda** R\$ 15.000 Neiwton Lima (prefeito de Igreja Nova; eleito)  
**2006**  
R\$ 150.000 Teotônio Vilela (governador; eleito)
- Usina Caeté S/A 2008**  
**(unidade Marituba)** R\$ 50.000 Neiwton Lima (prefeito de Igreja Nova; eleito)  
**2006**  
R\$ 9.181,14 Benedito de Lira (deputado federal; eleito)
- Central Acucareira 2010**  
**Santo Antonio S A (Filial Camaragibe)** R\$ 10.000 Bruno Gustavo Araújo Loureiro (prefeito de Japaratinga; eleito)  
R\$ 55.000 Josedalva dos Santos Lima (candidata a prefeita de Matriz de Camaragibe; eleita)  
**2006**  
R\$ 6.696,61 Benedito de Lira (deputado federal; eleito)  
**2004**  
R\$ 60.000 Cícero Cavalcanti de Araújo (prefeito de São Luis do Quitunde; eleito)  
R\$ 62.100 Marcos Paulo do Nascimento (prefeito de Matriz de Camaragibe; eleito)
- Usina Cansanção de Sinibu S/A 2008**  
R\$ 5.000 Marcelo Beltrão Siqueira (prefeito de Jequiá da Praia; eleito)
- Unidade Caeté 2006**  
**(matriz)** R\$ 1.500.000 João Lyra (governador; não eleito)  
R\$ 100.000 Fernando Collor (senador; eleito)  
R\$ 16.888,90 Benedito de Lira (deputado federal; eleito)  
R\$ 100.000 Paulo Fernando dos Santos (deputado estadual; eleito)  
**2004**  
R\$ 180.000 - Comitê Financeiro Municipal Único do

PMDB em São Miguel dos Campos (a prefeita eleita, Rosiane dos Santos, era filiada ao PMDB; dos 9 vereadores eleitos, nenhum era filiado ao PMDB)

**R\$ 5.000** - Fernando Antônio Palmeira Oliveira (vereador de Maceió; não eleito)

**Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar e Alcool de Alagoas 2006**

**R\$ 1.820.000** Teotônio Vilela (governador; eleito)  
**R\$ 99.287,09** Benedito de Lira (deputado federal; eleito)

**R\$ 30.000** Fernando Toledo (deputado estadual; eleito)

**2004**

**R\$ 6.000** José Maurício Tenório (prefeito de Campo Alegre; eleito)

**Iberia Industrial e Comercial 2006**

**R\$ 100.000** Teotônio Vilela (governador; eleito)

**Mendo Sampaio 2006**

**S.A R\$ 100.000** Teotônio Vilela (governador; eleito)

**R\$ 13.362,31** Benedito de Lira (deputado federal; eleito)

**Usina Serra Grande 2006**

**R\$ 30.000** Teotônio Vilela (governador; eleito)

**R\$ 9.723,48** Benedito de Lira (deputado federal; eleito)

**Diana – Destilaria de Alcool Nova Avanhandava 2006**

**R\$ 5.000** João Lyra (governador; não eleito)

**R\$ 5.000** José Thomaz Nonô (senador; não eleito)

**S/A Leão Irmãos Açúcar e Alcool 2006**

**R\$ 13.678,56** Benedito de Lira (deputado federal; eleito)

**Usina Caeté S/A - Filial Cachoeira 2006**

**R\$ 13.612,32** Benedito de Lira (deputado federal; eleito)

**2004**

**R\$ 20.000** Jarbas Maya de Omena Filho (prefeito de Messias; eleito)

**R\$ 4.000** Silvanio Barbosa dos Santos (vereador de Maceió; não eleito)

**Central Açucareira 2006**

**Usina Capricho R\$ 40.000** Fernando Toledo (deputado estadual; eleito)  
**2004**

**R\$ 25.000** Comitê Financeiro Municipal do PP para Prefeito de Cajueiro (O candidato Edson Toledo de Albuquerque Neto, filiado ao PP, não foi eleito)

**Usina Taquara Ltda 2004**

**R\$ 180** Alcides Lucio da Silva (Vereador de Colônia Leopoldina; não eleito)

**R\$ 180** Amaro Bernardo dos Santos (Vereador de Colônia Leopoldina; não eleito)

**R\$ 430** Ana Cristina Guerra Rocha (Vereadora de Colônia Leopoldina; não eleita)

**R\$ 180** Cicero Jose da Silva ( Vereador, Colonia Leopoldina; não eleito)

**R\$ 180** Cicero Ramos da Silva (Vereador, Colonia Leopoldina; não eleito)

**R\$ 880** Divonete Felix de Oliveira (Vereador, Colonia Leopoldina; eleito)

**R\$ 700** Ernane Santana Santos (Vereador, Colonia Leopoldina; eleito)

**R\$ 180** Genival João da Silva (Vereador, Colonia Leopoldina; não eleito)

**R\$ 180** João Ernesto Jatobá (Vereador, Colonia Leopoldina; não eleito)

**R\$ 180** José Barbosa Filho (Vereador, Colonia Leopoldina; não eleito)

**R\$ 180** Jose Gomes de Lima (Vereador, Colonia Leopoldina; não eleito)

**R\$ 880** Jose Messias da Silva (Vereador, Colonia Leopoldina; eleito)

**R\$ 180** José Santana de Melo Filho (Vereador, Colonia Leopoldina; não eleito)

**R\$ 180** Joseldo Tenório Cavalcante (Vereador, Colonia

Leopoldina; não eleito)

**R\$ 1.060** Luiz Costa Monteiro da Cruz (Vereador, Colonia Leopoldina; eleito)

**R\$ 97.031** Manuilson Andrade Santos (Prefeito, Colonia Leopoldina; eleito)

**R\$ 180** Maria das Dores da Conceição Silva (Vereador, Colonia Leopoldina; não eleito)

**R\$ 180** Maviael de Souza Gomes (Vereador, Colonia Leopoldina; não eleito)

**R\$ 9.615** Reginaldo Matias da Silva (Prefeito, São Bras; eleito)

**R\$ 180** Silvania Maria Nicácio (Vereador, Colonia Leopoldina; não eleito)

# Doações de empresas de outros setores com sócios usineiros

## **Agropecuária 2010**

**Indiana R\$ 163.000** Teotônio Vilela (governador; eleito)  
(pertence a sócios da usina Seresta)

**Auto Posto de Combustíveis Santa Amália 2010**  
**R\$ 100.000** Teotônio Vilela (governador; eleito)  
(pertence a sócio da usina Seresta)

**Sococo 2010**  
(pertence a sócios da usina Seresta e do Grupo João Tenório)  
**R\$ 1.425.000** Teotônio Vilela (governador; eleito)  
**R\$ 100.000** Benedito de Lira (senador; eleito)

**R\$ 70.000** Rui Palmeira (deputado federal; eleito)  
**R\$ 15.000** Dudu Hollanda (deputado estadual; eleito)

## **2006**

**R\$ 640.000** Teotônio Vilela (governador; eleito)  
**R\$ 50.000** José Thomaz Nonô (senador; não eleito)  
**R\$ 5.000** Givaldo Carimbão (deputado federal; eleito)

## **2004**

**R\$ 5.000** Alan Helton de Omena Balbino (vereador de Maceió; eleito)

**R\$ 5.000** Antonio Feitosa dos Santos (prefeito de Pariconha; não eleito)

**R\$ 45.000** Comitê Financeiro Municipal para Prefeito PRP em Olivença (o candidato a prefeito Cícero Angelino Santa, filiado ao PRP, não foi eleito)

**R\$ 60.000** Comitê Financeiro Municipal Único de Maceió (o PSDB não teve candidato à prefeitura, mas elegeu um vereador)

**R\$ 8.000** Flávius Flaubert Pimentel Torres (prefeito de Viçosa; não eleito)

**R\$ 10.000** James Marlan Ferreira Barbosa (prefeito de Limoeiro de Anadia; não eleito)

**R\$ 70.000** James Sampaio Calado Monteiro (prefeito

de Palmeira dos Índios; não eleito)

**R\$ 20.000** - Jose Maynard Tenório (prefeito de Boca da Mata; eleito)

**Usina De Produção 2010**

**Ltda R\$ 2.000** Teotônio Vilela (governador; eleito)

(tem como sócio

Geraldo de Barros

Gomes Neto, diretor da Seresta)

**Auto Vanessa 2010**

(pertence a José Maria **R\$ 100.000** Antonio Albuquerque (deputado estadual; eleito)

Quirino de Andrade,

proprietário da usina

Taquara)

**Joatele Comercial 2006**

**Agroquímica R\$ 300.000** Benedito de Lira (Deputado Federal; eleito)

(pertence a João Lyra, **R\$ 50.000** Cícero Amélio da Silva (deputado estadual; eleito)

proprietário do Grupo

João Lyra)

**Aliança Comércio 2006**

**e Distribuição de R\$ 10.000** Fernando Toledo (deputado estadual; eleito)

**Combustíveis**

(pertence à família

Toledo)

# Doações de empresas que prestam serviço direto ao setor sucroalcooleiro

## **Texas Turbinas a 2010**

**Vapor R\$ 15.000** Teotônio Vilela (governador; eleito)  
(desenvolve centrífugas de açúcar e máquinas que ajudam a utilizar o excedente de biomassa das usinas e destilarias na geração de energia elétrica)

## **Bunge Fertilizantes 2010**

**R\$ 30.000** Teotônio Vilela (governador; eleito)

## **Cosan Indústria e 2010**

**Comércio R\$ 50.000** Teotônio Vilela (governador; eleito)  
(produz, comercializa, importa e exporta cana, açúcar, álcool e outros derivados)

## **Fertilizantes Fosfa- 2006**

**tados S/A Fosfertil R\$ 35.000** Teotônio Vilela (governador; eleito)

## **Ultrafertil 2006**

**R\$ 35.000** Teotônio Vilela (governador; eleito)

# Doações em nomes de usineiros e plantadores de cana

## João Lyra 2010

**R\$ 330.093** João Lyra (deputado federal; eleito)

## 2006

**R\$ 4.556.000** João Lyra (governador; não eleito)

## Fernando Toledo 2010

**R\$ 42.595** Fernando Toledo (deputado estadual; eleito)

## 2008

**R\$ 8.000** Antônio Gomes de Melo Neto (prefeito de Capela; não eleito)

## 2006

**R\$ 62.040** Fernando Toledo (deputado estadual; eleito)

## Sérgio Toledo 2010

**R\$ 124.200** Sérgio Toledo (deputado estadual; eleito)

## 2008

**R\$ 200** Afranio Tenorio Cavalcante Neto (vereador de Viçosa; eleito)

**R\$ 40** Carlos Abrahão Gomes de Moura (prefeito de Paripueira; eleito)

**R\$ 2.450** Carlos Alberto Moreira de Mendonça Canuto (prefeito de Pilar; não eleito)

**R\$ 200** Cicero Ferreira da Silva (prefeito de Satuba; eleito)

**R\$ 320** Claudio Roberto Ayres da Costa (vereador de Marechal Deodoro; eleito)

**R\$ 1.690** Ednaldo Almeida Costa (prefeito de Porto de Pedras; eleito)

**R\$ 2.800** Edvania Farias Quirino Costa (prefeito de Passo de Camaragibe; eleito)

**R\$ 690** Herminia Tavares da Silva (prefeito de Santa Luzia do Norte; não eleito)

**R\$ 360** Jefferson Alexandre Cavalcante (vereador de Rio Largo; eleito)

**R\$ 1.330** João de Paula Gomes Neto (prefeito de Capela; eleito)

**R\$ 200** Jose Lopes de Albuquerque (prefeito de Atalaia; não eleito)

**R\$ 490** José Maynard Tenório (prefeito de Boca da Mata; eleito)

**R\$ 40** Jose Reinaldo Pedrosa Chagas (vereador de Viçosa; eleito)

**R\$ 730** Luiz Adolfo Beiriz Verçosa (prefeito de São Miguel dos Milagres; não eleito)

**R\$ 200** Luíz Eustáquio Toledo Filho (vereador de Cajueiro; não eleito)

**R\$ 740** Marcos Antonio de Almeida (prefeito de Paulo Jacinto; eleito)

**R\$ 2.820** Mario Jorge de Melo (prefeito de Matriz de Camaragibe; não eleito)

**R\$ 580** Plinio Batista Junior (prefeito de Murici; não eleito)

**R\$ 450** Quiteria Berto do Nascimento (prefeito de Mar Vermelho; eleito)

**R\$ 1.700** Renato Tadeu Fragoso e Silva (prefeito de Coqueiro Seco; eleito)

**2006**

**R\$ 48.045,40** Sérgio Toledo (deputado estadual; eleito)

**2004**

**R\$ 3.000** Cyridião Durval Peixoto (prefeito de Passo de Camaragibe; eleito)

**R\$ 5.000** Jarbas Maya de Omena Filho (prefeito de Messias; eleito)

**R\$ 7.000** Marcos Antonio de Almeida (prefeito de Paulo Jacinto; eleito)

**R\$ 6.500** Mario Jorge de Melo (prefeito de Matriz de Camaragibe; não eleito)

**R\$ 6.000** Pérciles Vasconcelos Brandão de Almeida (prefeito de Vicosã; eleito)

**Teotônio Vilela 2010**

**R\$ 6.288,87** Thaise Guedes (deputada estadual; eleita)

**Alexandre de Melo 2008**

**Toledo R\$ 154.790** Alexandre de Melo Toledo (prefeito de Penedo; não eleito)

**R\$ 120** Dalmo Moreira Santana Junior (prefeito de Piaçabuçu; eleito)

**R\$ 16.888** Ivana Fortes Peixoto Toledo (vereadora de Penedo; eleita)

**2006**

**R\$13.330** Fernando Toledo (deputado estadual; eleito)

**Joaquim Beltrao 2008**

**Siqueira R\$ 2.200** Antônio Lima de Araújo (prefeito de Olho D'água Grande; eleito)

**R\$ 3.250** Antonio Lins de Souza Filho (prefeito de Rio Largo; eleito)

**R\$ 3.000** Antonio Neto Camilo Silva (prefeito de Dois Riachos; não eleito)

**R\$ 3.800** Carlos Luiz Martins Marques (prefeito de Maravilha; não eleito)

**R\$ 2.000** César Augusto Melo Carvalho (prefeito de Olho D'água das Flores; não eleito)

**R\$ 550** Cicero Ferreira da Silva (prefeito de Satuba; eleito)

**R\$ 3.000** Francisco de Souza Irmão (vereador de Arapiraca; não eleito)

**R\$ 650** Gláucia Melo Carvalho Quintela (vereador de Olho D'água das Flores; não eleito)

**R\$ 2.200** José Valmiro Gomes da Costa (prefeito de Poço das Trincheiras; não eleito)

**R\$ 3.000** Rozineide Barbosa de Araújo Camilo (prefeito de Dois Riachos; eleito)

**R\$ 2.000** Valderi Alves da Silva (prefeito de Ouro Branco; eleito)

**2006**

**R\$ 11.000** Joaquim Beltrão (deputado federal; eleito)

**José Thomaz da Silva Nonô Netto 2008**

**R\$ 1.500** José Gomes de Freitas (vereador de Joaquim Gomes; não eleito)

**R\$ 1.500** Rosângela de Sá Bomfim Lima (prefeito de Barra de São Miguel; não eleito)

**2006**

**R\$ 22.000** José Thomaz Nonô (senador; não eleito)

**2004**

**R\$ 3.000** Cristiano Matheus da Silva e Sousa (vereador de Maceió, ; eleito)

**Nivaldo Jatobá 2008**

**R\$ 3.000** José Maurício Tenório (prefeito de Campo Alegre; eleito)

**R\$ 30.000** Rosiane Santos (prefeito de São Miguel dos Campos; eleito)

**2006**

**R\$ 60.000** Paulo Fernando dos Santos (deputado estadual; eleito)

**2004**

**R\$ 5.982** Comitê Financeiro Municipal Único de São Miguel dos Campos PMDB(A prefeita eleita, Rosiane dos Santos, era filiada ao PMDB; dos 9 vereadores eleitos, nenhum era filiado ao PMDB)

**Maria Fernanda 2006**

**Brandão Vilela R\$ 290.000** Teotônio Vilela (governador; eleito)





Usina Caeté, em São Miguel dos Campos

Usina Santo Antônio, em São Luis do Quitunde





Vista aérea da usina Serra Grande, em São José da Laje

Máquina colhedora de cana







Na cozinha de sua casa, José Aldo põe as perneiras e calça as botas



Cortadores da Santo Antônio sobem no ônibus que vai levá-los ao canavial; à direita, José Aldo

A caminho do canavial; à esquerda, José Aldo





Cortadores tomam o café da manhã

O banheiro é armado entre as palhas de cana





José Aldo



Com uma balança de mão, o cabo José Nilton, o Nenuca (em primeiro plano), agacha-se para fazer a pesagem da cana



## São Miguel dos Campos



Cortadores cochilam enquanto o ônibus da usina Caeté não parte para o canal



Sentados em suas garrafas térmicas, trabalhadores comem antes de o corte de cana começar



Cortador amola o fãco de maneira errada, antes de ser alertado pelo chefe



Em fila indiana, cortadores entram no lote

Adeilton Araújo



## Assentamento Canudos, Atalaia



João Antônio, o Seu Caboclinhos, na sala de sua casa

Fogão de lenha improvisado diante da barraca de Zé Grosso





Zé Grosso (à direita) e o filho José Germano

## Cachaçaria JG, Joaquim Gomes



Proprietário da JG, Joaquim Gomes Neto exhibe barris em que envelhece a cachaça

Introduzido em uma proveta cheia de caldo de cana fermentado, o densímetro mede o teor de açúcares

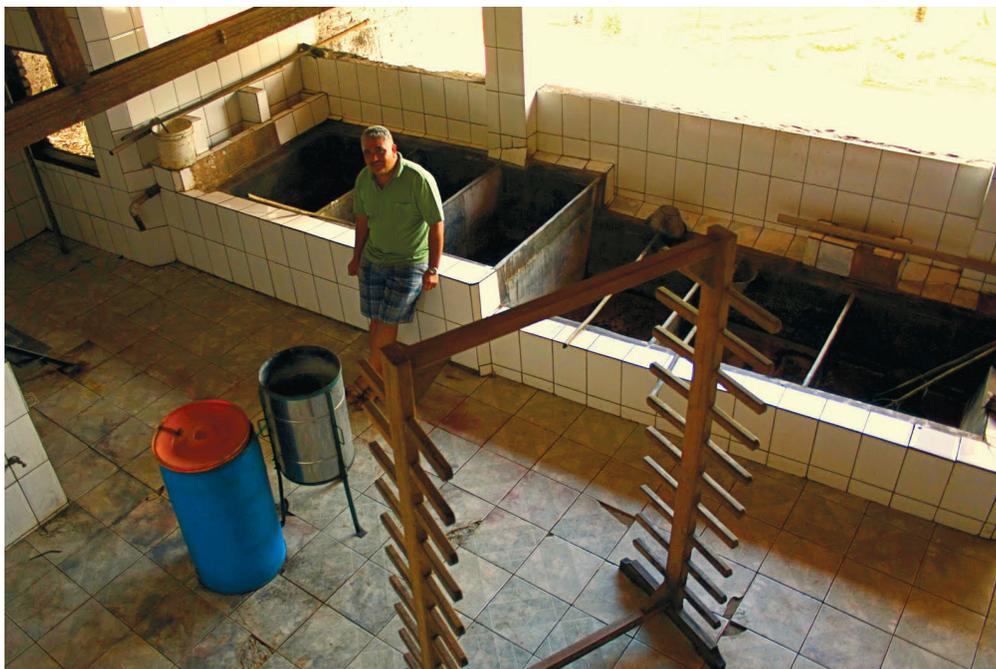


## Assentamento Irmão Dorothy Stang, Porto de Pedras



No engenho Caquinho, José Cláudio despeja nas formas a massa de rapadura

## Água Branca e Mata Grande



Maurício escora-se no batente das caldeiras do engenho São Lourenço

José Rufino em seu engenho





Cícero, o Ciço Mocinha, no engenho Padre Cícero

Um burro transporta a cana do engenho de José Ivan





Engenho de José Ivan

José Ivan, o Ivan de Toinho





José Ivan exhibe as formas de rapadura

